UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E
LÍNGUA PORTUGUESA

JÉSSICA CÂMARA SIQUEIRA

Neologismos na Ciência da Informação

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E
LÍNGUA PORTUGUESA

Neologismos na Ciência da Informação

Jéssica Câmara Siqueira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Professora Doutora Ieda Maria Alves

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Siqueira, Jéssica Câmara

S618n Neologismos na Ciência da Informação / Jéssica Câmara Siqueira; orientador Ieda Maria Alves. - São Paulo, 2015. 179 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. *Neologismos na Ciência da Informação*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para o obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para meus professores,
que me incentivaram a sonhar com dias melhores.*

Agradecimentos

À professora Ieda Maria Alves, pela valiosa orientação e exemplo de seriedade e profissionalismo docente.

Às professoras Maria Aparecida Barbosa e Vânia Mara Alves Lima, pelos salutares apontamentos na qualificação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo à pesquisa por meio da bolsa concedida no período de 2012 a 2014.

A todos os colegas da pós-graduação: Fernanda, Vilma, Maritana, Márcia, Maria Aparecida, Huélinton e outros que me acompanharam nesse trilhar acadêmico.

Ao incentivo dos familiares e amigos em diferentes momentos desta trajetória.

A Ivan, pelo apoio e estímulo incondicionais.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação e trajetória acadêmica.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. *Neologismos na Ciência da Informação*. 2015. 179f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Resumo

Por meio de abordagem terminológica de neologismos, esta pesquisa busca fundamentalmente identificar as principais áreas de interface com a Ciência da Informação. O percurso exploratório de termos e áreas de interface também objetivou verificar as migrações conceituais que corroboram a identidade da área. O trabalho é de caráter exploratório e tem como base a análise qualitativa dos neologismos selecionados nos cinco periódicos mais bem classificados no Qualis/CAPES no último decênio. O *corpus* de exclusão constituiu-se a partir de obras lexicográficas da área e da Base de Pesquisa em Ciência da Informação (BRAPCI), a partir das funcionalidades do mecanismo de busca linguístico *WebCorp*. O mapeamento das áreas de interface resulta da seleção de neologismos e da delimitação de contextos terminológicos da BRAPCI, e de artigos do Portal de Periódicos da Capes. A análise terminológica permitiu a identificação de áreas ancestrais e de migração de conceitos, sendo que a migração conceitual auxilia as relações intersticiais, uma vez que o uso de termos que refletem aspectos teóricos e metodológicos comuns facilita a comunicação científica e sua aplicabilidade social.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Neologismo. Migração Conceitual. Terminologia.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. *Neologisms in Information Science*. 2015. 179f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciencias Humanas, Universidade de São Paulo, Sao Paulo, 2015.

ABSTRACT

The aim of this terminology study is the examination of the general features of the main interfaces areas and the distinctiveness of Information Science through the revision upon its neologisms. The methodological approach aimed to verify the conceptual migrations that confirm the uniqueness of Information Science. It was based on an exploratory analyze of qualitative sample of five journals in ten years of Brazilian Scientific Index (Qualis/CAPES). The exclusion of corpus was based on lexicographical works of Brazilian Database of Information Science (BRAPCI) with Linguist's Search Engine (WebCorp). The terminological analysis of neologisms allowed the classification of ancestral areas and the migration concepts, which support interstitial relations that make easier scientific communications and social applications.

Keywords: Information Science. Neologisms. Conceptual migration. Terminology

Lista de abreviaturas

AAMC- Ambiente de aprendizagem mediado por computador

ASIS - *American Documentation Institute*

AVA- Ambientes virtuais de aprendizagem

BPM - *Business process management*

BRAPCI - Base de Pesquisa em Ciência da Informação

BS - *Balanced Scorecard*

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CI - Ciência da Informação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DE - Definição enciclopédica

DL - Definição lexicográfica

DM - *Data Mining*

DT - Definição terminológica

DGZ – Datagramazero

EB - Encontros Bibli

FS - *Foresight*

GP - Gênero próximo

I&S - Informação e Sociedade

ISO - International Organization for Standardization

IULA - Instituto de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona

LISA - *Library and Information Science Abstracts*

NTICE - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação Eletrônicas

PCI - Perspectiva em Ciência da Informação

SB - *Social bookmarking*

SL - *Second Life*

TCI - *Tesouro em Ciência da Informação*

TCT - Teoria Comunicativa da Terminologia

TGT - Teoria Geral da Terminologia

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 - Neologia: história, conceitos e classificações	22
1.1 Histórico dos estudos neológicos	22
1.1.1 Breve panorama geral	22
1.1.2 Os estudos neológicos na língua portuguesa	26
1.2 Aspectos da Neologia na língua comum	27
1.2.1 O conceito de neologia	27
1.2.2 Principais traços da natureza neológica.....	34
1.2.3 Classificação dos neologismos	40
1.3 Aspectos da Neologia na linguagem de especialidade	47
1.3.1 O conceito de neônimo	47
1.3.2 A formação de neônimos	52
Capítulo 2 - Preceitos teóricos para a análise terminológica.....	57
2.1 História e perspectivas dos estudos terminológicos	57
2.2 Aporte teórico: os principais objetos	63
2.3 Terminologia aplicada: Terminografia	69
Capítulo 3 - Ciência da Informação: história, natureza e abordagens.....	73
3.1 Histórico da Ciência da Informação	73
3.2 Ciência da Informação: natureza e abordagens	79
3.3 Ciência da Informação como Ciência Social.....	82
3.4 O caráter interdisciplinar da Ciência da Informação	83
3.5 Consensos e polêmicas na Ciência da Informação	92

Capítulo 4 – Análise dos neologismos da Ciência da Informação.....	95
4.1 Preceitos para a análise neológica	95
4.2 Metodologia.....	97
4.3 Ciência da Informação como Ciência Social.....	102
Capítulo 5 – Mapeamento das áreas de interface com a Ciência da Informação.....	120
5.1 A Ciência da Informação e as áreas de interface.....	120
5.1.1. Grandes áreas, áreas e subáreas: interfaces	120
5.1.2 Interfaces, diálogos e intercâmbios na Ciência da Informação	126
5.2 O fenômeno da migração conceitual nas áreas de especialidade: a questão do conceito nômade.....	133
Considerações finais	143
Referências	147
ANEXO - Bibliografia utilizada no trabalho terminológico.....	162

Introdução

O percurso da pesquisa e a delimitação temática

O início desta pesquisa começou com a seguinte inquietação: *A Ciência da Informação é realmente uma área interdisciplinar?* Desta questão surgiram outras: Se ela realmente é, como a maioria dos especialistas afirma, *quais são as principais áreas de interface? Que tipos de contato estabelecem entre si? Como avaliar isso?*

Ainda com tais questões em mente e terminando o mestrado, comecei a fazer uma disciplina sobre neologismos. Nesta disciplina descobri a importância dos neologismos no contato entre as áreas de especialidade. O neologismo das áreas de especialidade, ou neônimo, é um elemento que sinaliza as mudanças científicas e facilita o contato entre as áreas.

No caso da Ciência da Informação não havia uma pesquisa específica sobre o papel do neologismo nesta área, o que também foi outro aspecto favorável ao desenvolvimento da pesquisa. Diante dessa lacuna da área e da hipótese de o neologismo ter um papel crucial nas relações interdisciplinares, resolvi testar a aplicabilidade dessa ideia. Consultei a base de dados da área da Ciência da Informação e, depois de uma pesquisa manual, identifiquei alguns candidatos a neologismos. Observando tais termos, notei que seus contextos podiam delinear importantes aspectos identitários da área em questão. Ao cruzar as informações com a indexação de assuntos e áreas dos periódicos do Portal Capes, obtive um primeiro esboço das áreas mais presentes no escopo terminológico da Ciência da Informação.

Passada a fase de testes, já no doutorado, repeti cada etapa sob a égide de alguns critérios balizadores para delimitar um número de neologismos e com isso melhor analisar as áreas de interface. Quando a pesquisa parecia encaminhar-se para sua finalização, encontrei outro elemento pertinente nesse percurso exploratório, a migração conceitual. Percebi que, nesta pesquisa, além de identificar os neologismos, classificá-los linguisticamente e, a partir deles, esboçar um mapa das áreas de interface, era preciso também analisar as mudanças conceituais que eles traziam em seu bojo, mudanças essas em grande parte influenciadas pela migração de conceitos entre as áreas. Nesse novo caminho consegui as respostas para algumas lacunas e creio que a perspectiva de análise terminológica enriqueceu-se ao considerar as mudanças conceituais.

Considerando tal percurso, chego à síntese temática de análise dos neologismos da Ciência da Informação, considerando tanto sua faceta nova como aquilo que trazem implícito na migração entre áreas. E partir de tal análise, identifico possíveis áreas de interface com a Ciência da Informação, constatação que almeja corroborar o delineamento identitário da área.

Objetivo

O objetivo central da pesquisa é desvelar, a partir dos neologismos, quais são as principais áreas que estabelecem interfaces com a Ciência da Informação. Além disso, nesse percurso exploratório de termos e áreas, foi possível observar as migrações conceituais de um campo para outro. Nessa medida, a pesquisa também aborda, de modo secundário, a perspectiva da migração conceitual como um aspecto relevante para os estudos neológicos em áreas de especialidade.

O intuito de identificar os espaços intersticiais das áreas do conhecimento é importante tanto como meio de aprofundamento de estudos numa área, como recurso que auxilia no reconhecimento identitário dessa área. No caso específico da Ciência da Informação, há férteis discussões acerca de sua delimitação científica e epistemologia, o que incentiva trabalhos dessa natureza.

Justificativa

A pesquisa de caráter terminológico tem o papel de desvelar as várias facetas interdisciplinares da Ciência da Informação. Considerando o cenário de surgimento da área, a diversidade de campos que contribuíram e contribuem para seu escopo, bem como a natureza complexa de seu objeto, a informação, tornam-se prementes estudos que investiguem a epistemologia interdisciplinar. Tal temática, apesar de sua importância, apresenta uma carência de estudos, muitas vezes sintetizados em pesquisas pontuais ou meramente descritivas.

Nessa abordagem, buscamos uma perspectiva dinâmica da integração disciplinar a partir dos neologismos. Procuramos não nos deter apenas na observação dos aspectos internos e externos da área a partir dos termos, mas tentar enxergar seu uso concreto no contexto, indissociavelmente dos demais termos de diferentes áreas, que, em integração, compõem o escopo identitário da Ciência da Informação.

Ao abordarmos a identidade da área entramos em uma seara de polêmicas e falta de consenso entre os especialistas. Além disso, a própria discussão sobre a questão da noção de identidade nos dias de hoje está sendo revista. Segundo Hall (2004), a noção de identidade que estabeleceu os pilares do mundo Ocidental até o final do século XIX, desde então, passa por um processo de descentralização e fragmentação, causando a crise de identidade do homem moderno. Por outro lado, Mercer (1990) afirma que a crise de identidade na verdade só apareceria quando surgir um questionamento capaz de gerar uma instabilidade naquilo que deveria ser fixo, coerente e estável. Em ambos os casos observamos que a noção de identidade, tanto do sujeito como de uma área do conhecimento, atualmente, afasta-se do paradigma de estabilidade e possível delimitação. Num mundo de sujeitos fragmentados, em que as noções de tempo/espço, ausência/presença e individual/coletivo são redefinidas, não é de se estranhar que as áreas do conhecimento também reflitam as idiossincrasias do mundo contemporâneo.

Nessa perspectiva, Bordieu (1983) afirma que o processo de consolidação epistemológica de um campo hoje está diretamente ligado às relações e à possibilidade de integração de seus elementos constituintes com os elementos de outras áreas circunvizinhas. Além disso, o autor salienta o caráter ideológico das escolhas e usos dos termos que irão compor o escopo de um campo científico. Para Bordieu (1983), um campo científico é um espaço de luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica. O campo científico, portanto, seria a arena em que os pesquisadores disputariam o espaço para falar e agir legitimamente como uma autoridade outorgada socialmente. Além das questões individuais, institucionais e políticas implícitas nessas escolhas, também corroboram a composição do cenário de um campo com as relações sociais estabelecidas entre os pares ou mesmo entre os membros da sociedade, a fim de identificarem o uso e o alcance de determinada área dentro do sistema social.

Metodologia

A pesquisa é de caráter exploratório, tendo como base a análise de uma amostra qualitativa de neologismos da área da Ciência da Informação. A pequena amostra somada à pesquisa bibliográfica permitiu uma investigação mais detalhada do papel desses novos termos na área. Além disso, o processo de análise terminológica permitiu a identificação das principais áreas de interface com a Ciência da Informação, acarretando a hipótese da migração de conceitos.

A pesquisa dividiu-se em seis fases:

1. Revisão de literatura.
2. Primeira pesquisa exploratória na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI), sondando possíveis neologismos.
3. Estabelecimento de critérios de seleção dos neologismos (aspectos cronológicos, linguísticos e temáticos).
4. Aplicação dos critérios de exclusão de *corpus* com o auxílio da ferramenta *Webcorp* e de obras lexicográficas.
5. Delimitação dos contextos dos termos selecionados, a partir de artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.
6. Análise dos neologismos, observando aspectos linguísticos, terminológicos e possíveis mudanças conceituais em sua migração.

A tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Neologia: história, conceitos e classificações*, apresentamos um panorama dos estudos neológicos, expondo importantes conceitos como neologia, neologismo e neônimo, revisitando o histórico dos estudos neológicos e retomando noções e classificações pertinentes. No segundo capítulo, *Preceitos teóricos para a análise terminológica*, abordamos um breve histórico dos estudos terminológicos retomando alguns conceitos e destacando sua aplicabilidade na Terminografia. No terceiro capítulo, denominado *Ciência da Informação: história, natureza e abordagens*, nos detemos em apresentar um panorama da área de especialidade da Ciência da Informação, abarcando desde sua história às discussões e polêmicas entre seus pares. No capítulo quatro, dedicado aos *Neologismos na Ciência da Informação*, temos a apresentação dos dados observados e a análise linguística dos neologismos. Por fim, no capítulo *Mapeamento das interfaces com a Ciência da Informação*, fazemos uma análise mais pormenorizada sobre os caminhos da área da Ciência da Informação, a partir da migração de seus conceitos e da formação de seus neologismos.

Como um primeiro passo na redescoberta dessa área, através dos neologismos, revisitaremos alguns preceitos sobre a história e o desenvolvimento das ciências.

As ciências e suas interfaces

Uma área científica, para constituir-se como tal, precisa preliminarmente de uma definição de seu escopo teórico, metodológico e pragmático alicerçados a uma terminologia adequada a seus propósitos. No entanto, nenhuma ciência parte da definição em si, uma vez

que a definição nada mais é que uma releitura de diferentes elementos presentes numa teoria e num determinado contexto. A definição, feita *a posteriori*, teria a função de nos apresentar objetos científicos mais estáveis para análise. Todavia não devemos nos esquecer de que são interpretações de uma realidade, logo, são influenciadas ideologicamente e culturalmente (FOUREZ, 1995).

Para a delimitação de uma área científica é preciso organizá-la mentalmente, ou seja, estruturá-la a partir de paradigmas que auxiliem suas ações de abordagem, classificação e compreensão do mundo real. Nesta perspectiva, os paradigmas são apenas elementos norteadores de um campo científico, não delimitadores ou bloqueadores do contato entre as áreas.

Neste ponto é interessante pensar nas principais etapas de desenvolvimento de uma área, sintetizadas por Fourez (1995) em três momentos. O nascimento ou período pré-paradigmático é o momento em que um campo está se delineando como área científica. Ainda é muito flexível, uma vez que suas práticas não estão bem definidas, não existe formação universitária para a formação de especialistas, e está mais diretamente voltada às demandas externas da vida cotidiana. Nesta fase é mais fácil de percebermos as lutas sociais e ideológicas dentro de um campo, já que é um momento em que vários fatores podem influenciar no delineamento de uma área: fenômenos sócio-históricos, questões ideológicas ou lutas de poder.

No período seguinte, o paradigmático, a área se estabelece em torno de paradigmas que a auxiliam na decodificação das demandas externas para o escopo disciplinar. Nesta fase, mesmo respondendo às demandas sociais, utilizam-se como meio uma técnica ou especialidade, que reflete as escolhas paradigmáticas. É possível mensurar as técnicas utilizadas, bem como identificar um objeto mais ou menos estável. Nesta fase temos duas forças opostas, uma voltando-se à estabilidade e padronização e a outra mostrando o caminho da mudança. Em ambos os casos temos o papel do paradigma como crucial no direcionamento do fazer científico.

Se, por um lado, os paradigmas auxiliam uma área na delimitação de seu escopo, permitindo um fazer científico mais controlado e estável, por outro lado podem se afastar da realidade a ponto de a área não mais responder aos problemas da sociedade, mas às meras inquietações de um grupo de especialistas. O papel do paradigma, portanto, estaria no limiar da função de simplificar o real para poder estudá-lo, mas ao mesmo tempo não abstrai-lo a

ponto de nos esquecermos de que é parte integrante de uma realidade social. Kuhn (1962), sobre esse limiar paradigmático, considera dois momentos, o da ciência normal, embasado em escolhas paradigmáticas utilizadas para a resolução de um problema; e a revolução científica, que ocorreria quando a visão paradigmática é questionada.

Uma terceira fase no desenvolvimento de uma área seria o período pós-pragmático, ou esgotamento de paradigmas. Uma das principais causas de esgotamento de paradigmas ocorre quando uma área afasta-se das questões sociais. Um exemplo é uma área que se estruturou em torno de uma tecnologia que se tornou obsoleta, e que não soube incorporar novas perspectivas com a pesquisa. Nesse caso, se ela permanecer com os antigos paradigmas se tornará cada vez mais inadequada; por outro lado, ao abrir-se às demandas sociais pode encontrar um caminho de renovação, amalgamar-se com outra área afim, ou mesmo delinear um novo campo.

O surgimento de novas áreas muitas vezes está associado a um momento histórico, ou seja, novas maneiras de se encarar o mundo, perspectivas que trazem em seu bojo novos conceitos. A Psicologia, por exemplo, só pôde se desenvolver como área depois de se ter a concepção da noção do ser humano como indivíduo. Há os casos em que as disciplinas novas surgem a partir de novas técnicas ou instrumentos tecnológicos, a exemplo da Informática que só surgiu após a criação do computador. A evolução das áreas, acarretando novas bifurcações, relações e especializações, também pode gerar novas áreas e subáreas do conhecimento, a exemplo da Medicina, que nos últimos anos ampliou seu campo de especialidades e interfaces com outras áreas em prol da resolução de problemas sociais concretos, a exemplo da Medicina paliativa, Medicina do sono e Medicina tropical.

Outra perspectiva sobre o surgimento de novas áreas é trazida por Bachelard (1971), a partir do conceito de rupturas epistemológicas. Para o autor, na base de cada disciplina há um elemento de ruptura com o discurso cotidiano, permitindo que a partir de tal separação delimite-se um fazer científico. Tal delimitação, ao contrário do que muitos pensam, não parte de um objeto científico em si, mas de uma ação humana que delineia um objeto científico para uma área. Dessa forma, um objeto científico não existe antes da existência de uma área, uma vez que é ela que o determina como fruto de uma ação/necessidade social. Como o objeto científico não é algo dado, mas construído socialmente no escopo de uma área científica, o delineamento de seu conceito está diretamente ligado aos valores socioculturais.

Neste ponto, é salutar retomar a perspectiva de Benveniste sobre a importância do papel da Terminologia na constituição de novas áreas. A constituição de uma terminologia própria assinala a delimitação de uma área, ou seja, uma área só começa a existir na medida em que possui conceitos próprios ou que funcionem em prol de um escopo científico. Dessa forma, a legitimidade de uma nova área se dá primeiramente através da delimitação de seus conceitos através da denominação. Sobre a relevância da denominação, Benveniste (1989) afirma:

Denominar, isto é, criar um conceito, é ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência. Consideramos, pois, o surgimento ou a transformação dos termos essenciais de uma ciência como os acontecimentos mais importantes de sua evolução. Todos os trajetos de pensamentos decisivos é que, incorporados à ciência, vão suscitar, por sua vez, novos conceitos (BENVENISTE, 1989, p.252).

O surgimento de novos conceitos refere-se diretamente aos neologismos. O neologismo é uma inovação linguística que pode apresentar-se sob a forma lexical (vocabular) ou sintática (frasal), podendo referir-se a um significante novo associado a um conceito já existente; a um significante novo associado a um novo conceito ou a um significante já existente associado a um conceito novo (neologismo semântico).

Neste último caso, quando já existe um significante e há mudança conceitual, observamos outro importante fenômeno associado às relações entre as áreas científicas, a migração de conceitos. Segundo Stengers (1987), um conceito migra de uma disciplina para outra com o intuito de fortalecer novos pontos de vista ou lacunas existentes em determinado campo. A migração conceitual auxilia áreas vizinhas, que compartilham práticas e elementos comuns, a se enriquecerem conceitualmente ao compartilharem o uso de termos que refletem aspectos teóricos e metodológicos comuns, facilitando a comunicação científica e sua aplicabilidade social.

A migração conceitual ilumina o importante fenômeno das relações intersticiais entre as áreas, que, dependendo do tipo de integração disciplinar (paralelismo, interação, integração), podem permutar empréstimos de conceitos ou mesmo incorporarem novos termos e conceitos.

Segundo Lenoir (2005), a interdisciplinaridade científica tem basicamente duas finalidades: corroborar a produção de novos conhecimentos e responder às necessidades sociais a partir da compreensão das interfaces dos discursos disciplinares. A identificação e o mapeamento das relações entre as áreas é salutar por permitir o conhecimento dos instrumentos teóricos, conceituais e práticos necessários não apenas para manter a

comunicação de fronteira, mas permitir trocas e construção de conceitos responsáveis por delinear o escopo de uma área.

Além disso, a migração de conceitos e os contatos interdisciplinares permitem um olhar cada vez mais arguto da realidade. Os problemas da contemporaneidade não podem ser resolvidos considerando-se apenas um enfoque, já que são de natureza complexa e de caráter dinâmico. Por isso, a abordagem interdisciplinar permite que diferentes lentes analisem o mesmo problema e que possam propor diferentes caminhos de resolução.

Essa congregação de saberes para a resolução de um problema pode se organizar basicamente de duas formas. No primeiro caso reúnem-se todos os conhecimentos em prol da resolução de problemas, construindo-se para isso uma nova representação do problema. Nesse processo supostamente neutro, em que as diferentes áreas se unem a fim de resolver o problema, observamos o mascaramento de questões políticas e ideológicas nas escolhas discursivas, ocultando o verdadeiro peso de cada área na representação discursiva. Por outro lado, a interdisciplinaridade também pode ter um caráter mais político, em que as escolhas terminológicas sejam feitas conscientemente e como resultado da negociação entre os diferentes pontos de vista, que objetivam, antes de tudo, a resolução de um problema social concreto. Nesse patamar, as escolhas não podem ser neutras, mas devem perpassar por um confronto de diferentes perspectivas. Diferente da primeira perspectiva, em que o método científico é visto como um procedimento abstrato, no segundo caso é resultado de um processo histórico com dimensões linguísticas e ideológicas (FOUREZ, 1995).

É importante ressaltar que o cenário de trocas e interfaces entre as áreas não é sinônimo de caos epistemológico. Cada área constitui-se a partir de determinado número de princípios, instrumentos e práticas que organizam e delineiam seus contornos. Tais parâmetros permitem não apenas a organização interna da área como a possibilidade externa de classificação. Neste ponto é relevante diferenciar o classificar do categorizar. Enquanto a classificação é um processo mais rigoroso de atribuição e sistematização de critérios para uma entidade, a categorização, por sua vez é mais flexível e dinâmica. Enquanto um sistema classificatório é organizado arbitrariamente segundo princípios convencionados, a categorização estabelece as associações das entidades a partir de suas similaridades e usos no contexto (ARTÊNCIO, 2007). Diante disso, seria mais coerente falarmos da categorização das áreas científicas ao invés de sua classificação, uma vez que consideramos a finalidade dinâmica e pragmática de análise.

Benveniste (1989), em sua obra sobre os *Problemas da Linguagem*, já abordava a função linguística da categorização em organizar modelos e experiências sociais concretas:

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante [...] São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem (BEVENISTE, 1989, p.68)

Feito esse adendo sobre a diferença terminológica entre a classificação e a categorização, lembramos que para fins desta pesquisa será utilizada a noção de classificação, termo utilizado pelas CAPES e CNPq para a representação das áreas do conhecimento. Como o objetivo deste trabalho não é discutir as nuances e fronteiras das diferentes áreas e subáreas do conhecimento, mas apenas lidar com elas no intuito de melhor compreender o escopo da Ciência da Informação, foi mais prudente selecionar uma perspectiva classificatória dotada de critérios mais estáveis. Além disso, a própria CAPES e o CNPq ressaltam o valor arbitrário dessa classificação, no entanto necessária aos objetivos de organização sistemática das áreas para fins de gestão, avaliação e formulação de políticas públicas. A consciência da relatividade do uso dos critérios de classificação não desmerece sua formulação e uso para determinado fim, apenas relativizam sua perspectiva deixando-nos cientes de que é resultado de uma perspectiva de análise.

Outro aspecto salutar de ser lembrado é que a Ciência da Informação insere-se numa nova ordem técnico-científica. Assim como outras áreas que se organizaram na metade do século XX e sofreram todas as influências do pensamento moderno, observamos que há uma superação em relação ao modelo industrial e ao paradigma positivista. O contexto pós-moderno é caracterizado pelas relações complexas, multifacetadas, dinâmicas e relativas. Considerando tal cenário, não há como simplificar as relações e as fronteiras entre as áreas com as lentes cartesianas do período anterior.

Além disso, no caso específico da Ciência da Informação, observamos que desde sua origem distinguem-se traços de seu caráter imanentemente interdisciplinar ao ser moldada por um conjunto de profissionais originários de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, parece natural que seu desenvolvimento teórico e metodológico tenha emprestado referencial teórico e terminológico. Por outro lado, na contemporaneidade, as demandas capitalistas e as necessidades sociais exigem que as áreas do conhecimento aproximem-se e estabeleçam entre si algum nível de troca ou integração com o intuito de resolverem os problemas complexos da atualidade. Não é possível mais olharmos os problemas do presente com as lentes do passado,

Por isso, o olhar transversal e a possibilidade de interfaces entre as áreas do conhecimento podem abrir novos caminhos para a resolução das inquietações da sociedade contemporânea.

Considerando este cenário de transformações e possibilidades de novos olhares, começamos a travessia terminológica na área da Ciência da Informação.

Capítulo 1 - Neologia: história, conceitos e classificações

1.1 Histórico dos estudos neológicos

1.1.1 Breve panorama geral

O termo neologismo tem origens no século XVIII, embora a noção seja de renovação léxica é um processo intrínseco à vida da cada língua. Todavia, tal fenômeno foi visto com cautela e até aversão no decorrer da história. Na Idade Clássica, por exemplo, retóricos e gramáticos latinos definiram o conceito de *vitimes loqui*, que designava a fala incorreta ou corrompida, geralmente associada à *verba nova* (palavra nova) ou *verba fîta* (palavras inventadas de modo artificioso). A utilização dessas palavras novas, “corrompendo a pureza do idioma”, era denominada como *vitia* (ADAMO, 2010, p.152).

Na Idade Média, as reservas quanto ao uso de novas expressões na língua permanecem. A consolidação do Cristianismo permite a difusão do latim no meio religioso e acadêmico, dificultando a entrada de termos novos ou que tratassem de doutrinas ou experimentos inovadores. Mesmo no momento seguinte, o Humanismo, de maior abertura aos experimentos artísticos e científicos, verifica-se certa hostilidade em relação à adoção de novos termos à língua, reflexo da influência classicista (ADAMO, 2010).

As principais mudanças quanto à aceitação de novos termos na língua se deu apenas no século XVIII. A influência do desenvolvimento científico, com obras de cunho naturalista, é responsável por acolher termos estrangeiros e novas designações técnico-científicas. Somado a isso, ocorre o fenômeno do enciclopedismo, que ajuda na difusão e circulação da produção léxica da época (ADAMO, 2010).

A primeira noção do termo *neologismo* também se dá no século XVIII. Segundo o Petit Robert (1988 apud ALVES, 2002) o adjetivo *néologique* tem sua primeira ocorrência em 1726, anterior até ao substantivo neologismo, mas ainda com caráter pejorativo. O termo *neologismo* é usada pela primeira vez em 1735, conforme atesta Pavel¹ (1989):

¹ A palavra neológica atestada pela primeira vez em 1735, em um fábula alegórica, é um exemplo de neologia sintagmática (derivação, composição), por combinar os elementos *neos* e *logos* emprestados do grego (neologia de empréstimos). O primeiro sentido estabelecido foi pejorativo: vício de estilo, envolvido em formar frases, junção de palavras imprudentes, estranheza, suvidade e pequenez de figuras, expressão nova afastada daqueles que autorizavam seu uso (PAVEL, p.80, 1980, tradução nossa).

[...] le mot «néologisme», attesté pour la première fois en 1735 dans une fable allégorique, est un exemple de néologie syntagmatique (dérivation, composition) par combinaison des éléments «neos» et «logos» empruntés au grec (néologie d'emprunt). Ses sens premiers étaient péjoratifs: vice du style, tour affecté des phrases, jonction téméraire des mots, bizarrerie, fadeur et petitesse des figures, expression nouvelle et éloignée de celles que l'usage autorise, etc. (PAVEL 1989, p.10).

Em 1759, verifica-se a ocorrência de outra designação, *néologie*, com um sentido mais neutro e menos pejorativo: “*emploi de mots nouveaux dans la langue afin de l'enrichir*” (PAVEL, 1989, p.10). No entanto, apenas em 1800 é que o termo neologismo começa a ser usado com uma acepção com o sentido mais próximo do que usamos hoje: “*Emploi d'un mot nouveau soit créé, soit obtenu par déformation, dérivation, composition, emprunt, etc., ou emploi d'un mot dans un sens nouveau (néologisme de sens)*.” (PAVEL, 1989, p.10). Além do termo em francês, há também *neologismus* em alemão, e *neologism* em inglês, que, segundo Giraud (1974 apud ALVES, 2002), seriam utilizados para designar uma nova doutrina propagada pelos teólogos racionais e influenciada por Spinoza.

A acepção do termo neologismo de 1759 não está associada a um caráter pejorativo ou mesmo abusivo do uso de novos termos na língua, como sua primeira ocorrência em 1735. Nessa nova acepção, sendo ela mesma um neologismo semântico, valoriza-se a criação de novas palavras como uma necessidade inerente à língua. Tal aceitação da comunidade linguística é evidenciada com a inserção do termo em dicionários de língua (BOULANGER, 2009).

Depois da inserção do termo em obras lexicográficas, observou-se um progressivo processo de aceitação e uso das noções de neologismo. No século XX, houve uma considerável proliferação dos estudos neológicos, resultado da velocidade do progresso científico e do avanço tecnológico (produtores e disseminadores de novos termos), a globalização, que contribuiu com a internacionalização e a queda de barreiras que antes obliteravam a comunicação internacional. Adamo (2010) completa:

El desarrollo de conocimientos nuevos y la alteración incontrolable de contextos tecnológicos y sociales mudables determinan una elevada movilidad léxica, que se manifiesta en la oscilación de las formas denominativas, ya sea en el plano intralingüístico, ya sea en el intralingüístico. Las nuevas tecnologías de comunicación siguen provocando repercusiones profundas también en la formación y en interrelación de las distintas lenguas internacionales, incluso en las tradicionales lenguas de cultura (ADAMO, 2010, p.51).²

O primeiro trabalho dedicado a uma análise neológica foi de cunho lexicográfico, feito pelo francês Peter Wexler, sobre a descrição do vocabulário das ferrovias em 1955. Desse trabalho, seguiram-se outros na mesma linha de análise: *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*, de Dubois (1962); *La formation du vocabulaire de l'aviation* (1965) e *Le vocabulaire de l'astronautique* (1965), ambos de Guilbert (ALVES, 1996).

Nessas análises, o vocabulário técnico-científico tem descrição morfológica e semântica, com ênfase nos processos de formação das unidades neológicas e nas relações estabelecidas entre elas. Dessa forma, observa-se que nesse momento o estudo neológico estava muito atrelado à Lexicologia, tanto em seu aspecto morfológico como semântico (ALVES, 1996).

A difusão dos estudos neológicos permitiu que, por volta da década de 70, a neologia se constituísse como disciplina, sobretudo ligada aos estudos terminológicos. Nessa época, além do acelerado processo de desenvolvimento científico e tecnológico, que suscitava necessidades denominativas novas, também foi um momento de democratização do ensino e aparecimento de novos meios de comunicação e sistemas de transmissão da informação. Tais fatos corroboraram a tensão de duas tendências: a mudança *versus* a estabilidade. A primeira, difundida em fóruns internacionais de caráter cultural, político e econômico, disseminava o plurilinguismo; já a segunda, representada pela intervenção governamental, propunha um planejamento linguístico (CABRÉ, 2002a).

O desenvolvimento de trabalhos terminológicos, tanto de caráter descritivo, como normalizador, incentivaram a criação de termos, redimensionando o fenômeno neológico, que nesse contexto acabava se tornando polissêmico. O neologismo passa a ter um papel

2 O desenvolvimento de novos conhecimentos e a alteração incontrolável de contextos tecnológicos e sociais mutáveis determinam uma elevada mobilidade léxica, que se manifesta na oscilação das formas denominativas, tanto no plano intralingüístico como no extralingüístico. As novas tecnologias de comunicação continuam provocando profundas repercussões na formação e na inter-relação das distintas línguas internacionais, inclusive as tradicionais línguas de cultura (ADAMO, 2010, p.51, tradução nossa).

importante não apenas na língua geral, mas também nas línguas de especialidade, que nesse período difundem-se globalmente (BOULANGER, 1989 apud ALVES, 2010).

Depois desse período, nota-se que as iniciativas à regularização dos neologismos por organismos oficiais confrontam-se com o funcionamento do neologismo na publicidade, que amplia seu papel no contexto sociocultural. O neologismo, nesse viés, funciona como um “bem de consumo”, fruto de uma época cada vez mais neologênica, motivada pelo papel dos textos publicitários e jornalísticos, bem como da diversidade de níveis de linguagem produzidos pela sociedade. Sobre tais transformações de sentido, Gardin (1974) afirma:

On peut continuer bien sûr à étudier les transformations du langage, les changements de sens, les variations de la morphologie et de la syntaxe? Mais la production néologique coïncide actuellement avec l'unification des idéologies, leur réduction à une seule idéologie qui se présente à la fois comme l'effet et la cause de la mort du sens, des simulacres de mutation de sens (GARDIN, 1964, p.69).³

Os estudos neológicos podem ser vistos tanto sob um aspecto teórico como aplicado. No âmbito teórico, têm o papel de organizar temas relacionados à língua: elaboração de estratégias para a formação de novas unidades, incorporação em dicionários, adaptação gramatical, morfossintática e fonológica ao sistema da língua, bem como realizar a medição da vitalidade interna e externa da língua. No aspecto prático, deve utilizar todo o conhecimento do arcabouço teórico na elaboração de dicionários de neologismos, auxiliar nos casos de ausências denominativas em áreas de especialidade e também contribuir na feitura de políticas de intervenção (CABRÉ, 2002b).

No século XXI, as mudanças socioculturais e tecnocientíficas se aprofundam e refletem-se nos processos de formação, difusão e desenvolvimento de neologismos, principalmente os de áreas de especialidade. Diferentes fatores compõem o *status* de um neologismo nesse período:

³ Pode-se continuar seguramente o estudo das transformações da linguagem, as mudanças de sentido, as variações da morfologia e da sintaxe? Mas a produção neológica coincide, na verdade, com a unificação das ideologias, sua redução a uma única ideologia que se apresenta por sua vez como efeito e causa da morte do sentido, dos simulacros de mutação dos sentidos (GARDIN, 1964, p.69, tradução nossa).

Du point de vue linguistique, les systèmes des langues permettent le recours à un ensemble de procédés morphologiques, morphosyntaxiques et morphosémantiques pour créer les nouvelles dénominations. Du point de vue culturel, la néologie reflète l'évolution et l'état de développement scientifique, technique et culturel d'une société. Enfin, du point de vue politique, sur le plan de l'expression, la société qui utilise une langue donnée doit disposer de dénominations qui garantissent l'aptitude de la langue à servir les besoins d'expression et de communication de ses locuteurs (DESMET, 2003, p.3).⁴

1.1.2 Os estudos neológicos na língua portuguesa

As primeiras ocorrências de neologismos na língua portuguesa são bem remotas. Na fase arcaica da língua, o léxico é comumente enriquecido com estrangeirismos, (galicismos, provençalismos, grecismos, etc.) a fim de constituir as formações vernáculas. No período quatrocentista, por exemplo, destacam-se os latinismos que são aportuguesados e adaptados à pronúncia e à ortografia. Já no século XVI, com a expansão marítima e a colonização de outros povos, inicia-se um processo de importante influência linguística, decorrente do contato com os povos conquistados. Assim, ocorrem influências linguísticas das línguas indígenas, africanas e do Oriente. No Brasil, destacam-se as influências dos africanismos e indianismos (ALVES, 1996).

O primeiro registro do termo neologismo, em língua portuguesa, pode ser visto no *Diccionario da língua portugueza* de Moraes Silva, de 1813, no qual se define o termo como o “uso frequente de palavras novas” (MORAES SILVA, 1813, p.340 apud ALVES, 2002, p.204). Outra ocorrência do termo no século XIX é em 1871, na obra do Frei Domingos Vieira, *Thesouro da língua portugueza*, em que se define tanto neologismo – “inovação de palavras e phrases”, como neologia – “invenção ou introdução de termos ou locuções novas em um idioma” (VIEIRA, 1871, p.425 apud ALVES, 2002, p.204).

Do século XIX até a primeira metade do século XX, os estudos sobre neologismo estavam mais voltados ao emprego dos estrangeirismos, tratados principalmente pelos seguintes autores: Tullio (1874), Silva (1877), Lopes (1909), Freire, (1921), Albuquerque (1937) e Bouchardet (1939) (ALVES, 2010). Nesse momento, destacam-se as manifestações

⁴ De um ponto de vista linguístico, os sistemas linguísticos permitem a utilização de um conjunto de processos morfológicos, morfossintáticos e morfossemântico para criar novos nomes. Do ponto de vista cultural, a neologia reflete a evolução e o estado de desenvolvimento científico, técnico e cultural de uma sociedade. Finalmente, do ponto de vista político, em termos de expressão, a sociedade que utiliza uma linguagem particular deve dispor de denominações que garantam a capacidade de a língua servir às necessidades de expressão e comunicação dos seus falantes (DESMET 2003, p.3, tradução nossa).

contra o uso de galicismos, e as análises sobre neologismo vernacular, a exemplo das obras de Austrogésilo (1936) e Pádua (1949) (ALVES, 2010).

Na segunda metade do século XX, o foco dos estudos neológicos volta-se para os trabalhos descritivos, a exemplo das obras de Barbosa (1981), Pereira (1983), Carvalho (1983); Assunção Junior (1986), Sandmann (1987, 1989, 1991) e Alves (1990) (ALVES, 2010). Até o século XX, é muito recorrente a influência de estrangeirismos no processo de criação de novos termos. Contudo, na primeira metade do século XX, observa-se um grande número de registros de criação de neologismos, no nível lexical, a partir de processos vernaculares (derivação e composição), a exemplo das obras de autores como Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Cassiano Ricardo, Gilberto Mendonça Telles, etc. (ALVES, 1996).

De modo geral, retomando a obra de Mattoso Câmara em *História e estrutura da língua portuguesa*, o léxico do português foi formado basicamente por cinco campos semânticos, com termos relativos às partes do corpo humano, níveis de parentesco, transcurso do tempo, tempo climático e sobre o mundo físico (MATTOSO CÂMARA, 1975). Somada às noções desses campos semânticos, o autor afirma a importância das diferentes línguas na constituição do português contemporâneo, a exemplo do árabe para a agricultura e a alimentação (arroz e alface); o tupi para as designações botânicas (capim e tamandua); as línguas africanas na alimentação e religião (orixá e acarajé); e o italiano e o francês com importantes influências artístico-culturais (ALVES, 2006).

Na segunda metade do século XX, ocorre o fenômeno do acelerado desenvolvimento técnico-científico, propiciando a introdução de empréstimos de origem inglesa. Além disso, ocorre a difusão de uma neologia terminológica, ou seja, fruto do desenvolvimento e disseminação das áreas de especialidade (ALVES, 2006).

1.2 Aspectos da Neologia na língua comum

1.2.1 O conceito de neologia

A neologia, no âmbito contemporâneo, pode ser definida sob duas perspectivas. Primeiramente pode ser entendida como uma capacidade natural de se realizar a renovação do léxico da língua, a partir da criação e da incorporação de novas unidades léxicas, os neologismos. Essa inserção de novos termos ocorre tanto de modo consciente como inconsciente, sendo efetuada a partir do uso de mecanismos de formação de palavras da

própria língua. Outra perspectiva é a neologia como estudo, ou seja, análise, descrição, registro e observação dos neologismos de uma determinada língua (CORREIA, 1998).

Cabré (2010) ainda ressalta que, na perspectiva de estudo, a neologia é utilizada na detecção dos recursos mais produtivos para a atualização do léxico, bem como pode ser empregada na medição do nível de vitalidade de uma língua, além de atuar colaborativamente em outros campos de trabalho, tais como: a Lexicografia, atualizando dicionários; a Terminologia, delimitando critérios para a elaboração de termos; e participando dos processos de planificação linguística e criação de bancos de dados especializados.

A medida do grau de vitalidade de uma língua pode se dar a partir da análise da frequência e uso dos diferentes processos e recursos de criação lexical. Para a mensuração, considera-se o polo máximo de vitalidade interna os processos que utilizam recursos genuínos da própria língua para a criação lexical. Por outro lado, o polo mínimo seria aquele constituído pelos empréstimos, principalmente aqueles incorporados ao idioma sem adaptações (CABRÉ, 2002a).

A delimitação do grau de vitalidade de uma língua se dá por alguns critérios: verificar se o neologismo se forma a partir de uma regra morfológica, fonológica ou por lexicalização de uma sequência sintática; observar se o neologismo se modifica semanticamente, a partir de uma palavra já existente; e identificar a origem do neologismo, ou seja, se é proveniente de radicais greco-latinos, ou de outro sistema linguístico (empréstimo), analisando se nesse caso se adapta ou não à língua. A partir desses critérios verifica-se que os neologismos constituídos pelo primeiro critério (neologismo de formação) possuem maior grau de vitalidade que aqueles provenientes do nível de empréstimo (CABRÉ et al, 2002).

A capacidade de inovação lexical de uma língua é o primeiro indício de que ela está viva. Assim, para se conhecer a realidade de uma língua deve-se fazer o estudo sistemático dos neologismos, a partir da frequência de uso e das funções que desempenham em diferentes cenários comunicativos (CORREIA et al, 2004). Alves (1984) também ressalta que uma língua que não disponha de recursos neológicos para enriquecer-se, seria uma língua morta.

Além da vitalidade, a neologia permite que a língua acompanhe as mudanças socioculturais de seu contexto histórico e com isso desempenhe seu importante papel de instrumento de comunicação. A este respeito, podemos citar Célestin e Bergeron (2003):

Le phénomène de la néologie est présent dans toutes les langues vivantes, et la nécessité d'y recourir est devenue aujourd'hui évidente pour toutes les communautés linguistiques qui ont à cœur le développement de leur langue. En effet, une langue qui n'a pas recours à la néologie se sclérose et disparaît. La néologie touche toutes les sphères de la langue. Elle peut se manifester dans sa prononciation, dans sa morphologie, dans sa syntaxe et dans son lexique. Elle jalonne le parcours temporel d'une langue. En observant les apports néologiques reliés aux différentes époques de l'évolution d'une langue, il est en effet possible de retracer l'histoire d'une société tout entière (CÉLESTIN; BERGERON, 2003, p. 5).⁵

Outro aspecto relevante de ser mencionado é quanto à diferença entre produção e criação lexical. A produtividade lexical pode ser entendida como a capacidade de se elaborar novas palavras a partir de processos interiorizados e sistemáticos, inerentes ao próprio idioma. A criatividade, por sua vez, consiste na capacidade de o falante, conscientemente, utilizar princípios de abstração e comparação, para expandir o sistema linguístico (CORREIA, 2003).

A produtividade geralmente manifesta-se através de processos regulares de formação de palavras, a exemplo das derivações, composições e conversões. Nesse caso, os produtos da produtividade constituem a neologia de caráter denominativo, recorrente nas áreas de especialidade. Todavia, na criatividade observam-se os processos deformacionais de construção de palavras, tendo, portanto, como produtos os processos observados na neologia estilística, utilizada no âmbito literário, publicitário e humorístico (CORREIA, 2003).

A produção e a utilização do neologismo dependem de uma ação, que deve ser considerada tanto no nível intra- como extralinguístico. Dessa forma, considera-se tanto a perspectiva formal (estrutura) como funcional (ideológica ou linguística) do neologismo, verificando-se o tipo de discurso e a situação comunicativa de sua produção.

A produção de um neologismo envolve basicamente três fatores: o enunciador, o destinatário e o papel desempenhado pela linguagem. De tal modo, observa-se que o neologismo produz no enunciador o sentimento de portador de um novo conhecimento ou de uma distinta perspectiva ideológica. A dinâmica do ato comunicacional neológico também implica a sensação de novidade para o outro interlocutor. E a compreensão do neologismo só

⁵ O fenômeno de neologia esta presente em todas as línguas vivas, e a necessidade de usá-la tornou-se evidente hoje para todas as comunidades linguísticas que têm em seu cerne o desenvolvimento de sua linguagem. Com efeito, uma língua que não recorre aos neologismos envelhece e desaparece. A neologia afeta todas as esferas da linguagem. Pode manifestar-se na pronúncia, na morfologia, na sintaxe e no léxico. Ela marca o percurso temporal de uma língua. Observando-se as contribuições neológicas relacionadas a diferentes períodos da evolução de uma língua, é possível traçar a história de toda uma sociedade (CÉLESTIN; BERGERON, 2003, p. 5, tradução nossa).

se efetiva considerando-se o contexto em que está inserido (BARBOSA, 1996).

No caso da palavra neológica, a dependência do contexto é ainda maior que as palavras já consagradas pelo uso, pois o receptor necessita da situação comunicativa para a identificação da lexia. A identificação do universo do discurso permite que se reconheçam traços gramaticais, fonológicos, ausências de sentido, ou mesmo alguma especificidade que só pode ser vislumbrada no âmbito do contexto comunicacional. Assim, a autora sintetiza que o receptor precisa duplamente do contexto: para obter o significado do consenso (sentido do neologismo) e depois observar a especificidade do ato (valor da comunicação) (BARBOSA, 1996).

Na comunicação, o neologismo pode ter várias funções, dentre elas Barbosa (1996) destaca duas relacionadas ao processo comunicativo, a função referencial e a função conativa. A primeira refere-se à mensagem, quando está centrada no contexto e possui um caráter essencialmente informativo, tendo a finalidade de transmitir um conceito novo a um receptor.

No ato comunicativo, através da relação informativa entre locutor/destinatário ocorre a modificação e aquisição de um novo conhecimento por parte do destinatário, que reformula seu universo linguístico e cultural. Na função conativa, o neologismo é empregado numa coerção intencional do emissor sobre o receptor, com o objetivo de atingi-lo de modo positivo ou negativo, e obter dele uma reação. Nesse caso, o conceito transmitido é tanto de cunho informacional como subjetivo, demonstrando aspectos satíricos, críticos ou ideológicos (BARBOSA, 1996).

Guilbert (1975), num âmbito mais genérico, conceitua neologia como o conjunto de todos os fenômenos novos que atingem uma língua. Dentre esses fenômenos, o autor se detém nos estudos da neologia lexical, criação de unidades lexicais a partir de regras produzidas pelo próprio sistema linguístico, e também nos empréstimos, utilizando mecanismos distintos que se adaptam ao idioma. Em ambos os casos, neologia lexical ou empréstimos, ressalta-se o caráter da novidade no idioma para ocorrer a integração.

O caráter de novidade também é ressaltado por Freixa (2010), que lembra-se de que tal critério pode ser observado em função de parâmetros mensuráveis, como o momento em que a unidade léxica aparece em um registro escrito. Tal parâmetro documenta a aparição de determinado neologismo num contexto, indicando sua frequência e com isso ponderando níveis de ocorrência, grupo social que o utiliza, sinônimos e preferências de uso.

O caráter de novidade do neologismo é marcado por dois aspectos: a duração e o sentimento de neologicidade. A duração de um neologismo é relativa e variável, podendo ser mensurada por vários critérios: idade, *status* social, nível instrucional, etc.

O aspecto da duração, segundo Quemada (1973), seria o principal indício de neologicidade, porém, tal determinação não deveria se limitar apenas à delimitação de uma data. A noção de duração de um neologismo deve ser constatada a partir da observância de dicionários especializados, inventários de descrições léxicas e um trabalho minucioso de análise e comparação de dados, a fim de se aproximar objetivamente de uma provável data de criação de uma palavra (BOUZIDI, 2010).

Rey (1988) também aborda a questão do caráter de novidade:

Le néologisme n'en reste pas moins une notion mouvante qui, selon l'angle sous lequel il est considéré, revêt un caractère différent et peut jusqu'à perdre sa valeur de nouveauté. En effet, le néologisme dépend d'un jugement relatif et même subjectif, lié à sa définition même, qui repose non pas sur la nouveauté objective, mais sur un sentiment de la nouveauté (REY, 1988, p. 282).⁶

Para falar do sentimento de neologicidade é interessante destacar a designação do termo neologicidade. Aproximando-o da noção de neologismo, pode ser designada genericamente como toda expressão nova⁷ que foi retida, memorizada e posteriormente dicionarizada sendo, portanto, uma noção evolutiva. A neologicidade pode ser entendida como a duração de tempo em que uma palavra é percebida como neologismo. Por conseguinte, a neologicidade é uma propriedade sociolinguística fundamental para o neologismo, uma vez que ela permite estabelecer o tempo de permanência de uma palavra como uma entidade nova num sistema linguístico (BOUZIDI, 2010).

O sentimento de neologicidade está associado aos processos de lexicalização e dicionarização. Nesse sentido, uma palavra é considerada nova no instante de sua criação até o momento de sua dicionarização. Essa inclusão pode ser bem variável. Há palavras que demoram dois anos entre sua primeira datação até a inserção no dicionário. Contudo, há outras que demoram de quatro até trinta anos para serem incorporadas. A duração neológica varia de acordo com a rapidez de sua difusão e aceitação (SABLAYROLLES, 2010a).

⁶ O neologismo não se constitui somente como uma noção mutável, que segundo o ângulo sob o qual é considerado, reveste-se de um aspecto distinto e que pode até perder seu valor de novidade. Com efeito, o neologismo depende de um julgamento relativo, subjetivo, e até ligado a sua definição, relacionado não a sua novidade objetiva, mas ao sentimento de novidade (REY, 1988, p.282, tradução nossa).

⁷É interessante destacar a diferença entre neologismo, arcaísmo e paleologismo. Enquanto o neologismo é o emprego de uma nova unidade lexical, o arcaísmo emprega de modo passivo uma palavra que já não pertence ao âmbito lexicográfico. O paleologismo, ao contrário, é o reemprego de uma palavra que já existiu na língua, entrou em desuso e foi reincorporada (SABLAYROLLES, 2010a).

Nesse caso, deve-se também ponderar o emprego da palavra nova, sua recepção pela comunidade ou mesmo dados sobre sua origem e difusão. Uma palavra nova falada por uma pessoa comum demorará mais tempo para ser aceita e incorporada a um sistema linguístico que uma nova palavra difundida por uma autoridade científica (FREIXA, 2010).

Sobre o critério lexicográfico, Sablayrolles (2010b) destaca principalmente cinco inconvenientes: a incompletude dos dicionários, caracterizada por omissões acidentais ou voluntárias; problemas de divergências terminológicas na escolha no *corpus* que irá compor o dicionário; a escolha das unidades que irão compor o dicionário estar vinculada a questões ideológicas dos lexicógrafos; o fato de se considerar essencialmente a língua escrita para compor o *corpus*; e as incorporações que trazem em seu bojo equívocos de natureza morfossintática ou semântica para o termo incorporado.

Outra definição importante de ser retomada sobre neologismo é a de Rey (1976). O autor define neologismo como uma unidade lexical - considerada por ele como palavra, lexia ou sintagma, que em sua relação significado/significante caracteriza-se pelo efetivo funcionamento de um determinado modelo de comunicação, que até aquele momento não tinha se manifestado no código linguístico (REY, 1976).

Além da definição, o autor ainda ressalta o caráter relativo do conceito de neologismo, até indagando-se, se por tal subjetividade em sua determinação não deveria ser considerado um *pseudoconceito*, uma vez que depende de um juízo relativo de novidade, ou seja, não uma novidade objetiva, mas um sentimento de novidade (REY, 1988). Tal percepção justifica-se pelo fato de que para uma unidade lexical ser efetivamente considerada um neologismo ela deve ser reconhecida por uma comunidade linguística, que a enxergue como uma palavra nova em sua época e num dado contexto (REY, 1976).

Boulanger (1979), em sua perspectiva sob a definição de neologismo, destaca três aspectos do termo: a diacronia (ser uma unidade de criação recente), caráter também ratificado por Rondeau (1984); a novidade (nova acepção de uma palavra já existente no idioma); e a aceitabilidade da palavra numa comunidade linguística, a fim de atender às necessidades dos falantes.

Outro aspecto relevante, lembrado por Cabré (1993), refere-se à instabilidade formal do neologismo. Segundo a autora, uma unidade lexical é considerada neológica se, cumulativamente, apresentar evidências de instabilidade em sua natureza morfológica,

fonética ou ortográfica.

Diante do exposto, verifica-se que os conceitos de neologia e neologismo estão de certa forma, estabilizados, conforme destaca Sablayrolles:

Le concept de néologie est clair (toute innovation au niveau du lexique : signifiant, signifié, emploi). Mais l'absence de description complète du lexique qui serve de pierre de touche pour juger de la nouveauté, surtout celle d'un emploi, laisse une marge d'indécision dans le repérage des néologismes (SABLAYROLLES, 2010a, p.7).⁸

Contudo, a dificuldade no estudo neológico está no caráter fluido e subjetivo do sentimento de neologicidade, o que dificulta a determinação de critérios mais objetivos e precisos para a delimitação do neologismo (CABRÉ, 2010).

Considerando tal argumento, Bouzidi (2010) afirma:

Le néologisme est difficile de par l'absence de références et de critères clairement adoptés pour la délimitation du concept nouveau dans le temps; désormais : néologicit (tat et sentiment nologiques). Le nologisme, lment fixateur, devient ou s'avre ainsi et la fois une notion labile et fluctuante. Il stabilise une conceptualisation en cours. Il suspend un usage (nouveau), formalise un concept, un sentiment... identifie un rfrent. De mme, il mmorise un instant de « conscience » qui peut durer. Le succs du mot cr est une autre histoire (BOUZIDI, 2010, p.29).⁹

Por fim, relevante destacar a noo de necrologismo, conceito que dialoga com a noo de neologismo, mas que pode ser til para ratificar as propriedades neolgicas. O necrologismo¹⁰ seria o termo que se tornou obsoleto num dado perodo de tempo, fenmeno mais recorrente em reas de especialidade, principalmente motivado pelas diversas transformaes tcnico-cientficas. Dury e Drouin (2011) apresentam da seguinte forma o conceito de necrologismo:

⁸ O conceito de neologia evidente (toda inovao em qualquer nvel lexical: significante, significado, emprego). Mas a ausncia da completa descrio do lxico que serve de pedra de toque para julgar a novidade, sobretudo aquela empregada e que deixa uma margem de indeciso na recuperao dos neologismos (SABLAYROLLES, 2010a, p.7, traduo nossa).

⁹ difcil se estabelecer referncias e critrios claramente adotados para a delimitao de um conceito novo no decorrer do tempo, mesmo hoje em neologicidade (estado e sentimento neolgico). O neologismo, elemento fixador, tornou-se uma noo flutuante. A estabilizao do neologismo uma conceituao em curso. Ele teve a suspenso de um uso (novo), formalizando um conceito, um sentimento, identificando um referente. Da mesma forma ele memoriza um instante de conscincia que pode durar. O sucesso da palavra criada outra histria. (BOUZIDI, 2010, p.29, traduo nossa).

¹⁰ O necrologismo no deve ser confundido com a neologia que designa um fenmeno antigo (paleologia), denominado por Pohl (1993) como *neology going back in time* ou em francs como *nologie rebrousse-temps* (POHL, 1993 apud HUMBLEY, 2011a).

We define necrology as the disappearance of a term, the disappearance of a part of term, a change in grammatical status, and/or the disappearance of a meaning over a given period of time. Neologisms which have failed to stabilize in a lexicon, and have thus disappeared from it are also considered as *necrologists*. We also keep in mind that a term can disappear from a specialized lexicon over a given period of time, and is therefore considered, for the period involved, as a necrologism even if it may reappear in the same lexicon at a later time period, with a new or altered meaning (DURY, DROUIN, 2011, p.19).¹¹

O caráter diacrítico é essencial para a determinação do necrologismo, pois, a data de desaparecimento e uso de um termo, em determinado *corpus*, é que poderá definir sua natureza necrológica. O necrologismo, assim como o neologismo, possui níveis de classificação. Pode ser caracterizado como semântico (desaparecimento do significado no decorrer do tempo); lexical (desaparecimento de uma unidade lexical, em decorrência da substituição por outra correspondente); morfológico (desaparecimento dos afixos) e gramatical (desaparecimento do plural ou de uma das classes gramaticais de formação) (DURY; DROUIN, 2011).

1.2.2 Principais traços da natureza neológica

Um primeiro aspecto a ser discutido é a diacronia, geralmente associada à delimitação do neologismo. Sobre tal temática, Guilbert (1973) afirma que o caráter de neologicidade não está apenas atrelado à noção de diacronia (duração no tempo), mas também à sincronia (noção no instante presente), já que na dinâmica da criação lexical, ambas as dimensões corroboram a delimitação do conceito:

En réalité, diachronie et synchronie ne sont que des dimensions temporelles, la durée et l'instant présent, appliquées à l'étude de la langue. Le dynamisme créateur d'une langue, moyen d'expression d'une collectivité vivante, ne saurait y être totalement enfermé, puisqu'il ne se définit ni par la seule successivité des créations une à une, ni par la seule structure figée dans l'instant photographique. Le fonctionnement d'une langue dans ses diverses composantes, phonologique, morphologique, syntaxique et lexicale, est appréhendé dans sa totalité seulement par des locuteurs contemporains de l'état de langue où se produisent les énoncés, c'est-à-dire seulement en synchronie. Il convient donc de situer le concept de néologie dans le dépassement de l'opposition diachronie /synchronie, de le définir dans le cadre d'une synchronie dynamique. Un état de langue contemporain est un moment de jonction de l'état antérieur qui s'achève et du suivant qui s'amorce, la fin d'un changement, c'est-à-dire la formation d'un

¹¹ Podemos definir necrologia como o desaparecimento de um termo, desaparecimento de parte de um termo, a mudança de um status gramatical e/ou o desaparecimento do significado em um determinado período de tempo. Neologismos que falharam em se estabilizar em um léxico, desaparecendo assim, também podem ser considerados necrologismos. Um termo pode desaparecer de um léxico especializado durante um determinado período de tempo, sendo considerado necrologismo, mas pode reaparecer no mesmo léxico em um período posterior, com um significado novo ou alterado (DURY, DROUIN, 2011, p.19, tradução nossa).

archaïsme est tout à la fois le début d'un autre changement, la naissance du néologisme (GUILBERT, 1973, p.35).¹²

Relacionada à noção de tempo, temos o caráter efêmero e mutável do neologismo. Esses aspectos se delineiam pelo fato de que o sentimento de novidade possui uma duração variável e determinada na comunidade linguística (WIDAL, 1974). O tempo de duração de uma unidade lexical nova seria de, em média, cinco anos, considerando o momento de sua percepção até sua incorporação no sistema linguístico (CÉLESTIN; BERGERON, 2003).

Outros importantes aspectos são elencados por Guilbert (1973) em seus postulados sobre o neologismo. Primeiro enuncia que, como qualquer elemento de uma língua, o neologismo funciona segundo o código linguístico em que se instala, observando, portanto suas regras para a formação de palavras. No segundo postulado, afirma que o neologismo é um signo linguístico, portanto, com uma face significante e outra de significado, e que ambas modificam-se conjuntamente na criação neológica.

No postulado seguinte, ressalta que a formação neológica mais frequente é aquela que não possui uma significação mínima, mas que na verdade é o resultado da combinação de elementos mais simples e que já existem na língua. No quarto postulado, lembra que a criação do neologismo não deve estar dissociada do discurso, assim como seu criador deve estar integrado a uma comunidade linguística e exprimir uma situação de determinado contexto. E por último, destaca que o neologismo apresenta um aspecto oral e outro escrito e que ambas as modificações devem ser consideradas relevantes na composição neológica (GUILBERT, 1973).

Além desses postulados, Guilbert (1973) também ressalta que a formação do neologismo não está somente associada a um ato individual da fala (*parole*), a exemplo de um inventor que nomeia um produto ou técnica para ser conhecida por uma comunidade linguística. O neologismo está também destinado a ser um fenômeno da língua (*langue*).

¹² Na verdade, diacronia e sincronia são apenas dimensões temporais, a duração e o momento presente, aplicados ao estudo da língua. O dinamismo criativo de uma língua, por meio de expressão de uma comunidade viva, não pode ser completamente fechado, porque ele é definido não pelas meras criações sucessivas, nem pela estrutura fixa semelhante a um instante fotográfico. O funcionamento de uma língua nos seus diversos componentes, fonológico, morfológico, sintático e lexical, é apreendido em sua totalidade apenas pelos seus falantes ativos, através das declarações, em que produzem os enunciados, responsáveis pela sincronicidade. Assim, é conveniente situar o conceito de neologismo em oposição a diacronia / sincronia, definindo-o como parte de uma sincronia dinâmica. Um estado da língua contemporânea é um momento de junção de um estado anterior que termina e o seguinte que surge, o fim de uma mudança, isto quer dizer a formação de um estado anterior que por sua vez é a origem de outra mudança, o nascimento de um neologismo (GUILBERT, 1973 p.35, tradução nossa).

A expressão de uma nova realidade é um exercício de pensamento e conhecimento de mundo que exige a consciência linguística de uma comunidade, para que a palavra nova seja recebida e aceita. Dessa forma, qualquer criação neológica individual apresenta necessariamente um aspecto coletivo, já que deve ser aceita por uma coletividade linguística para nascer, ser aceita e implantada. Assim segundo Barbosa (1996):

Segundo a orientação sociológica, a origem do signo, assim como sua função, estão estreitamente ligadas às necessidades sociais do grupo [...] com efeito a formação do signo e como uma resposta às necessidades criadas por uma nova situação social. O grupo social em determinado momento de sua existência, tem necessidade de formar um novo signo, ou criando uma grandeza signo inteiramente nova (significante/significado), ou atribuindo um novo significado a um signo já existente (BARBOSA, 1996, p.118).

Diante disso, a autora ressalta que o neologismo, do ponto de vista sociológico, pode ser considerado como instrumento de uma ideologia de uma época e fruto da ação social e do pensamento de um grupo. O léxico, portanto, exprime o conteúdo referente às experiências sociais, refletindo as alterações culturais e históricas de um grupo (BARBOSA, 1996).

A aceitabilidade por uma comunidade linguística evidencia outro aspecto da natureza neológica, seu caráter social. O neologismo em sua dimensão social é considerado um ato de criação social, uma vez que não só serve para a comunicação, como orienta o comportamento individual, que é reelaborado pela interação coletiva no interior de determinados contextos espaço/temporais (DUBUC, 1968).

Dessa forma, a denominação de um conceito novo revela fatores socioculturais como: universalidade, transparência simbólica, qualidade mnemônica, criatividade e prestígio individual, aspectos que determinam a aceitabilidade do neologismo no seio de um grupo social (PAVEL, 1989). A definição do neologismo, portanto, depende da situacionalidade do caráter que está vinculado a uma conjuntura social e à aceitabilidade dos componentes de um grupo (BARBOSA, 1996).

Sobre os critérios de aceitabilidade de um neologismo, Célestin e Bergeron (2003) destacam a importância de se considerar os parâmetros de inclusão e exclusão. Tendo como base tais noções, Cabré (2010) ressalta os seguintes critérios de aceitabilidade de um neologismo:

- a) **Diacrônico** - referente ao aparecimento recente da unidade lexical;
- b) **Gramatical** - apresenta signos de instabilidade formal que podem ser no nível

morfológico, gráfico ou fonético;

c) **Psicológico** - percepção da nova unidade lexical pelos falantes da língua;

d) **Lexicográfico** - ausência da unidade lexical neológica em dicionários.

Mesmo com tais critérios, a autora destaca que são parâmetros parciais e não garantem uma aplicação regular e homogênea. A data de aparecimento de um novo termo, por exemplo, é difícil de ser determinada objetivamente, mesmo recorrendo-se a dicionários, já que poucos indicam tal datação. Muitas vezes é necessário realizar uma investigação histórica para a determinação mais precisa do aparecimento de uma nova unidade lexical.

A questão da instabilidade gramatical é observada em alguns tipos de neologismo, contudo, não é unânime, o que limita a utilização plena desse critério. O aspecto psicológico, por sua vez, que trata da consciência de novidade pela comunidade de falantes, tem importante papel na determinação da unidade neológica, mas tem um caráter essencialmente subjetivo, o que dificulta sua mensuração. Quanto ao critério lexicográfico, geralmente o mais usado por conta de sua sistematicidade e maior precisão de resultados, também possui falhas, já que muitos dicionários acabam por não contemplar toda a neologia usada numa língua, por questões ideológicas ou mercadológicas, além do entrave do lento processo de atualização desse tipo de publicação (CABRÉ, 2010).

Os estudos neológicos não podem ser feitos sem a devida reflexão acerca dos conceitos de neologia e neologismo. Além disso, há também a questão do *corpus* de exclusão, ou seja, os critérios para a adoção e incorporação dos neologismos em uma língua não devem se limitar ao critério lexicográfico, pois há casos em que se pode considerar como neologismo palavras que já estão integradas no sistema, mas que ainda não aparecem no dicionário, motivados por razões ideológicas ou mesmo porque alguns dicionários não acompanham devidamente todos os termos que são incorporados na dinâmica da língua. Por outro lado, há também o problema da omissão dos neologismos semânticos, e os de natureza sintática (mudança de construção ou combinação lexical), situações que fragilizam a utilização única do critério lexicográfico (SABLAYROLLES 2007).

Considerando o critério lexicográfico, Freixas e Alcobá (2010) destacam alguns parâmetros que podem auxiliar na determinação de novas entradas num dicionário. Dentre elas destacam: a frequência de aparição da unidade lexical; sua difusão, evidenciada pela sua utilização por diferentes autores; a propagação da nova unidade, demarcada pelo seu uso em

momentos distanciados no tempo; e sua expansão, que corresponde à utilização em locais distanciados geograficamente.

A neologia deve ser encarada como um processo dinâmico que se inicia no momento de criação do neologismo e dura até o momento de desneologicidade. Considerando tal dinâmica, Barbosa (1996) indica três principais aspectos para se considerar no estudo da gênese neológica:

[...] o primeiro, que focaliza o signo como o determinante e, ao mesmo tempo, o reflexo da organização social; o segundo que enfatiza o momento de sua criação, o lugar concreto em que se dá a seleção que se faz, para se escolher o novo signo, bem como a sua aceitabilidade, e o terceiro, que mostra o processo de sua desneologização (BARBOSA, 1996, p.117).

A criação de um neologismo estaria vinculada a três principais funções: a função de denominação, estritamente ligada a uma motivação semântica; a função de adequação discursiva, ligada à comunicação e a função de adequação sintática, relacionada a uma motivação gramatical (BASÍLIO, 2004).

O neologismo, antes de ser aceito, pertence ao sistema linguístico como uma virtualidade, pois não pertence ao inventário das unidades léxicas memorizadas disponíveis no código linguístico. Nesse momento é, portanto, uma lexia virtual. No entanto, a partir do momento em que seu uso se generaliza a ponto de tornar-se disponível a um grupo, pelo menos, na comunidade linguística, começa o processo de aceitabilidade.

A primeira etapa da aceitabilidade de uma unidade lexical é seu reconhecimento como nova e necessária a um determinado contexto e grupo. Assim, uma nova palavra passa por níveis de aceitabilidade, que compreendem: a aceitação do locutor-autor da mensagem que possui o neologismo; aceitação como um elemento lexical válido no código e passível de derivações e atualizações (BARBOSA, 1996).

Um indício subsequente de aceitabilidade é sua difusão, fruto de um consenso social e cultural. O aumento da frequência de uso é outro indício de aceitação, e ao mesmo tempo indica o final do processo neológico, a desneologização. Uma palavra deixa de ser neologismo quando é registrada como norma de um grupo, ou seja, quando é incorporada em obras lexicográficas. A inclusão em dicionários de novas unidades lexicais, mesmo sendo passível de críticas, por questões ideológicas e mercadológicas, ainda é um dos principais critérios para se delimitar a desneologicidade (BARBOSA, 1996). O papel das obras lexicográficas é importante para o neologismo, pois não apenas faz o registro da

aceitabilidade de uma nova unidade lexical, como também legitima seu uso perante uma comunidade linguística (BOUZIDI, 2010).

Sobre a criação do neologismo, é salutar lembrar que está vinculada a um processo de enunciação, ou seja, a uma percepção antropocultural que determinado locutor procura comunicar a alguém, utilizando recursos formais da linguagem, (analogias, entonação, comentários, etc.) a fim de despertar no outro um sentimento de neologicidade, em relação à unidade lexical empregada (BARBOSA, 1996).

O surgimento do neologismo ainda pode estar vinculado a alguns outros fatores. Boulanger (2003) os expõe:

Il y a trois critères détaillés : la position du locuteur (la supériorité, l'égalité, l'infériorité par rapport au vis-à-vis), le maniement de la langue (le bagage de connaissances préalables), les pressions à la source du détournement du code (le non-respect des règles de la grammaire et de la syntaxe). Quant au faisceau causal, il se ramène à quatre groupes de fonctions que le néologisme peut remplir dans un énoncé : les fonctions centrées sur l'interprétant (susciter une conduite, inculquer une idée, faire réagir), les fonctions axées sur la langue (le renouvellement, la défense, l'illustration de la langue), les fonctions centrées sur le locuteur (l'économie linguistique, le souci d'exactitude, etc.), les fonctions associant des causes diverses (le mélange de sources, d'intentions, d'effets) (BOULANGER, 2003, p.6).¹³

Além dos fatores mencionados por Boulanger (2003), retomamos Barbosa (1996), que menciona que o neologismo pode surgir tanto a partir de uma ação individual como de um grupo de especialistas, de modo consciente ou inconsciente. Assim, independentemente da situação espaço/temporal do locutor, bem como de sua necessidade social, observa-se que, como falante da língua, ele é capaz de elaborar um neologismo tendo como base os próprios mecanismos da língua.

Por fim, outro aspecto importante de ser mencionado é quanto às noções de distância e proximidade. Distância e proximidade são parâmetros úteis na análise de novos termos, a fim de se verificar como são formados e como se tornam aplicáveis em uma comunidade. No caso da proximidade, temos, como exemplo, profissionais de diferentes áreas que se reúnem para criar um novo campo de atividade, resultando numa proximidade não só de ideias, mas de

¹³ Há três critérios detalhados: a posição do falante (superioridade, igualdade, inferioridade, em comparação), o uso da linguagem (o conhecimento prévio do falante), as pressões na fonte e alterações no código (a não conformidade com as regras de gramática e sintaxe). Quanto ao feixe causal, ele se resume a quatro grupos de funções que podem preencher o neologismo em um enunciado: funções voltadas à interpretação (suscitar a conduta, inculcar uma ideia, instigar uma reação), funções ligadas à linguagem (renovação, defesa e a linguagem da ilustração), funções centradas no falante (economia linguística, garantia da precisão, etc.), funções associadas às várias causas (a mistura de fontes, intenções, efeitos). (BOULANGER, 2003, p.6, tradução nossa).

termos que gradualmente vão sendo incorporados nessa nova comunidade, e adquirindo um novo significado, e aumentando aos poucos sua distância do grupo de origem. Já como exemplo de distância, pode-se falar da escolha do profissional de uma área com conhecimento bilíngue, por usar um termo correspondente que o usuário desconhece, afastando-o assim do significado. Em contrapartida, se faz alguma adaptação ou tradução do termo, aproximando mais a linguagem do usuário (HUMBLEY, 2011a).

1.2.3 Classificação dos neologismos

Os processos gerais de formação de neologismos estão presentes tanto na língua comum como na língua de especialidade. Na dinâmica de mudanças, no entanto, para a escolha do melhor processo de criação deve-se ter uma visão geral da língua em questão, ponderando se é melhor realizar a criação de novos termos a partir dos recursos da própria língua ou se é melhor utilizar o recurso dos empréstimos (DEPECKER, 2003).

A escolha dos termos novos é uma decisão política e ideológica. Na França, por exemplo, mesmo com o fenômeno da globalização e internacionalização de áreas técnicas e científicas, há uma política linguística voltada a impedir a difusão descontrolada de termos estrangeiros, tanto na língua comum como com os termos de especialidade (VARGA, 2008).

Outra questão que influencia a criação de novos termos refere-se à territorialidade das línguas, ou seja, o fato de a língua estar associada a determinado lugar. Essa territorialidade está relacionada a um espaço linguístico, que deve ser pensado em termos de rede e produto de um contexto espaço/temporal. Além disso, há outros aspectos situacionais que influenciam os neologismos, tais como: novos meios técnicos, acontecimentos planetários, ou até solidariedade internacional (DEPECKER, 2003).

Assim, constata-se que os neologismos podem ser criados por diferentes motivações, tanto estilísticas, como denominativas, em especial para designar novas realidades e conceitos de terminologias científicas, por isso é tão frequente que a designação da unidade lexical seja posterior à criação do conceito ou do objeto. Parece de consenso entre os lexicógrafos que a neologia lexical é mais abundante nas línguas técnicas, assim as terminologias científicas são a maior fonte de criatividade lexical (ALVES, 1990).

Guilbert (1975) afirma que há quatro principais classificações neológicas: a neologia denominativa, que surge da necessidade de nomeação de novas realidades (objetos e conceitos); a neologia estilística, voltada a promover maior expressividade do discurso; a neologia propriamente da língua, que utiliza os processos vernaculares para a formação de

palavras; e a formação de palavras a partir de elementos formantes extralinguísticos.

Outra abordagem classificatória pode ser vista com Correia (1998), que considera três níveis de classificação: o formal, quando o neologismo apresenta uma forma nova não registrada anteriormente, tanto pelo processo de derivação como de composição; o semântico, que diz respeito a uma nova acepção ou associação entre significado e significante; e o nível pragmático, quando se observa a passagem de uma unidade lexical, usada em um registro de língua, para outro registro distinto.

Na categorização seguida pelo *Institut Universitari de Lingüística Aplicada* (IULA), as classificações são semelhantes, a exemplo da neologia formal e semântica. No entanto, há ainda duas denominações distintas, a neologia sintática, geralmente marcada pela troca de subcategorias gramaticais (gênero, classe, número, etc.) e a neologia por empréstimo, ou seja, incorporação de unidades lexicais de outro idioma, podendo ou não ser adaptáveis. Além disso, por ser um observatório e lidar com diversos *corpora*, considera-se também outra categoria, os neologismos documentados, ou seja, aqueles que apresentam a marca de neologicidade nos dicionários (OBSERVATORI DE NEOLOGIA, 2004).

A diversidade de denominações para as classificações neológicas ratifica uma dificuldade em se classificar, objetivamente e sem ambiguidades, as unidades léxicas. Um dos problemas mais recorrentes é a sobreposição de classificações, o que dificulta determinar qual o processo mais predominante, ou mesmo, ponderar se todos os processos observados devem ser considerados. Uma alternativa de classificação, mais objetiva seria considerar o último processo de criação neológica aplicado à unidade lexical, contudo, às vezes é difícil fazer tal determinação (CABRÉ, 2010).

Sablairolles (1996), também ratifica a dificuldade em estabelecer as classificações neológicas, tanto pela questão de sobreposição, como pela diversidade de classes, subclasses e distinções designativas. Por conta disto, o autor sugere outra forma de classificação. Elaborada com base na classificação de Tournier, Sablairolles constrói uma proposta baseada em dois aspectos: cobertura e completude. O diferencial de sua proposta, em relação às anteriores, é que as diferentes classificações podem ser combinadas, já que estão organizadas em matrizes lexicográficas.

Nessa proposta mais aberta, as classificações possuem um caráter multidimensional, não se restringindo apenas a um processo, contudo ficam vinculadas a um nível hierárquico de

classificação. Na proposta de Sablayrolles (1996 apud Sablayrolles 2010a), as matrizes lexicográficas são compostas de recursos externos à língua, os empréstimos, e recursos internos. Estes, por sua vez, se organizam em quatro processos: morfossemântico, sintático-semântico, morfológico e pragmático, além de suas subdivisões, como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 1- Matrizes de formação do neologismo

Matrizes internas	morfossemântica	Construção	Afixos	Prefixação	
				Sufixação	
				derivação inversa	
				Parassíntese	
			Flexão		
			Compo- sição	Composição	
				Hibridismo	
				palavra valise	
				Composição	
		imitação		Onomatopeia	
	sintático- semântica	mudança de função	Conversão		
			Combinação sintática/lexical		
			Metáfora		
			Metonímia		
		morfológica	Redução de forma	Truncação	
				siglalização acrônimo	
	pragmático-semântica			Desvios	
matriz externa				Empréstimo	

Fonte: Adaptado de Sablayrolles, 2010^a

Cabré (2010) parte da classificação de Sablayrolles, destacando o caráter multidimensional e aberto de sua classificação, mas pondera que os vínculos hierárquicos que relacionam as classes podem ser um aspecto limitante para a classificação neológica. Além disso, a autora ainda contesta algumas subclassificações, que seriam muito tênues ou artificiais, a exemplo da distinção objetiva entre os processos morfossemânticos, sintático-semânticos e os *puramente* morfológicos. Enquanto Sablayrolles utiliza uma proposta multidimensional, Cabré (2010) opta por uma proposta multivariante. Nessa proposta, a autora apresenta em uma tabela todos os critérios de classificação, que seriam acompanhados por um valor de marcação, de ausência ou presença.

O perfil de um neologismo, portanto, seria composto pelo conjunto dessas classificações e de seus respectivos valores. Além disso, para efeito de delimitação, a autora ainda destaca a pertinência de dois critérios: a variação gráfica ou fonológica; e a verificação do último processo pelo qual o neologismo foi formado.

Alves (1990), a partir dos estudos de Guilbert (1975), apresenta as seguintes classificações dos neologismos: fonológica, sintática, semântica e por empréstimo. A neologia fonológica corresponde à criação ou transformação de um item léxico no nível do significante. A criação totalmente inédita é rara em todas as línguas, sendo mais comum o emprego de recursos analógicos ou transformações apenas gráficas.

O neologismo sintático é aquele que combina elementos da própria língua, tendo como principais tipos a derivação, a composição e a conversão. Na derivação ocorre a junção de afixos a uma base, podendo ser prefixos, sufixos, ou o caso de parassíntese, quando há tanto prefixo quanto sufixo simultaneamente na mesma base. A composição corresponde à junção de bases, podendo ser basicamente uma junção por justaposição, sem alteração fonética dos elementos; aglutinação, quando as bases em questão ao formarem a composição sofrem alterações fonéticas; sintagmática¹⁴, quando os elementos integrantes de um segmento frasal possuem uma íntima relação sintática entre si, podendo ser de caráter coordenativo (quando não há determinação entre os elementos em questão) e subordinativo (quando se estabelece uma relação determinante/determinado entre os elementos); e a composição por siglas e

¹⁴ “Na neologia sintagmática, o significado resulta em parte dos semas característicos dos elementos integrantes do sintagma e em parte de uma convenção já aceita pela comunidade linguística.” (ALVES, 1990, p.53).

acronímia, que reduzem o sintagma com o intuito de realizar uma economia discursiva e com isso facilitar o processo comunicativo.

Outro fenômeno a ser mencionado é a junção inusitada de bases na composição, geralmente recorrente na associação de bases de diferentes matrizes semânticas, caracterizando uma composição satírica. E por fim a conversão, também denominada de derivação imprópria, que emprega a unidade lexical em um contexto diverso daquele que é recorrentemente utilizado, mas que não sofre alterações quanto a sua forma (ALVES, 1990).

O neologismo semântico ou conceitual ocorre quando há uma mudança no conjunto de semas de uma unidade lexical. Essa alteração é motivada principalmente por processos estilísticos de extensão ou restrição de sentido, tais como a metáfora, metonímia, sinédoque etc. Nesse caso, uma mesma base formal pode ter diferentes significados, polissemia que só será desvelada no contexto (ALVES, 1990).

A evolução semântica das palavras, segundo Scurtu e Dinca (2011), estaria associada a uma diversidade de aspectos: históricos, sociais, políticos e culturais, responsáveis tanto pela formação de neologismos como de neônimos. No âmbito das especialidades, com o aumento da produção de novas significações para significantes já existentes, designa-se até um novo termo, a neosemia (SCURTU, DINCA, 2011).

Por fim, a neologia por empréstimo diz respeito à integração de um elemento estrangeiro (expressão ou conteúdo) em outro sistema linguístico. Essa integração é efetuada em diferentes níveis¹⁵ (ALVES, 1990):

1º – **Estrangeirismo** – Quando um termo estrangeiro é empregado num sistema linguístico diferente do seu, sendo facilmente identificado como um elemento externo à língua.

2º – **Tradução** – O aumento da frequência de uso de um estrangeirismo pode levar ao segundo nível de adaptação, quando é feita uma tradução da unidade léxica ou a definição de seu conceito, a fim de facilitar sua compreensão.

¹⁵ A autora se baseia na classificação de Haugen: “Haugen divide os neologismos por empréstimo em: *loanswords* — importação morfológica sem substituição; *loanblends* — substituição morfológica e importação; *loanshifts* — substituição morfológica sem importação. A integração do termo estrangeiro ocorre na fase dos *loanblends* — quando o elemento externo se incorpora a uma classe morfológica e também na dos *loanshifts* — que correspondem aos decalques e aos casos de evolução semântica causados pela influência estrangeira.” (ALVES, 1984, p.121).

3º - **Integração** – Quando ocorre a incorporação do elemento externo à língua, resultado de uma adaptação gráfica, morfológica ou semântica.

4º - **Decalque** – É um tipo de integração, em que se opta por fazer a tradução literal do estrangeirismo.

É importante mencionar que a fase neológica de um estrangeirismo está situada entre o estrangeirismo e o empréstimo, já que depois ocorre a instalação da unidade lexical no sistema linguístico. Essa fase neológica é denominada de peregrinismo, ou seja, o período de difusão e adaptação de um termo estrangeiro a outro idioma (ALVES, 1990).

Guilbert (1975) estabelece três critérios para classificar os empréstimos nessa fase: critério morfossintático, semântico, fonológico. O primeiro corresponde à capacidade de o empréstimo se adaptar morfossintaticamente ao idioma, ou seja, ser susceptível de formar derivados pelos processos de derivação ou composição, flexionar-se adequadamente em gênero e número, bem como adequar-se à classe gramatical¹⁶.

No critério semântico, o termo que inicialmente possuía uma designação apenas, ao integrar-se à língua receptora ganha um *status* polissêmico. O critério fonológico diz respeito à adaptação do novo termo ao sistema fonemático da língua receptora. Em acréscimo aos critérios elencados por Guilbert (1975), Alves (2008) acrescenta a frequência, fator que indica a aceitabilidade¹⁷ do novo termo no idioma.

Alves (1990) ainda destaca outros processos de formação de neologismos: a truncação (abreviação em que uma sequência lexical é eliminada); palavra-valise (tipo de redução em que duas bases são privadas de parte de seus componentes, e juntas constituem uma nova unidade lexical); reduplicação (recurso morfológico de repetição de uma mesma base); e a derivação regressiva (supressão de um elemento sufixal gerando uma nova unidade léxica).

Diante da diversidade de classificações neológicas analisadas, optaremos pela proposta de Alves (1990). Uma das justificativas é seu poder de concisão conceitual, o que facilita uma organização e classificação mais objetiva na análise. Por outro lado, nos estrangeirismos há

¹⁶ A maioria dos neologismos por empréstimo no português pertence à classe gramatical dos substantivos, seguida pela dos adjetivos e depois dos verbos. As flexões de gênero e número, geralmente correspondem ao do sistema de origem da unidade lexical. Já o empréstimo de palavras gramaticais é bem raro (ALVES, 1990).

¹⁷ Sobre a receptividade das línguas para empréstimos, Vocablo (apud ALVES, 1984) classifica as línguas em três tipos: homogêneas, de caráter pouco receptivo aos estrangeirismos (ex.: teutônicas e celtas); amalgamadas, receptivas aos empréstimos de línguas de origem etimológica comum (ex.: neolatinas e grego moderno); e as heterogêneas, que demonstram maior receptividade aos elementos estrangeiros (ex.: inglês, romeno e persa).

uma atenção pormenorizada na classificação, aspecto relevante a ser incorporado em nossa análise considerando-se esse tipo como o segundo processo de formação neológica mais recorrente.

Como síntese dos diferentes aspectos mencionados, apresentamos um quadro sinóptico dos principais critérios para a delimitação de um neologismo:

Quadro 2- Critérios para delimitação de um neologismo

Princípio	Aspectos
Metodológico	<ul style="list-style-type: none">- <i>Corpus</i> de exclusão- Motivação: para suprir a denominação de um conceito novo; para ressignificações e renovações terminológicas ou mesmo adequações para melhor harmonização terminológica.- Evitar a profusão de ambiguidades e imprecisões terminológicas na relação termo/conceito.- Delimitar o conceito através de uma definição.
Linguístico	<ul style="list-style-type: none">- Ortofonia: O termo proposto deve ter composição sonora agradável, não apresentar cacófatos nem distorções semânticas. Isso também se estende aos empréstimos que devem ser adaptados ao idioma.- Morfossintaxe: Deve estar em conformidade com as regras gramaticais da língua, adaptado ao sistema prosódico, fonético-fonológico e ortográfico.- Derivação: Preferencialmente o neologismo deve ser composto por formadores greco-latinos e por afixos comuns, permitindo-se a formação de cognatos e derivados simples.- Concisão: Atenderá ao princípio da economia linguística, ao preconizar a concisão máxima do termo.
Sócio-terminológico	<ul style="list-style-type: none">- Registro: O neologismo será adequado e útil à linguagem e à comunicação científica.- Positividade: O neologismo evitará conotações negativas ou discriminatórias.- Oficialização: O abono (prova textual) para a coleta terminológica e a atribuição do <i>status</i> do termo se dá através de pesquisa em publicações especializadas. Quanto maior a frequência de uso no <i>corpus</i>, maior a produtividade do termo para a área.- Aceitabilidade e uso do termo pela comunidade de especialistas.

Fonte: Adaptado de Freire et al (2009)

1.3 Aspectos da Neologia na linguagem de especialidade

1.3.1 A noção de neônimo

O conceito de neologia, até meados da década de 70, estava muito vinculado aos aspectos linguísticos utilizados na formação de unidades lexicais. Todavia, com o desenvolvimento de políticas de planejamento linguístico, a neologia aproximou-se mais da Terminologia, o que corroborou sua utilização em áreas de especialidade. Além disso, seu uso passou a estar associado ao planejamento e intervenção linguísticos.

Assim, na tradição dos estudos neológicos observa-se que grande parte dos neologismos surge em decorrência da necessidade de denominação de novos conceitos e produtos das áreas técnicas, científicas e tecnológicas (DESMET, 2003). Nesse viés, Desmet:

[...] les néonymes "naissent" dans les textes scientifiques, techniques et officiels; les premiers utilisateurs sont les spécialistes d'un domaine, car normalement un terme nouveau apparaît dans les textes hautement spécialisés au moment où surgit un nouveau concept, et cela grâce aux découvertes d'un scientifique ou d'un professionnel (DESMET, 2003, p.4).¹⁸

Contudo, a própria autora relativiza tal afirmação, resgatando Boulanger (1989 apud DESMET, 2003) ao ponderar que nem todo neônimo surge em textos de especialidade tendo como autores os especialistas. É comum também o surgimento de neônimos atrelados a seus divulgadores, que podem estar na mídia, em áreas correlatas, ou em outro nível de especialização. A diversidade discursiva nos permite verificar que há diferentes níveis de especialização. Para observarmos o fenômeno neológico de forma ampla e sem reduções, devemos enxergar as diferentes facetas dos níveis de especialidade (DESMET, 2003).

Considerando essa proximidade entre a neologia e as línguas de especialidade¹⁹, e com o intuito de especificar a criação neológica, no âmbito especializado, Rondeau (1984) criou a designação de *neônimo*. O neônimo é uma unidade lexical de determinada área de especialidade, por isso, sua noção recobre determinado escopo de um sistema de noções, caracterizando-o como um signo linguístico unívoco, monorreferencial e com maior estabilidade formal que o neologismo (RONDEAU, 1984).

¹⁸ [...] Os neônimos nascem de textos científicos, técnicos e oficiais; os primeiros usuários são especialistas de um domínio, porque normalmente um novo termo aparece em textos altamente especializados, onde surge um novo conceito, graças às descobertas de caráter científico ou profissional (DESMET 2003, p.4, tradução nossa).

¹⁹ A língua corrente é considerada um subsistema linguístico mais neutro, caracterizada por traços de diferentes naturezas científicas, técnica, profissional, além de pode ser utilizada na comunicação informal dos falantes de uma mesma comunidade linguística. A língua de especialidade, no entanto, é um subsistema que compreende um conjunto de meios linguísticos próprios de uma determinada área e que tem como objetivo a comunicação científica (CORREIA, 1998).

A dicotomia neologismo/neônimo reflete principalmente as distinções entre língua geral X língua de especialidade e palavra X termo (POSTOLEA, 2011). No entanto, ambos se referem ao surgimento de novas unidades lexicais, diferenciando-se, essencialmente pela situação de comunicação e o contexto em que são usadas, no âmbito da língua comum ou no escopo de uma área de especialidade.

Quanto ao tipo de formação neonímica, Rondeau (1984) destaca três classificações: a morfológica, a morfossintática e a morfossemântica. O primeiro corresponde principalmente à derivação, formada por bases variadas e séries afixais. O segundo, o mais produtivo em relação aos neônimos, é composto pela forma e os elementos que compõem a unidade lexical, incorporando-se também nessa categoria as siglas. E o morfossemântico, que diz respeito ao empréstimo e ao decalque.

A mesma ideia, de um neologismo voltado a uma determinada área, também foi nomeada por outros autores que elaboraram designações diferentes. Boulanger (1989) optou pela denominação de *neotermo*, já Humbley (2003) e Cabré (2002a) por *neologismo terminológico*, dando, portanto, ênfase à proximidade entre a Terminologia e a Neologia. Além disso, Humbley (2003) salienta o papel de uma consciência coletiva de especialistas para ratificar a aceitabilidade de uma noção em uma área (HUMBLEY, 2003).

Cabré (2002b) destaca a neologia das línguas especializadas como procedimento institucional consciente, e que para ser viável deve atender a alguns critérios: denominar um conceito estável e unívoco; ser conciso; constituir-se a partir das regras do próprio sistema linguístico, podendo assim gerar palavras derivadas, bem como adaptar-se aos sistemas fonológico e ortográfico da língua. Pertencendo ao registro formal da língua, deve surgir de uma real necessidade denominativa; e preferencialmente não possuir conotações negativas e ser memorizado facilmente (CABRÉ, 1993).

Outra designação para neologismos criados em áreas de especialidade é *tecnoleto*, como pode ser visto em Pavel (1989) e Alves (1990). Alves (1990) utiliza tanto o substantivo *tecnoleto*, como o adjetivo *tecnoleto*, resgatando, no decorrer de suas obras, as demais designações. Pavel (1989) usa preferencialmente *tecnoleto*, escolha que indica a ênfase ao valor designativo da especialidade. Contudo, a autora retoma a ideia de Boulanger (1984) em relação ao papel do *tecnoleto* na língua geral. Segundo o autor, tais criações extrapolam o escopo de uma determinada área, já que corroboram a formação da própria língua geral, pois participam do conjunto interativo da língua geral e Terminologia (BOULANGER, 1984 apud

PAVEL, 1989).

A criação neológica e a variação terminológica são processos que apresentam diversas interfaces, mesmo com suas particularidades. O processo de criação de neônimos, por exemplo, vem acompanhado de grande instabilidade e de uma proliferação denominativa, influenciada por aspectos tecnológicos, pragmáticos, sociolinguísticos e políticos. A variação terminológica, por sua vez é um fato real, onipresente no discurso de especialistas. Contudo, suas distinções não os opõem, na verdade são dois processos em *continuum* transformacional de fixação, ou seja, as variações léxicas assumem um valor estilístico para chegarem a novos termos, e estes adquirem verdadeiras variações nominais para se constituírem (GIAFRET; ROSSI, 2008).

O neônimo difere de um neologismo da língua geral principalmente pelos seguintes critérios: a consciência coletiva dos especialistas de uma área; seu uso e aplicação prática, conferido pela verificação de documentos técnicos atuais; e a datação relativa obtida pela análise de obras lexicográficas (RONDEAU, 1984).

Há ainda outras particularidades a serem observadas nos neônimos. Quanto à forma, por exemplo, geralmente são sintagmáticos, além de aproveitarem os formantes de cada disciplina (FREIXA, 2008). Em relação à estabilidade, costumam ser mais estáveis que o neologismo da língua geral, pois se valem de séries afixais que possuem valores semânticos mais fixos (SILVA, 2000). Outro aspecto de diferenciação diz respeito ao *corpus*, já que os neônimos são observados em um *corpus* especializado e em documentos de cunho oficial.

Outro aspecto latente na criação neológica é a interdisciplinaridade, como aponta Guilbert (1973). Em matéria de criação lexical pode-se identificar que há um criador que endossa a paternidade do novo termo, ou ao menos indica onde ele pode ser utilizado. Numa análise neológica há, portanto, um primeiro nível, em que se indica uma área de especialidade para o emprego do novo termo, e outro nível onde se pode vislumbrar esse mesmo termo utilizado em subáreas.

O sucesso de um produto lexical estará relacionado, basicamente, a dois fatores: o referente designado e o locutor nomeado. O referente é o suporte ideal de difusão de uma nova denominação. Já o locutor, como indivíduo, em seu papel social, através do uso do novo termo em determinado contexto de especialidade, é que responde pelo significado que se atribui ao neônimo (GAUDIN, 1993).

No âmbito das áreas de especialidade, a questão do sentimento de neologicidade vem muitas vezes acompanhada de uma necessidade expressiva latente por parte dos especialistas que precisam de novos termos para a designação de suas pesquisas, podendo surgir tanto de uma inspiração individual como da consciência coletiva (GARDIN, 1974).

Quanto às atividades correspondentes ao estudo dos neônimos, Boulanger (1989) ressalta os seguintes aspectos: desenvolvimento de um processo prático de criação de tecnoleitos na língua; realização de estudo teórico e aplicado das inovações lexicais, considerando para isso os processos de formação, aceitação, difusão e aspectos socioculturais do neônimo; organização sistemática das atividades institucionais para efeito de coleta, difusão, registro e implantação do novo termo; identificação de setores novos, e de possíveis lacunas temáticas dentro de uma área; e a verificação da incorporação do neônimo tanto em dicionários específicos como gerais (BOULANGER, 1989, apud FREIXA, 2008).

Há basicamente dois tipos de criação neológica em Terminologia: uma primária e a outra secundária. A primeira corresponde à criação de um termo para designar um novo conceito especializado, no interior da própria língua. No segundo caso, a criação é o resultado da substituição de um termo *incorreto* por um termo *correto*, segundo Tomás, no interior de uma mesma língua, seguido da normalização terminológica (TOMÁ, 2008).

Os principais neônimos são os lexicais, criados em decorrência da planificação linguística, que fornecem as novas unidades lexicais, provenientes do fenômeno interlingual. Há também os neônimos de caráter semântico, fruto da variação das línguas de especialidade. Outra observação importante é verificar que grande parte dos neônimos surge ou da língua comum, ou de outra área de especialidade, procurando sempre estabilizar as duas forças contraditórias de variação e estabilização linguística (TOMÁ, 2008).

A terminologização de uma língua, criação permanente e viva, permite que uma área de especialidade sobreviva e dissemine-se. Depecker (2003) destaca quatro principais vantagens desse tipo de criação:

[...] **la dimension pratique:** le manque de terminologies et de néologies est une des causes qui peut amener à travailler dans une autre langue : on le voit en Scandinavie actuellement. On voit les énormes besoins en Afrique. Et on peut constater les énormes progrès réalisés par le Québec ou la Catalogne en quelques années.

la dimension économique: les besoins en terminologies sont énormes et augmentent encore pour la traduction, la rédaction spécialisée, la documentation, les sciences de l'information;

la dimension politique: la notion d'espace linguistique est devenue extrêmement importante, car les espaces linguistiques -la francophonie, l'hispanophonie, la lusophonie, etc. sont partie

prenant du jeu diplomatique mondial. Si l'on réfléchit un peu, la francophonie ne peut s'intituler comme telle si elle est cimentée par une langue française qui s'anglicise;
la dimension culturelle: cette dimension est évidente, et réunit les trois précédentes (DEPECKER, 2003 p. 4).²⁰

A Terminologia reencontra a Neologia ao menos sob dois pontos de vista: no nível da difusão científica e nos processos de planificação linguística e/ou de normalização. A Terminologia, portanto, é uma fonte de neônimos e também de neologismos para a língua comum. No âmbito terminológico, a incorporação de neônimos se dá por meio do processo de divulgação²¹ (TOMÁ, 2008).

Em português, tal processo pode ocorrer em três níveis de cientificidade: o primeiro, no discurso científico, que tem como objetivo informar o grande público sobre as descobertas científicas; o segundo, no discurso científico didático, aquele que procura explicar os conhecimentos da humanidade numa perspectiva mais ou menos institucionalizada; e o último, o discurso científico de pesquisa, aquele voltado aos especialistas somente, que tem o objetivo de argumentar, convencer e persuadir os pares (TOMÁ, 2008).

Os níveis de cientificidade nos permitem observar que uma língua de especialidade está voltada a um emprego em um campo específico, contudo, isso não significa que ela não esteja suscetível a um emprego menos especializado, em determinadas situações de divulgação. A noção de termo só existe em relação aos outros termos (GAUDIN, 1993).

Os níveis de cientificidade possuem várias classificações. Gotti (1991 apud TOMÁ, 2008), considerando o papel dos agentes de cada nível, distingue quatro tipos de linguagem: a linguagem entre os especialistas (*scientific expositor*); a linguagem entre o especialista e o estudante (*scientific instruction*); a linguagem voltada ao leitor leigo (*scientific journalism*) e uma linguagem suplementar, que atua num nível formalista.

Beacco (1999 apud TOMÁ, 2008) delimita dois tipos de discurso científico: um em função da publicação e outro da posição do discurso em relação a sua comunidade científica.

²⁰ [...] **A dimensão prática:** a falta de terminologias e de neologias é uma das causas que podem levar ao trabalho em outra língua, como é evidente na Escandinávia hoje. Nós vemos as enormes necessidades na África, e podemos ver o progresso feito por Québec ou pela Catalunha nos últimos anos.

A dimensão econômica: as necessidades de terminologia são enormes e ainda crescentes na Tradução, escrita especializada, documentação, e as Ciências da Informação;

A dimensão política: a noção de espaço linguístico tornou-se extremamente importante a exemplo dos espaços linguísticos - os de francofonia, hispanofonia, lusofonia, etc., estão tomando parte do jogo diplomático global. Refletindo-se um pouco, a francofonia pode ser rotulada como tal, se for cimentada por uma língua francesa que se anglicizou (DEPECKER, 2003, p. 4, tradução nossa).

²¹ Divulgação ou vulgarização é a passagem de um termo de uma área de especialidade para o vocabulário da língua comum (LINO, 1989).

Da última categoria, ela a subdivide em discurso interno e externo. Aproveitando-se da noção de discurso externo, Moirand (2000 apud TOMÁ, 2008) trata da vulgarização, diferenciando o discurso que explica a ciência daquele que constrói uma representação do mundo científico (TOMÁ, 2008).

A divulgação pode ser textual ou lexical. Na divulgação lexical, o termo conserva o *núcleo duro* semântico. No âmbito textual, um termo é determinado, pragmaticamente pelo locutor especialista, num contexto científico. Todavia, um termo científico pode surgir tanto num contexto de fala como de escrita científica.

O nível de cientificidade oscila em função do público que está em contato com a ciência. Além disso, os níveis de cientificidade estão envolvidos num fenômeno complexo, que compreendem diversos aspectos: a divulgação científica; democratização do conhecimento; comunicação especializada; laicização da ciência; os efeitos léxico-semânticos da língua e os processos de expansão linguística (TOMÁ, 2008).

1.3.2 A formação de neônimos

Humbley (2009) apresenta três principais hipóteses para a formação de neologismos terminológicos (neônimos), com base nas pesquisas de três autores. Primeiro, menciona a obra de Temmerman (2000), pautada nos estudos da Linguística Cognitiva, que considera os neônimos, em sua essência, como metáforas²² que se aproximam de uma área de especialidade. Em segundo, menciona Kageura (2002), que apresenta uma teoria dinâmica para a formação dos neônimos, em que os novos termos são construídos com base em termos já existentes. E por fim, destaca o trabalho de Becker (2005 apud HUMBLEY, 2009), que apresenta um estudo diacrônico de uma terminologia, na qual os novos termos usam como base para sua formação os campos ancestrais.

Temmerman (2011), sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, está focada no indivíduo e em suas diferentes formas de utilizar a linguagem em distintos cenários situacionais. Nessa perspectiva cognitiva, há um processo dinâmico e negociável para a criação de novos termos, que assim como palavras e frases da língua comum, resultam de aspectos textuais, situacionais e cognitivos para delinear seu contexto de formação. Além

²² A questão da metáfora também é tratada por Humbley (2011b) no campo da Reprodução Sonora, em que observa o uso de analogias na formação de novos termos nesta área, tanto a partir de comparações técnicas, tendo como base os campos da Fotografia e a Gravura, como na construção de analogias mais diretas, como a comparação relacionada à anatomia do ouvido humano.

disso, a autora ressalta a importância de se considerar o contexto, a experiência e a cultura, como elementos interdependentes na dinâmica deste processo de criação de novos termos. Dessa forma, em seu ponto de vista sociocognitivista, o estudo das comunicações especializadas deve ser feito considerando o novo termo dentro de um *corpus* particular e buscando suas variações no âmbito discursivo.

Kageura (2002), em seu livro *The Dynamics of Terminology: A Descriptive Theory of Term Formation and Terminological Growth*, aborda a formação de novos termos em japonês, com ênfase nas relações intratermos²³ do campo da Documentação, teorizando sobre a dinâmica para a formação de novos termos nesta área de especialidade. Nessa perspectiva, o estudo da estrutura formal de um termo complexo é um fator dominante que antecede a formação de um núcleo conceitual. Assim, um termo complexo pode ser ampliado por outro fator dominante, indicando, portanto, que a principal característica que determina a sistematicidade da dinâmica terminológica é o sistema de conceitos de uma área de especialidade. Assim, os conceitos podem ser divididos em subcategorias, que constituem novos termos, acarretando a extensão dos núcleos para outros determinantes²⁴. As ocorrências da interpolação binominal ou extrapolação de um núcleo conceitual para a formação de novos termos, segundo o autor, seriam importantes padrões que auxiliariam a identificação de neologismos em áreas de especialidade. Com base em dados estatísticos,²⁵ o autor chega até a prever os padrões de construção dos novos termos, tendo como base a identificação de suas propriedades conceituais presentes no núcleo e determinantes.

Becker (2005 apud HUMBLEY, 2009), no âmbito do vocabulário matemático, enxerga o conjunto de neônimos de uma área de especialidade tendo como base seus campos ancestrais. Nesta abordagem, seria possível identificar sistematicamente, a partir do estudo lexical, que áreas serviriam de inspiração, ou mesmo contribuiriam diretamente para a

²³ Kageura (2002) utiliza o *corpus* da versão japonesa de 1984 da obra *Terminology of Documentation*, editada por Wersig e Neveling (1976) em Paris. Basicamente analisa as relações conceituais intratermos no *corpus* de 1228 itens lexicais, exclusivamente substantivos compostos encabeçados por um núcleo e outro elemento modificador, um determinante, excluindo-se as demais classes de palavras. Outro aspecto interessante de ser mencionado em seu trabalho é que não define claramente a área de análise, Documentação, apenas elege o *corpus* e faz algumas observações sobre sua aplicabilidade no âmbito da Library Science, sem se deter em conceituações formais.

²⁴ Os padrões de extensão ou crescimento dos núcleos formando novas categorias conceituais com outros determinantes são apresentados em detalhados diagramas utilizando-se os conhecimentos matemáticos do autor, que dedica um capítulo para descrever através de tabelas e diagramas essa dinâmica de formação de termos, ressaltando por fim o caráter interdisciplinar dessas relações (KAGEURA, 2002).

²⁵ Para a análise da dinâmica terminológica o autor utiliza o método probabilístico para identificar os padrões de formação de novos termos, com a ressalva de serem termos da língua japonesa que possuem morfemas que diferem em sua origem e constituição dos morfemas das línguas ocidentais, acarretando distinções quanto à natureza e tipologia (KAGEURA, 2003)

formação de novas áreas emergentes. Tal estudo seria capaz de descrever e explicar a constituição de determinada terminologia, a partir das áreas de origem.

Dentro dessa perspectiva diacrônica, Humbley (2009)²⁶ formula duas hipóteses para a criação de neônimos: primeiro que as novas terminologias são formadas a partir de áreas já estabelecidas, que servem como ponto de partida para o delineamento de neônimos; segundo, que essas áreas de especialidade já existentes, em essência, possuem um caráter neológico. No primeiro caso o autor acredita que os termos pioneiros de um campo emergente provêm de um campo ancestral, resultado da interação entre os especialistas de áreas afins. No segundo caso essas áreas existentes, por possuírem setores dinâmicos que engendram o nascimento de novos termos, ao incorporarem tais termos a um vocabulário teriam um caráter neológico.

Todavia, a perspectiva diacrônica não segue os princípios tradicionais da Terminologia clássica, geralmente de caráter sincrônico, segundo Humbley (2011b):

La néologie terminologique, comme la terminologie en général, se situe en principe dans un cadre qui ne prend pas en compte l'étude du passé. On sait que l'hypothèse méthodologique proposée par G. Rondeau (1984 [1981]), qui a orienté toute la recherche des années suivantes, vise à identifier le nouveau et fait abstraction de l'ancien (HUMBLEY, p. 54, 2011b)²⁷

Apesar disso, Humbley (2011b) ainda menciona alguns aspectos da Terminologia clássica incorporados na perspectiva diacrônica de análise: a orientação onomasiológica para a análise dos dados, o conceito de campo/área, que fornece no âmbito contextual uma ferramenta útil, mesmo se considerando as relações pluridisciplinares que também corroboram a identificação das distinções entre as comunidades discursivas.

O autor aplica sua hipótese diacrônica na análise dos neônimos da área de especialidade do Comércio Eletrônico, partindo de uma perspectiva onomasiológica (das noções para as denominações) e identificando os campos ancestrais. Neste caso, ele encontra duas principais áreas de especialidade que constituem o vocabulário dessa nova área emergente: o Comércio

²⁶ Além de Becker (2005), que aborda a questão diacrônica em sua tese sobre o desenvolvimento do vocabulário da Matemática no século XIX, Humbley (2011b) ainda recupera iniciativas de estudo de outros autores: Candel e Gaudin (2006) fazendo um estudo diacrônico do vocabulário francês; Dury e Picton (2009) que situam sua pesquisa na área de especialidade da indústria. O autor ainda faz a ressalva de outros trabalhos de orientação técnica e social da escola lexicológica francesa que também utiliza a dimensão diacrônica, a exemplo de Matoré (1951), Wexler (1950), Quemada (1955) e Guilbert (1965 e 1967). (HUMBLEY, 2011b).

²⁷ Os neologismos terminológicos, como na terminologia em geral, se situam, em princípio, no quadro que não leva em conta o estudo do passado. Sabe-se que a hipótese metodológica proposta por G. Rondeau (1984[1981]), que dirigiu toda a pesquisa durante anos, visa identificar novidades e fazer abstrações das antiguidades (HUMBLEY, p.54, 201b, tradução nossa).

Clássico e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação Eletrônicas (NTICE).

A análise do estrato dessas áreas permite que o autor identifique não apenas a incorporação de termos na formação da nova área, como a constituição de um padrão lexical dominante: determinante + determinado. Tal paradigma, segundo Humbley (2009), seria de vital importância por ser uma estrutura recorrente no âmbito das neologias em áreas de especialidade desse setor.

Além do estrato principal, que tem como base termos do Comércio clássico e das NTICE, haveria um estrato intermediário relacionado à prática e o funcionamento do Comércio Eletrônico. Este estrato já estaria entre os campos ancestrais mencionados e o campo do Comércio Eletrônico emergente. Outros estratos de vocabulário também podem ser considerados, a exemplo de outras áreas que abririam caminho para o campo emergente do Comércio Eletrônico. Assim, a partir da datação desses estratos de vocabulário é possível identificar os traços de aparição de uma inovação terminológica em determinada área (HUMBLEY, 2011b).

A análise dos sucessivos estratos que compõem determinado campo emergente também pode indicar o desenvolvimento de outro fenômeno a retronímia. Segundo Pohl e Coutier (1993 apud Humbley, 2011b) seria a neologia inversa, ou seja, a denominação como “novo” de algo que já existia. Uma situação recorrente seria a incorporação de termos típicos de um campo ancestral em uma terminologia emergente, sem uma contextualização própria ou qualquer tipo de adaptação.

Considerando tal aspecto, a análise diacrônica pode facilitar a identificação não apenas do campo ancestral como do nível e do tipo de relação que se estabelecem entre os termos. Assim, segundo Humbley (2011b):

La méthode de l'examen des domaines ancêtres permet de comprendre à quel point il est important, pour l'aménagement linguistique, de bien traiter chaque développement, chaque tranche de vocabulaire d'un secteur, car, si les terminologies se construisent les unes sur les autres, la qualité de celles qui sont en phase d'élaboration dépend de celles qui précèdent[...] (HUMBLEY, p. 57, 2011).²⁸

²⁸ O método de examinar as áreas antepassadas ajuda a entender o quanto importante é para o planejamento de uma língua o bom tratamento de cada desenvolvimento, de cada vocabulário de um setor, porque as terminologias são construídas com base em outras, sendo que a qualidade dessas que estão em fase de elaboração depende daquelas que as precedem [...] (HUMBLEY, p.57, 2011, tradução nossa).

A importância dos estudos diacrônicos na identificação dos campos ancestrais também é relevante em outros aspectos. Humbley recupera Picton (2009 apud Humbley, 2011b), que ressalta a importância desses estudos diacrônicos na datação das frequências dos termos em determinado espaço de tempo. Tais estudos poderiam iluminar a identificação das variantes terminológicas, a coexistência ou sucessão de termos equivalentes para um mesmo conceito e os diferentes níveis de dependências sintáticas e suas mudanças cronológicas.

Por fim, Humbley e Kübler (2011) identificam três principais estratégias para a formação de neônimos: a sintática, em que os novos termos são recombinações a partir de elementos já existentes, com destaque para as composições hiponímicas e hiperonímicas; a semântica, em que termos já existentes ganham novos significados, com destaque para as composições de caráter metafórico; e aquela que enfatiza um *continuum* entre um campo existente e outro emergente.

Com tal panorama dos estudos neológicos em mente, passamos para a segunda parte teórica, que retomará alguns princípios da Terminologia. Para isso, no capítulo seguinte apresentaremos os principais elementos do arcabouço teórico terminológico e pormenores da vertente de estudo escolhida para análise.

Capítulo 2 - Preceitos teóricos para a análise terminológica

2.1 História e perspectivas dos estudos terminológicos

As origens dos estudos terminológicos remontam à própria história da humanidade, tendo-se indícios de sua história com os filósofos gregos, mercadores cretas e os remotos vocabulários especializados, a exemplo da língua de especialidade usada na arte militar. Na Antiguidade, portanto, a Terminologia estava ligada ao componente lexical dos saberes técnicos e científicos (RONDEAU, 1984).

Mesmo que a Terminologia seja um fenômeno presente desde a Antiguidade, é apenas no século XVIII, com o reconhecimento da existência de vocabulários especializados de determinadas áreas do conhecimento, que se constitui como disciplina. É nessa época que o termo passa a ser incluído em dicionários clássicos e a ter seus conceitos difundidos. Além disso, elementos importantes para o impulsionamento da área foram os trabalhos dos enciclopedistas, promovendo discussões acerca das línguas de especialidade e a expansão do campo das ciências taxonômicas que estimularam o desenvolvimento das nomenclaturas técnico-científicas (KRIEGER; FINATTO, 2004).

No século XIX, as discussões sobre as linguagens científicas proliferam, principalmente influenciadas pela internacionalização das ciências e a consequente necessidade de se desenvolverem estratégias para garantir a univocidade da comunicação entre os especialistas. Nesse contexto surgem as normas terminológicas criadas com intuito de se estabelecer regras para a formação dos termos e de atribuição de suas especificidades em determinada área (KRIEGER; FINATTO, 2004).

No século XX, com o avanço científico e tecnológico houve um exponencial crescimento das unidades terminológicas, o que contribuiu para a consolidação da Terminologia tanto como um instrumental linguístico especializado, como um componente relevante nas relações sociais, comunicacionais, políticas e econômicas. Com a globalização, a necessidade de estudos terminológicos é bem vasta. Na Tradução, por exemplo, atende aos interesses políticos, econômicos e comunicacionais; na área técnica é essencial num contexto de rápidas mudanças tecnológicas; e até para a inserção social e intelectual do cidadão comum é importante, uma vez que a acelerada produção de conhecimento exige que o sujeito tenha contato com as terminologias de determinadas áreas de conhecimento (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Na década de 60 do século XX, houve um grande desenvolvimento do pensamento estrutural, o que acarretou outro olhar sobre o fazer científico. Os estudos linguísticos, antropológicos, sociológicos e psicanalíticos alcançaram estatuto de cientificidade, e a consequência direta disso foi a criação de terminologias específicas para as áreas de humanidades. Essas terminologias corroboraram o estabelecimento dos princípios teóricos, epistemológicos e metodologias dessas áreas (KRIEGER, 2000).

Outro aspecto de destaque para os estudos terminológicos no século XX foi o desenvolvimento da Informática. As tecnologias de informação estimularam o avanço da Terminologia, uma vez que os recursos informatizados propiciaram a criação dos bancos de dados terminológicos, ferramenta que otimizou tanto a coleta como o armazenamento e a recuperação dos dados de modo automático. A partir da década de 70, tais recursos tecnológicos permitiram o expressivo progresso da área que se consolidou tanto por seu arcabouço teórico, como pelas potencialidades de aplicação no contexto social.

Assim, em síntese, Auger (2001) destaca três principais orientações que norteiam os estudos terminológicos:

1) **Orientação linguístico-terminológica** – É a orientação voltada à determinação de normas e diretrizes pragmáticas, estabelecidas com base disciplinar, com o intuito de favorecerem a univocidade na comunicação técnico-científica. A principal linha de estudo que representa tal orientação é a Teoria Geral da Terminologia (TGT), desenvolvida por Wüster.

2) **Orientação para uma planificação linguística** – A planificação linguística é resultado de um esforço coletivo de um grupo social, que, num consenso, estabelece uma política linguística nacional. Geralmente este esforço de planificação, na atualidade, está associado a programas de valorização de línguas faladas em determinados territórios e regiões, a exemplo da Catalunha, na Espanha, e Québec, no Canadá.

3) **Orientação para a Tradução** – A tradução assume um papel importante no contexto da globalização, podendo ter diferentes utilidades: pode ser usada como um instrumento de referência em contextos onde há línguas distintas e “rivals”; auxilia o contato comercial e comunicacional estabelecido entre países de idiomas distintos; é importante elemento nos bancos de dados terminológicos e dicionários técnicos; e ainda pode ser vista como uma ação planificadora do idioma, uma vez que desenvolve a Lexicografia, tanto especializada como geral.

Como pudemos observar, o campo da Terminologia é reconhecidamente de caráter interdisciplinar. Assim diferentes áreas e disciplinas convocam os saberes terminológicos para tratarem de seus objetos específicos. Dentro dos campos de estudo mais próximos da Terminologia, destacam-se as Ciências do Léxico, Lexicologia, Lexicografia e Terminografia, que representa a dimensão aplicada da Terminologia; a Semântica, por tratar essencialmente do plano conceitual, um dos pilares na constituição terminológica; e a Tradução e a Documentação, por estarem ligadas à comunicação especializada, outro aspecto relevante para a construção terminológica (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Quanto às principais aplicações práticas da Terminologia destacam-se a compilação de termos e a confecção de dicionários, atividades importantes para a solução de problemas de informação e comunicação em áreas de especialidade. Outra possibilidade de uso é a confecção de bases de dados, para a listagem e tratamento informatizado de termos, com destaque para as pesquisas na área da Linguística de *Corpus* e Linguística Textual (KAMIKAWACHI, 2010).

Outra forma de se observar as bases teóricas da Terminologia é verificar a constituição de escolas terminológicas. As escolas clássicas, de Viena, Praga e da Rússia, são reconhecidas pelo pioneirismo e pela perspectiva normativa, responsáveis por desenvolverem a base disciplinar da área. Em comum, possuem uma orientação metodológica voltada à padronização dos termos técnicos, auxiliando a comunicação entre especialistas. Para isso, tomam como princípio o enfoque cognitivo, em que os elementos essenciais da comunicação especializada são os termos que denominam determinados conceitos, privilegiando, assim, a univocidade. A Escola que mais difundiu esse enfoque foi a de Viena, fundada por Wüster, que criou a Teoria Geral da Terminologia (TGT) (KRIEGER; FINATTO, 2004).

A TGT serviu de base para outras correntes de estudos terminológicos e tornou-se referência para os estudos da área. Sua vital importância se deu ao estabelecer a Terminologia como um campo de conhecimento, delimitando um objeto próprio, seus fundamentos epistemológicos e propiciando discussões sobre a unidade lexical, elementos que corroboraram o desenvolvimento dos estudos teóricos e aplicados da área (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Todavia, por volta da década de 80 começam a proliferar críticas acerca da TGT. Uma das principais críticas se referia à visão redutora da TGT, que evidenciava o aspecto conceitual em detrimento da perspectiva que enxergava os termos como elementos naturais do sistema linguístico, e não apenas como unidades que comportavam denominações.

Numa visão essencialmente onomasiológica, a TGT postulava que os termos expressavam conceitos e não significados. E, seguindo tal perspectiva, ignorava-se o caráter discursivo e pragmático do contexto em que o termo estava inserido. Além disso, a teoria fundamentava-se num princípio, já refutado, de dissociação entre pensamento e linguagem (KRIEGER, 2000).

A partir de tais discussões, no final do século XX, a Terminologia desbrava outros horizontes, principalmente influenciada pelos estudos de base linguístico-comunicacional. Nesse contexto, o caráter essencialmente prescritivo da TGT se enfraquece, e cada vez mais há um olhar temático sobre os termos, considerando seus aspectos comunicacionais e pragmáticos (KAMIKAWACHI, 2010).

As principais perspectivas teóricas desenvolvidas após este período foram:

a) **Socioterminologia** - Essa corrente critica a inoperância dos instrumentos de referência, por seu artificialismo, baseado num ideal normalizador estéril, por não expressar a realidade do uso terminológico. Em oposição, toma a variação como elemento-chave para o desenvolvimento socioterminológico, tendo como foco a descrição dos termos em seus contextos de uso. Os principais representantes desse segmento são os autores Gambier, Boulanger e Gaudin (GAUDIN, 1993).

b) **Terminologia de Base Textual** - Também critica o privilégio dado aos estudos denominativos das linguagens de especialidade e propõe a análise terminológica a partir da compreensão detalhada dos textos especializados, verificando-os tanto no nível macro- como microestrutural. Os principais representantes desse segmento são os autores Hoffmann e Ciaspuscio (KRIEGER, 2000).

c) **Teoria Sociocognitiva da Terminologia** - Contesta os princípios da Escola de Viena, principalmente a crença no objetivismo e a visão redutora acerca do termo como uma etiqueta denominativa. Estruturada a partir do paradigma da Hermenêutica, com enfoque interpretativista, e enxergando a ciência sob um viés cognitivista, procura evidenciar as relações entre os processos de categorização e a linguagem. Nessa abordagem, um termo não

existe *a priori* ligado a um conceito pré-existente, ele se constitui ao estar inserido num contexto comunicacional sendo, portanto, um construto social mediado por modelos cognitivos. A principal representante dessa corrente de estudos é Rita Temmerman (KRIEGER, 2000; KAMIKAWACHI, 2010).

d) **Teoria da Terminologia Diacrônica** - Estuda o léxico de uma língua em determinado período, permitindo a análise da evolução e variação de conceitos e usos dos termos. Além do aspecto linguístico, tal estudo se revela como um testemunho histórico cultural de um período (PEREIRA, 2012). Apesar de sua importância, é considerada como uma perspectiva marginal de estudos terminológicos, não tendo ainda a mesma difusão e quantidade de publicações científicas como as correntes anteriores. Como principal representante dessa vertente variacionista, podemos citar Dury (1999).

d) **Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT)** - A TCT é uma das correntes de estudo pioneiras a contrapor as ideias da TGT. As principais críticas que ela postula contra a TGT podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos: limitação da finalidade da disciplina, por estudar o termo com objetivos de padronização; a separação da relação termo, conceito e significado; e o desinteresse pelas estruturas morfossintáticas em detrimento de uma supervalorização do caráter denominativo. A TCT, por outro lado, contempla a variação linguística em toda a sua dimensionalidade, observando que tanto o conhecimento especializado, como os textos especializados e as unidades terminológicas, podem ocorrer em diferentes níveis de especialização. Dessa forma, o termo é considerado em seu âmbito específico sem perder seu caráter de unidade pertencente a um sistema linguístico. Portanto, considera-se o termo como um signo linguístico em funcionamento, inserido numa determinada situação de comunicação especializada. Os principais representantes dessa linha de estudos são os pesquisadores do IULA – Instituto de Lingüística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona (CABRÉ, 1999).

As cinco perspectivas observadas concebem a Terminologia como um campo de investigação atrelado à linguagem, porém, cada uma apresenta um foco específico para tratar desse fato, utilizando diferentes níveis de análise (morfológico, sintático, semântico, lexical, textual) e outras correntes linguísticas (Análise do Discurso, Sociolinguística, Semântica da Enunciação, Análise Diacrônica, etc.) (KRIGER, 2000). Como a corrente de estudo escolhida para este trabalho terminológico é a TCT, ela será um pouco mais detalhada.

Segundo Cabré (2003), um projeto terminológico, que tenha como base teórica a TCT, deve seguir os seguintes pressupostos gerais:

- 1) Considerando as abordagens linguística e semiológica, a TCT tem como objeto central as unidades terminológicas e não os conceitos.
- 2) Tanto o termo como a palavra são signos linguísticos, e, portanto, a distinção entre eles só pode ser observada no discurso.
- 3) Os diferentes níveis - lexical, morfológico, sintático e textual - podem veicular o conhecimento especializado.
- 4) Os termos não devem ser analisados isoladamente, mas na situação comunicativa em que estão inseridos.
- 5) Deve-se considerar para a análise tanto a variação conceitual como a denominativa.
- 6) Quanto à perspectiva cognitiva, as unidades terminológicas estão subordinadas a um contexto temático, tendo um local determinado e significado específico num mapa conceitual.

A Terminologia, nesse viés comunicativo, tem como base, portanto, um cenário concreto. Seu objeto de análise, as unidades terminológicas, é considerado em seu contexto de uso nas comunicações especializadas, tendo assim um valor empírico. Tal realização concreta do termo evidencia a predileção pelos aspectos comunicativos da linguagem, em detrimento dos propósitos outrora normalizadores da TGT (KAMIKAWACHI, 2010).

A principal vantagem dos estudos da TCT é que essa teoria privilegia o léxico temático e oferece um aporte teórico e metodológico mais consistente para a reflexão dos objetos de análise nas linguagens de especialidade. Ao observarmos o termo em sua ocorrência comunicacional, é possível obter uma descrição mais consubstanciada, não apenas do termo em si, mas de seu papel no contexto de especialidade. Além disso, pelo fato de a TCT ter estabelecido, de modo mais sistemático, a perspectiva linguística nos estudos terminológicos, observa-se uma maior preocupação com a estrutura e o funcionamento do termo (KRIEGER, 2000).

2.2 Aporte teórico: os principais objetos

Uma possibilidade de compreensão dos principais objetos da Terminologia, constituída como campo do saber, é apresentada por Krieger (2000) em três conceitos: o termo, a fraseologia e a definição. O termo é a unidade terminológica por excelência, e que por conta de suas propriedades distintivas, no âmbito de uma terminologia, favorece a comunicação especializada. A noção de definição está muita atrelada ao termo, já que é ela que estabelece as origens e os limites da designação de um termo. E a fraseologia é uma construção sintagmática nuclear, muito presente nos contextos de áreas de especialidade, e que compõem, junto com o termo, a noção de unidade terminológica.

A noção de unidade terminológica traz consigo algumas divergências entre os pesquisadores. No âmbito da TGT, por exemplo, a unidade terminológica é compreendida como uma palavra que tem um significado atribuído a ela. Nessa perspectiva, o foco está no conceito, elemento-chave na atribuição do estatuto terminológico a uma unidade lexical (WÜSTER, 1998).

A partir dessa perspectiva, desvela-se uma propriedade tradicionalmente vinculada ao aspecto conceitual do termo, sua invariabilidade semântica. Enquanto uma palavra tem seu significado atribuído num contexto discursivo, uma unidade terminológica, por referir-se ao conteúdo de uma área de especialidade, teria, ao contrário, um caráter monorreferencial. Essa relação de univocidade entre a denominação (significante) e a noção (significado), diferenciam as noções de palavra e termo (KRIEGER, 2001).

Rey (1979), sob outra perspectiva, considera que uma unidade lexical pode ter a designação de termo se ela for um elemento distintivo em uma terminologia, ou seja, distinguir-se conceitualmente de outra unidade lexical do mesmo sistema terminológico. Dessa forma, o que faz com que um signo linguístico possa ser considerado um termo é seu conteúdo específico dentro de um campo de especialidade.

Gouadec (1990 apud KRIEGER; FINATTO, 2004) complementa tal abordagem afirmando que a noção de termo tem seu valor como unidade linguística capaz de designar

objetos, conceitos e processos. Assim, o termo designaria os diversos tipos de elementos apreendidos na realidade e construídos no fazer técnico-científico.

Em comum, os autores mencionados anteriormente reconhecem a importância do elemento conceitual na determinação da unidade terminológica, destacando-se o caráter onomasiológico, presente em grande parte das terminologias, além da função do termo em atuar como elemento que fixa e divulga o conhecimento especializado (KRIEGER, FINATTO, 2004).

Contudo, a ideia de invariância conceitual, embutida em algumas conceituações é discutível, principalmente considerando as perspectivas de estudo da Terminologia após a década de 80, que enxerga o termo sob um viés mais pragmático e social. Diante disso, fica inviável defender o caráter eminentemente monossêmico do termo, uma vez que consideramos contextos linguísticos e pragmáticos para constituir o estatuto terminológico. Dessa forma, tanto a variabilidade como a sinonímia devem ser consideradas ao se tratar os termos, já que eles, isoladamente, não formam um sistema independente (CABRÉ, 1993).

Nessa perspectiva multidimensional do termo, ele é considerado como um elemento da linguagem em funcionamento, uma vez que sua construção se associa a aspectos de natureza pragmática, semiótica e ideológica. Assim, uma unidade lexical pode assumir o valor de um termo quando adquire um significado numa determinada área de especialidade. Esse processo de terminologização ocorre de acordo com as necessidades de uma determinada área de especialidade, que pode ressignificar uma unidade léxica para que ela assuma um valor terminológico em um contexto de especialidade.

O termo, visto sob este viés, evidencia um importante aspecto enunciado pela TCT, a poliedricidade. Tal noção refere-se à capacidade do termo de compreender tanto a vertente conceitual, quanto a linguística, agregando assim as funcionalidades comunicativas e os saberes da área de especialidade. Esse caráter também revela a polivalência das unidades lexicais, que podem participar de diferentes terminologias, tendo um significado específico em cada campo. Além disso, a poliedricidade evidencia que não há uma fronteira rígida entre o léxico comum e o léxico de especialidade, uma vez que ambos são determinados em funcionamento, no discurso (CABRÉ, 1993).

Diante do exposto, a noção do termo, no viés da TCT, utilizada neste trabalho, pode ser sintetizada como uma unidade pragmático-linguística e de cunho comunicacional, já que se origina da conceituação formulada pelo falante. Como principal finalidade tem o objetivo de fixar e favorecer a difusão do conhecimento especializado (CIAPUSCIO, 1998).

Para a noção de unidade terminológica, há outra designação complementar ao termo, a noção de fraseologia. A fraseologia é uma estrutura linguística estereotipada, que possui uma interpretação semântica independente do sentido que pode ser dado a partir de sua estrutura. Os principais exemplos são: provérbios, frases feitas, expressões idiomáticas, fórmulas protocolares de correspondências formais, locuções nominais e verbais. Mesmo de estudo recente na área da Terminologia, os fraseologismos complementam as estruturas que expressam os conteúdos e conceitos nas áreas de especialidade, podendo também ser designados como unidades terminológicas (KRIEGER, FINATTO, 2004).

Quanto às principais características da unidade terminológica, Krieger e Finatto (2004) destacam os seguintes aspectos:

- a) No plano das categorias gramaticais, observa-se uma preponderância da classe gramatical dos substantivos e palavras substantivadas.
- b) Quanto à constituição lexical, as unidades terminológicas são tanto simples como complexas (ex.: fraseologismos ou sintagmas terminológicos). Contudo, há uma tendência à composição sintagmática.
- c) É recorrente a presença de componentes de origem greco-latina para a formação das unidades terminológicas.
- d) Observa-se a recorrência de outras configurações sígnicas das unidades terminológicas, a exemplo dos acrônimos, siglas e abreviaturas.
- e) É comum a formação de termos novos (neologismos), fruto da motivação denominativa de um campo do conhecimento, bem como o uso de empréstimos.

As unidades terminológicas podem ser formadas por um único lexema, tendo também a designação de *termo palavra* ou *termo lexemático*; ou ainda serem formadas por diversos lexemas, recebendo assim denominações como *termo sintagmático* ou *sintagma terminológico*²⁹.

²⁹ É relevante destacar a diferença entre o sintagma terminológico e o sintagma lexical livre. Enquanto o primeiro é o resultado da combinação de elementos que constituem uma unidade linguística mais estável, e que pode muitas vezes ser substituída no eixo paradigmático, o sintagma lexical livre, ao contrário, apresenta maior fragilidade em sua constituição dentro de um sistema lexical. Mesmo com tais princípios, às vezes é difícil

No caso da formação de termos, em áreas de especialidade, é muito comum a ocorrência do sintagma terminológico, geralmente formado por um lexema-base, de caráter mais genérico, seguido de um ou mais lexemas que especificam a propriedade enunciada no lexema anterior (BARROS, 2004).

A unidade terminológica, como signo linguístico, pode ser estudada considerando-se seu plano de expressão e de conteúdo. A perspectiva de análise do conteúdo semântico de um termo, também denominada de análise conceitual, é aquela que na Terminologia determina as características de um conceito³⁰, observando o grau de compreensão, extensão e relação desse conceito com outros (BARROS, 2004).

As características, portanto, designam os traços de sentido, que descrevem, identificam e distinguem os conceitos. Elas funcionam como representações mentais de um objeto, podendo expressar a essência de um conceito (características essenciais), seus traços de complementaridade (características secundárias), aspectos extrínsecos ou intrínsecos à natureza do objeto, e ainda podem ser classificadas como simples ou complexas, de acordo com a quantidade de propriedades que evidenciam.

Num sistema de conceitos, as características são essenciais para a distinção entre conceitos, uma vez que estabelecem um conceito específico tendo como base um genérico (BARROS, 2004).

Outro aspecto a ser lembrado na análise de uma unidade terminológica é o papel do contexto. O contexto é um enunciado, no qual a unidade terminológica pode ser identificada e delimitada no âmbito no trabalho terminológico, uma vez que é possível observar suas características conceituais. Há diferentes tipos de contextos, que geralmente são determinados

delimitar com precisão quando se trata de um ou outro sintagma, contudo uma das maneiras de se observar a distinção entre eles é verificar o grau de lexicalização dos sintagmas. As principais características dos sintagmas lexicalizados são: não autonomia léxico-semântica de um componente em relação aos outros do sintagma; impossibilidade de mutação, sem acarretar alterações de sentido; não separabilidade de componentes, e singularidade na constituição interna (BARROS, 2004).

³⁰ Em português, há uma polêmica quanto ao uso dos termos conceito e noção. O termo conceito provém do inglês *concept*, enquanto noção tem origens no francês, *notion*. A Norma ISO 1087(1990) utilizou ambos como sinônimos, e na tradução brasileira optou-se por noção. Contudo, há um grupo de terminólogos que apontam diferenças de sentido entre os dois termos, o que impossibilitaria um uso sinonímico sem restrição. Enquanto o termo noção teria um sentido mais vago e menos delimitativo, o termo conceito teria a ideia de algo mais estruturado e delimitado (BARROS, 2004).

pelo tipo de descritores³¹, a exemplo dos contextos definitórios, explicativos, associativos, metalinguísticos e enciclopédicos (BARROS, 2004).

Por fim, tratemos do outro elemento da tríade de objetos, a definição. As definições identificam as facetas de compreensão de fenômenos e valores presentes, tanto no cotidiano, como nas relações e atividades das áreas de especialidade. No que tange às áreas de especialidade, a definição permite a observação e a percepção de quanto e como um conhecimento está sendo mobilizado em uma área, demonstrando, assim, a potencialidade de seu caráter multidimensional (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Segundo Dahlberg (1978), a elaboração de uma definição equivale à formulação de uma *equação de sentido* tendo primeiro aquilo que deve ser definido (*definiendum*) e depois, do outro lado da equação, aquilo pelo qual alguma coisa é definida (*definiens*). Dessa forma, percebe-se que a definição delimita as fronteiras de determinado conceito ou ideia.

Essa função delimitadora da definição está presente, basicamente, na formulação de dois tipos de enunciados: o gênero próximo e a diferença específica. O gênero próximo diz respeito à parte da definição que expressa uma categoria ou classe geral, à qual o ente definido pertence. A diferença específica, por sua vez, indica a particularidade responsável por distinguir um elemento em relação a outro da mesma classe. Ambos os recursos têm sido usados na elaboração de definições, já que auxiliam na delimitação de traços distintivos e similares entre os conceitos enunciados (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Segundo Sager (1993), a definição elaborada a partir do gênero próximo e da diferença específica (GPDE), considerada clássica, seria constituída basicamente de alguns elementos. Primeiro seria encabeçada pelo gênero próximo (GP), com um hiperônimo (ou termo-pai), que poderia ser recuperado, verificando-se o termo superordenado relacionado.

Em seguida, seria utilizada a diferença específica (DE), que diferenciaria os termos-entradas que apresentassem o gênero próximo comum. Contudo, o autor acredita que essa estrutura básica não abarcaria todas as possibilidades de definição, por isso, acrescenta algumas classificações complementares a essas duas: a definição a partir de uma análise ou síntese; a utilização de sinônimos; o uso de paráfrases; a definição mediante implicação; a enumeração; e a definição ostensiva.

³¹ Os descritores são elementos que indicam a característica de um conceito a partir de seu uso em determinado contexto (BARROS, 2004).

Para a boa elaboração de uma definição, além de considerar o gênero próximo e a diferença específica, Cabré (1993) apresenta outros aspectos relevantes, que podem ser divididos em três grupos: adequações gerais, adequações específicas e expressão.

Nas adequações gerais, as definições devem ser verdadeiras, situadas em um determinado campo do saber e adequadas a uma finalidade de trabalho, podendo nesse escopo se diferenciar de outros conceitos similares, ao mesmo tempo em que possuem alguns aspectos distintivos que as diferenciam de outra designação. Quanto às adequações específicas, a autora destaca: a importância de a definição estar inserida num campo concreto, no qual é possível observar a estrutura prévia deste campo, bem como refletir sobre as relações sistemáticas que cada conceito mantém com os demais conceitos do mesmo campo; ter os traços essenciais e os não essenciais explicitados; e organizar, de forma sistemática, os conceitos num mapa conceitual. E por fim, quanto à expressão, a autora destaca os seguintes aspectos: ser uma expressão correta e adequada às normas de construção de definições e aos destinatários do trabalho; constar de uma só oração, evitando pontos internos; possuir o descritor inicial com a mesma categoria gramatical do termo descrito; utilizar para sua formulação palavras conhecidas pelos usuários; e evitar as construções circulares, negativas e fórmulas metalinguísticas desnecessárias (CABRÉ, 1993).

Dubuc (1999) sintetiza os principais aspectos de uma definição, declarando que um enunciado definatório satisfatório deveria primar pela clareza, adequação e concisão, evitando-se construções circulares e negativas. Para o autor, o principal objetivo da definição seria oferecer uma imagem mental exata de um conceito, a partir de seus traços essenciais e enunciados objetivos sem informações supérfluas.

Por fim, podemos destacar a norma ISO 704 (2009) que traz algumas diretrizes para a elaboração de uma boa definição em obras lexicográficas e de cunho técnico científico. Dentre as principais orientações destacam-se: a objetividade na formulação do enunciado, sugerindo para isso a utilização das categorias lógicas da intensão e extensão; a apresentação das características mais essenciais do objeto definido; a utilização de um padrão direto, expondo primeiro o que é o termo e depois podem ser complementadas informações acerca de origem, composição, causa etc.; e a busca por uma adequação sistemática e coerente do texto definatório, sugerindo-se para isso a utilização das já mencionadas categorias do gênero próximo e diferença específica (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Quanto à classificação, as definições podem ser lexicográficas, enciclopédicas e terminológicas. A definição lexicográfica (DL) é usada geralmente nos dicionários de língua e enciclopédicos, e está voltada à função de explicitar os significados, diferenciando os possíveis sentidos dos signos numa língua. A definição enciclopédica (DE), como o nome sugere, é utilizada nas enciclopédias e nos dicionários enciclopédicos, e preocupa-se em oferecer um conjunto de conhecimentos sobre determinada coisa. E a definição terminológica (DT) é aquela utilizada nos contextos de especialidade, preocupada em delimitar e distinguir as noções expressas pelos termos, considerando sua aplicação em determinada área de especialidade (LARIVIÈRE, 1996).

No que tange às definições terminológicas, é interessante destacar suas principais funções no contexto de especialidade: situar o termo dentro de uma determinada estrutura de conhecimento, o que exige algum conhecimento da área de especialidade em questão; fixar o significado do termo no campo de especialidade, considerando as flexibilidades e os empréstimos entre algumas áreas; e oferecer não só aos usuários especializados, mas também aos não especializados, a compreensão do termo (SAGER, 1993).

Por fim, é importante lembrar que o texto definitório não deve ser observado em si, uma vez que ele está inserido num contexto de especialidade pragmático, construído pelo indivíduo e por uma coletividade. Dessa forma, considerando-se a dimensão discursiva e o contexto pragmático das linguagens de especialidade, a compreensão do que é uma definição tem um caráter aberto e modulado pelo sujeito, que o delinea conforme suas necessidades de comunicação (KRIEGER; FINATTO, 2004).

2.3 Terminologia aplicada: Terminografia

A abordagem prática da Terminologia é denominada de Terminografia. Já na década de 70 do século XX, Rey (1977) quis demarcar a diferença entre a perspectiva teórica e metodológica, a Terminologia, de sua vertente aplicada, a Terminografia, conforme já existia, analogamente, a Lexicologia e a Lexicografia. A Terminografia investiga as propriedades linguísticas, conceituais e pragmáticas da unidade terminológica, tendo como objetivo dessa investigação a produção de produtos lexicográficos e terminológicos (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Segundo Krieger e Finatto (2004), os princípios de um trabalho terminográfico são: elaborar produtos lexicográficos ou terminológicos que atendam uma lacuna de informação,

de determinado público-alvo; utilizar dados, em todas as etapas do trabalho, que sejam confiáveis; registrar os dados de modo sistemático e padronizado, facilitando sua recuperação, visualização e comunicação internacional, observando para isso as normas de representação; e por fim, organizar os dados nas fichas e bases de dados de acordo com a natureza do trabalho, adaptando-os, se necessário, aos objetivos do trabalho terminográfico em questão.

As principais normas internacionais associadas ao trabalho terminológico estão vinculadas à ISO (*International Standardization Organization*), mais especificadamente seu Comitê Técnico 37 que estabelece as diretrizes para o trabalho terminológico. Dentre essas diretrizes, destacam-se principalmente: a ISO 704 (2000), *Princípios e métodos terminológicos*; a ISO 1087-1(2000), referente ao trabalho terminológico; a ISO 860 (2007), que trata da harmonização de termos e conceitos; e a ISO 10241(2011), voltada à padronização de entradas e *layouts*.

Quanto às etapas do trabalho terminográfico, mesmo tendo elementos comuns, elas divergem de acordo com a vertente de estudo abordada. Rey (1995), por exemplo, descreve o processo terminográfico ao longo de sua obra *Essays on Terminology*, destacando os métodos terminográficos utilizados, em sua maioria, importados da Lexicografia, Ciências da Documentação e da Tradução. Para o autor, as principais etapas do trabalho terminográfico podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos (REY, 1995):

- a) Identificar, delimitar e descrever uma área de especialidade;
- b) Coletar informações sobre uma área de especialidade, a partir de uma documentação;
- c) Realizar a análise conceitual;
- d) Realizar a análise linguística do *corpus*;
- e) Realizar a elaboração das fichas terminológicas³²;
- f) Organizar a descrição dos termos;
- g) Realizar a elaboração dos produtos terminológicos e terminográficos.

Rondeau (1984), sob outra perspectiva, identifica dez etapas do que denomina de *pesquisa terminológica temática*. A primeira etapa seria a escolha da área de especialidade do

³² A ficha terminológica é um recurso manual ou automatizado de registro de informações terminológicas. Nessas fichas são registrados os núcleos de informações das unidades terminológicas, e a partir dessas informações é possível realizar o trabalho de análise e síntese terminológica (OLIVEIRA, 2010).

trabalho terminológico, seguida da etapa de delimitação da subárea; a terceira etapa consistiria na consulta aos especialistas da área selecionada; na quarta etapa ocorreria a seleção dos documentos; a quinta etapa seria responsável por traçar um primeiro esboço da árvore de domínio³³; na sexta etapa ocorreria a expansão e finalização da árvore de domínio; na sétima etapa seria feita a delimitação na seleção dos termos, seguida da etapa de coleta e primeira classificação dos termos; a etapa seguinte seria a verificação e classificação das noções e denominações dos termos; e na última etapa seria feita a normalização e a apresentação dos dados terminológicos (RONDEAU, 1984).

Sob outra perspectiva, Cabré (1993) apresenta uma segmentação desse processo, identificando seis fases para o processo terminográfico: primeiro a fase de definição e delimitação do trabalho terminológico, momento em que se delimita o tema, os destinatários, as funções e dimensões do trabalho terminológico. Na segunda fase ocorre a preparação, ou seja, a aquisição de informação sobre a área de especialidade, a seleção dos especialistas que vão assessorar o trabalho terminológico, a seleção das informações, a fixação do *corpus*, a estruturação do campo e o plano de trabalho. Na fase seguinte se realiza a elaboração das fichas de análise e síntese. Na quarta fase efetiva-se a apresentação do trabalho, seguida concomitantemente pela fase de supervisão do trabalho terminológico, e por fim há uma revisão do trabalho com tratamento dos casos mais problemáticos (CABRÉ, 1993).

Contudo, a autora, em 1999, propõe outra divisão para as fases do processo terminográfico, acrescentando o viés da vertente da Teoria Comunicativa da Terminologia. Nessa nova perspectiva, Cabré (1999) sintetiza o processo terminográfico em quatro blocos de atividades: a delimitação do tema e a definição do trabalho; a preparação e a planificação; a realização propriamente dita do trabalho terminográfico, com as fichas e a apresentação dos resultados. Nessa concepção, a autora destaca o caráter multidimensional do termo, considerando como ponto de partida para a análise sua tripla dimensão: cognitiva, linguística e comunicativa.

Por fim, podemos comentar sobre o processo terminográfico apresentado na obra *O Pavel: curso interactivo de Terminologia*, de responsabilidade do Departamento de Tradução do Ministério de Obras Públicas e de Serviços Governamentais do Canadá. Nessa obra, o

³³ A árvore de domínio é um diagrama organizado de modo hierárquico com termos representativos de uma área de especialidade. É uma recomendação recorrente nas normas ISO, já que tem a função de auxiliar o trabalho terminológico, uma vez que ajuda a traçar um esboço da área de conhecimento tratada na análise. Sua principal função, portanto, é mostrar as inter-relações conceituais numa área de especialidade (KRIEGER; FINATTO, 2004).

processo terminográfico é dividido em três grandes etapas: a pesquisa, a criação das fichas e a difusão das fichas (CANADÁ, 2004). Na primeira etapa, de vital importância, são realizadas as seguintes atividades: delimitação da área temática com auxílio de árvores de domínio e sistema de classificação; estabelecimento do *corpus* textual para a extração dos termos; análise conceitual com a identificação das características dos termos e relações conceituais; criação de lista de termos que designam os conceitos do sistema conceitual; e a criação de dossiês terminológicos monolíngues para os conceitos relacionados (PAVEL; NOLET, 2002).

A segunda etapa visa o objetivo de selecionar os dados para a confecção das fichas terminológicas, e para isso, são necessárias algumas ações: registro dos termos em uma ou mais línguas; incorporação das provas textuais em fichas uninocionais; e registro das marcas de uso. O desenho de uma ficha terminológica pode ser bem variado, contudo há alguns elementos constituintes essenciais (OLIVEIRA, 2010):

a) **Entrada:** Denominação que designa o conceito, podendo ou não ser seguida de abreviação ou sigla.

b) **Área, subárea e domínio,** podendo ter remissivas referentes aos conceitos relacionados (hiperônimos e hipônimos).

c) **Informações referentes à denominação:** categoria gramatical, sinônimos, fraseologias, e informações morfológicas.

d) **Informações de caráter pragmático:** tipo de registro, variantes, vigência do termo, etc.

e) **Equivalentes em outros idiomas.**

f) **Fontes:** as informações devem ser abonadas pelas referências.

g) **Dados de gestão da ficha:** informações sobre data de entrada, revisões ocorridas, data de modificações, etc.

Para finalizar, na última etapa voltada à gestão dos dados e das fichas terminológicas, deve-se ter atenção aos seguintes aspectos: administração do conteúdo terminológico por área de especialidade; atualização das fichas na base de dados em razão dos usos linguísticos correspondentes; estabelecimento de remissões entre os conteúdos das fichas e os aspectos linguísticos e a criação de produtos terminológicos (PAVEL; NOLET, 2002).

No trabalho terminológico em questão será utilizado o processo terminográfico enunciado por Cabré. A escolha justifica-se pela sua adequação à perspectiva teórica da TCT, elegida para este estudo, e pelo seu caráter mais sintético e sistemático, mais adequados para a utilização no recorte neológico da área da Ciência da Informação. O aporte teórico da Terminologia será utilizado com o objetivo de indicar os traços conceituais que constituem os neologismos, e a partir deles poderemos identificar as principais áreas de interface com a Ciência da Informação. Contudo, antes de partirmos para a análise é importante conhecermos um pouco da área de especialidade escolhida para a análise, a Ciência da Informação.

Capítulo 3 - Ciência da Informação: história, natureza e abordagens

3.1 Histórico da Ciência da Informação

Para uma detalhada revisão histórica dos estudos informacionais, deveríamos retomar os escritos de Aristóteles, que abordavam a transmissão da informação, num âmbito filosófico, ou mesmo tratar do movimento enciclopedista francês, no século XVIII, quando a noção de informação assumiu um caráter mais científico e conceitual. Todavia, como a pesquisa não é de cunho diacrônico, mas está voltada à aplicabilidade de conceitos, nos deteremos nas contribuições históricas que estão mais diretamente vinculadas ao surgimento da Ciência da Informação (SIMEÃO, 2006).

No século XIX, com as mudanças socioculturais e tecnológicas do período, a comunicação e a informação ganharam importância como fenômenos sociais, o que acarretou o desenvolvimento de novas áreas do conhecimento. Porém, mesmo com reconhecida importância, é apenas no contexto da Segunda Guerra Mundial que o papel social da informação se consolida. É no contexto de rupturas e discontinuidades do conflito mundial que questões como o acesso, a recepção e a adaptabilidade das diferentes necessidades sociais tornam-se elementos-chave para se pensar a informação (TÁLAMO; SMIT, 2007).

Na época da guerra, os países aliados (EUA, URSS e Grã-Bretanha) investiram nos serviços de coleta, seleção, processamento e disseminação de informações, a fim de vencerem o conflito (FREIRE, 2006). Nesse contexto, surge a Ciência da Informação, motivada pela necessidade de resolver o problema da organização e do acesso ao conhecimento científico, cultural e tecnológico, que crescia desordenada e geometricamente (LILLEY; TRICE 1989).

Contudo, mesmo com certo consenso quanto à época de surgimento da Ciência da Informação, os pesquisadores se dividem quanto às origens das perspectivas teórico-

disciplinares. Uma parcela dos pesquisadores opta pela perspectiva europeia (WERSIG, 1993; RAYWARD, 1991); outra parcela acredita na perspectiva estadunidense (SARACEVIC, 1996; CAPURRO, 2003); e ainda há aqueles que optam por enxergar ambas as perspectivas como complementares, a exemplo de Rodríguez Bravo (2002) e (RABELLO, 2008).

A perspectiva estadunidense é inicialmente desenvolvida pelos profissionais da documentação, que já em 1937 fundaram o *American Documentation Institute*, atualmente corresponde ao *American Society for Information Science* – ASIS, com o intuito de corroborar a projeção das atividades de pesquisa e tecnologia dos EUA.

Outro destaque para a vertente americana é o artigo do cientista estadunidense Vannevar Bush, *As we may think* (1945), que delimitou o marco teórico da área. Em seu artigo, nota-se a presença de outras áreas: Engenharia de Comunicação, Teorias Cibernéticas e Sistemas de Transmissão de Sinais, que ajudam a compor as bases para a caracterização dos modelos e processos de recuperação da informação (*Information Retrieval*). Segundo Barreto (2008), a principal contribuição de Bush seria:

Vannevar Bush introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras para organização da informação, pois este seria o padrão que o cérebro humano utiliza para transformar informação em conhecimento. Indicou que os sistemas de classificação e indexação existentes à época eram limitativos e não intuitivos. Os processos para armazenar e recuperar informação deveriam ser operacionalizados por associação de conceitos *como nós pensamos* (BARRETO, 2008, p.8).

Essa contribuição foi importante na delimitação da área, dando à Ciência da Informação um embasamento teórico para sua organização e representação. Por conta disso, parte dos pesquisadores considera Bush como um dos pioneiros da área (BARRETO, 2008). No entanto, mesmo considerando as contribuições de Bush na década de 40, oficialmente a denominação de *Ciência da Informação* só constituiu-se na década de 1960, fruto das conferências promovidas pelo *Georgia Institute of Technology*, nos Estados Unidos. Nesse evento, participaram, além de documentalistas e bibliotecários, cientistas, escritores e filósofos. Foi uma conferência para a discussão das novas tecnologias de informação, bem como para se refletir sobre a consequência natural do crescimento, da produção científica, e meios de recuperação de informação. Mesmo que grande parte do evento tenha sido dedicada à discussão voltada ao treinamento profissionalizante, foi um dos primeiros eventos da área a esboçar uma primeira definição da Ciência da Informação (FREIRE, 2006).

Na vertente da perspectiva americana observamos que há um enfoque mais disciplinar da Ciência da Informação. Ainda que seus limites iniciais, antes muito atrelados à recuperação

da informação, tenham se expandido e até incorporado subáreas, há uma tendência de um tratamento mais pragmático da Ciência da Informação, demonstrando até certa inconsistência teórica. Dessa forma, há um enfoque mais utilitarista da área, enfatizando os aspectos tecnológicos e práticos. Entretanto, em contrapartida, observa-se até certo ponto uma escassez de fundamentação teórica e uma constante preocupação epistemológica com a delimitação da área (RABELLO, 2009).

A perspectiva europeia, por outro lado, está fortemente vinculada à obra de Otlet, que recebeu grande influência das ideias positivistas de Auguste Comte e do objetivismo linguístico iniciado pelos enciclopedistas do século XVII (DUCHEYNE, 2005). Em sua obra *Traité de Documentation* (1934), não só tratou de conceitos-chave para a área, como as noções de documento e informação, assim como também se preocupou em tratar questões informacionais que estariam para além de sua época. Rayward (1994), ao interpretar a obra otletiana, percebeu elementos facilmente contextualizáveis atualmente, a exemplo das noções de *hiperlink*, bases de dados, e mesmo Internet, já prenunciadas por Otlet em sua obra. Tais indícios ratificariam que a matriz da Ciência da Informação seria a Documentação, mais precisamente a obra otletiana. Os estudos de Otlet (1934) foram difundidos pela Europa e ramificaram-se nas obras de outros autores: Suzanne Briet (1951), Meyriat (1981), Blanquet (1993), López Yepes (1997) e Buckland (1997) (RABELLO, 2009).

Além da Europa Ocidental, na União Soviética também se desenvolveram estudos informacionais na mesma época, tendo como objetivo estudar a estrutura e as peculiaridades da informação científica, bem como as leis que regiam tal atividade, sua história, teoria, método e formas de organização. Assim como na Europa Ocidental, não se acatou a expressão *Ciência da Informação*, mas criou-se outra: *Informatika*. Nela, a informação, era considerada como elemento potencial para a transformação de estados anômalos do conhecimento, ou seja, o estudo informacional estava focado no contexto comunicativo de um sistema social (LILLEY; TRICE 1989).

Os estudiosos Chernyl, Gilyarevskii e Mikhailov (1973) destacaram-se desenvolvendo um consistente aparato conceitual para a área, realizando para isso delimitações de seu suposto objeto, além de desenvolverem aspectos práticos como a distinção tipológica e a automatização da busca. Porém, com o fim do regime socialista, e consequente esgotamento do financiamento para pesquisas, os estudos não se desenvolveram. Somado a isso, iniciou-se

o uso do termo *informatika* no Ocidente, sob outro conceito, o que dificultou a difusão da pesquisa soviética (RADAMÉS LINARES, 2005).

López Yepes (1997) destaca outra importante linha de estudo na Europa, a corrente alemã. Denominada como *Informations-und Dokumentationswissenschaft*, essa vertente estaria constituída por dois aspectos: o da Ciência da Informação, propriamente dita, que se preocuparia com a informação no âmbito de um contexto social mais amplo; e o outro referente à Documentação, voltado à informação especializada.

A vertente alemã estaria mais próxima de um enfoque menos dualista e mais próximo ao que alguns especialistas preferem acreditar. Nesse enfoque, agregam-se ambas as perspectivas, americana e europeia, considerando-as complementares para a compreensão do escopo da Ciência da Informação. Assim, para compreendermos melhor o campo da Ciência da Informação, deveríamos considerar basicamente dois enfoques³⁴: o prático-disciplinar e o epistemológico, apresentados abaixo por Rabello (2008):

prático-disciplinar – onde a relação entre a configuração disciplinar da Ciência da Informação e as teorias de outras disciplinas formariam um conjunto de conhecimentos instrumentais para lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados. Por exemplo, podemos citar as explicações que aproximam a Ciência da Informação com as teorias e práticas da Biblioteconomia, da Arquivística, da Museologia, da Ciência da Computação, da Ciência Cognitiva.

epistemológica – busca pela processualidade histórica e teórica de tais enfoques prático-disciplinares no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto, essa perspectiva acomoda o primeiro enfoque (prático-disciplinar) num plano teórico-metodológico explicativo, onde as práticas não formariam simplesmente uma disciplina e, sim, fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (sob a influência de uma base filosófica, de métodos, de teorias, etc.) (RABELLO, 2008, p.24).

Na abordagem prático-disciplinar é recorrente o entendimento da Ciência da Informação como um campo que abarca outras subáreas, que em comum lidam com o problema da informação, com destaque para a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Segundo Araújo (2010), a origem das bibliotecas, arquivos e museus se confunde com a própria ideia de cultura, uma vez que nesses espaços, desde a Antiguidade, há a preocupação com a

³⁴ O autor, além de conceituar cada enfoque, também indica os principais autores, que segundo sua perspectiva seguem cada uma das abordagens. Assim, para a abordagem prático-disciplinar são citados: Shera (1980), Ingwersen (1992), Jardim e Fonseca (1992), Saracevic (1996), Le Coadic (1996), Smit e Barreto (2002), Robredo (2003). Por sua vez, para a abordagem epistemológica são apresentados os seguintes autores: Gonzáles de Gómez (2000a; 2000b; 2001), Fernández Molina (2002), Capurro (2003), Hansson (2005), Marciano (2006), Capurro e Hjørland (2007). (RABELLO, 2008).

transmissão dos saberes acumulados, bem como com a guarda e preservação de materiais que registram a história da humanidade.

Enquanto as bibliotecas e arquivos têm sua origem mais associada à passagem da oralidade para a escrita, os museus associam-se à guarda das coleções na Antiguidade. Mesmo com os procedimentos distintos para lidar com a organização, armazenamento e difusão das informações de seus acervos, as três subáreas têm em comum o fato de serem espaços institucionais informacionais, que lidam concretamente com técnicas de tratamento da informação, preocupadas tanto com a preservação do conhecimento, em diferentes suportes, como com sua difusão (ARAÚJO, 2010).

Assim, segundo Smit (2002), apesar das diferenças profissionais e institucionais, as três subáreas atuam de forma complementar no que tange o objetivo comum da disponibilização da informação, principalmente calcada na tríade: gestão da memória, representação da informação estocada e mediação da informação.

Quanto à perspectiva epistemológica, podemos citar a visão da área a partir dos três paradigmas da informação, enunciados por Capurro no texto *Epistemologia da Ciência da Informação* (2003), e recuperada e expandida, em seu artigo com Hjørland em 2007 sobre o conceito da informação. Segundo os autores haveria três paradigmas da informação: o físico, o cognitivo e o social. O primeiro privilegia o aspecto material da informação, ou seja, a noção de algo que é transmitido de um ponto a outro. O paradigma cognitivo, inspirado na filosofia de Popper³⁵, refere-se ao papel da informação como elemento que altera as estruturas e modelos mentais dos indivíduos (usuários da informação). E o paradigma social é aquele que compreende a informação como elemento intersubjetivo, ou seja, considera os processos de produção, distribuição e intercâmbio de informação no meio social.

Outra possibilidade de se entender a história da Ciência da Informação é delimitar períodos de desenvolvimento. Tais períodos podem ser delimitados a partir da conjunção das características específicas de desenvolvimento da área, inseridos em determinados contextos histórico-sociais. Barreto (2007) sintetiza esses períodos em três: tempo de gerência (1945-1980); tempo da comunicação do conhecimento (1981-1994) e tempo do conhecimento interativo (a partir de 1995 até os dias atuais).

³⁵ Popper (1973), numa perspectiva ontológica, divide o mundo em três partes: o primeiro mundo, formado de objetos ou estados físicos; o segundo constituído de estados psíquicos e da consciência; e o terceiro, formado por elementos inteligíveis que representam um conteúdo de informação. O autor, neste contexto usa as palavras 'conhecimento' e 'informação' como termos intercambiáveis (CAPURRO; HJØRLAND, p.190, 2007).

No primeiro período, a Ciência da Informação ainda está muito ligada à Documentação e Biblioteconomia, tendo, portanto, um papel mais funcional, pois, grande parte de seu instrumental estava voltado à recuperação informacional. Como nesse momento o foco era melhorar a recuperação da informação, houve um passivo desenvolvimento de dispositivos que melhorassem a revocação e precisão das buscas. Foi a *era das classificações*, com o desenvolvimento de tesouros e bases de dados (BARRETO, 2007).

Na década de 70 houve o aparecimento de novos profissionais, provenientes de outras áreas, que ajudaram a compor o escopo da Ciência da Informação, que começava a constituir-se como área. É nesse momento que surgem as agências de pesquisa, patrocinadas pelo Estado ou por empresas privadas, responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e serviços especializados. Além disso, é nesse momento que se organiza uma comunidade científica ativa, produtora de publicações, eventos e a consequente construção de uma identidade para a área (BARRETO, 2007).

No período denominado por Barreto (2007) como da relação entre *informação* e *conhecimento*, a ênfase da área se concentra na ação da informação na coletividade. Entra em cena o papel do receptor, que passa a ser considerado tanto para o desenvolvimento das atividades informacionais, como na observação de como a informação é interiorizada por ele.

Assim, enquanto no período de gerência se enfatiza a organização, recuperação e acesso à informação, no período seguinte, tais elementos são permeados pelo contexto, ou seja, não se consideram apenas os recursos em si próprios, mas o contexto social e/ou institucional em que estão inseridos. Assim, numa perspectiva mais influenciada pelos aspectos sociais, a Ciência da Informação teria um papel a desempenhar dentro de determinado contexto, fruto da situacionalidade espaço-temporal e do contato com outras áreas.

Por fim, no período a partir de 1995, com a influência da *web* e o rápido desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação, há uma nítida mudança no desenvolvimento da área. A ideia de tempo e espaço, por exemplo, perspectiva à época estanque e mais controlável, toma outra dimensão com o recurso da *web*, mudando a relação informacional, não mais bidimensional (emissor-receptor), mas pluridiversa, fundindo sujeito/objeto num dinâmico contexto interativo de trocas (BARRETO, 2007).

Nessa perspectiva, autores como Wersig (1991), consideram a Ciência da Informação como uma ciência pós-moderna, não mais voltada a um entendimento completo de um objeto,

mas procurando desenvolver estratégias para a resolução de problemas. O autor a define como um conjunto de modelos desenvolvidos sob o ponto de vista do problema do uso do conhecimento a partir das condições pós-modernas da informação.

3.2 Ciência da Informação: natureza e abordagens

Em uma perspectiva mais tradicional, a Ciência da Informação é vista como uma ciência social determinada por condições históricas, sociais e econômicas. Tem seu surgimento vinculado à Biblioteconomia, já que inicialmente estaria focada na informação fornecida pelas bibliotecas, expandindo-se, posteriormente, às informações científicas e tecnológicas em outros meios. Nesse viés, considera-se como objeto da área o estudo da informação, ou seja, as propriedades gerais de sua natureza, gênese, efeitos, bem como a análise dos processos de construção, comunicação, utilização, e concepção de produtos e sistemas para sua organização e difusão (LE COADIC, 2004).

Rees e Saracevic (1967, apud SHERA, 1980), por outro lado, acreditam que a Ciência da Informação seja um ramo de pesquisa que utiliza conceitos, métodos e técnicas de outras disciplinas para chegar à compreensão das propriedades, funções e disseminação da informação. Assim, a Ciência da Informação se ocuparia não apenas dos aspectos e processos informacionais, mas também dos fenômenos, propriedades e sistemas comunicacionais.

Ainda sobre a natureza da Ciência da Informação, Saracevic (1996) destaca três principais características: a interdisciplinaridade, sua relação intrínseca com a tecnologia de informação e seu papel ativo na evolução da sociedade da informação. A interdisciplinaridade é um caráter comumente reconhecido pela maioria dos especialistas, mesmo que sua intensidade e o nível de ocorrência gerem algumas divergências de opiniões. Quanto à proximidade com a tecnologia, é um aspecto observável desde o nascimento da Ciência da Informação, não se limitando apenas aos dispositivos tecnológicos criados no contexto globalizado, mas abrangendo também a noção de *tecnologia intelectual*, tratada por Levy³⁶ (1993). Por fim, o caráter eminentemente social da Ciência da Informação, revela seu papel na sociedade, já que está muito atrelado às atividades humanas informacionais e comunicativas,

³⁶ Para este autor, a noção de tecnologia está associada a uma forma de expressão simbólica dos sujeitos cognitivos, que se manifestam tanto em sua imaginação e criatividade como concretizadas em objetos, como o computador. Além disso, Lévy (1993) destaca que essa ligação entre tecnologia e informação é mais antiga do que comumente se imagina, podendo considerá-la, como forma de representação simbólica, desde os primórdios da civilização, manifestando-se na escrita cuneiforme, nas iluminuras medievais, até chegar à *web* dos dias de hoje (LÉVY, 1993).

influenciando, por sua vez, tanto o fazer científico como as relações interpessoais (SARACEVIC, 1996).

Quanto ao aspecto interdisciplinar, Borko (1968) também o ratifica, considerando a Ciência da Informação não apenas relacionada a outras disciplinas, mas derivada das disciplinas: Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Tecnologia da Computação, Pesquisa Operacional, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração e outros campos assemelhados. O caráter interdisciplinar da área ainda é ratificado por Wersig e Neveling (1975), destacando a inter-relação com outros domínios. Assim, segundo as palavras dos autores:

Embora a introdução de novas tecnologias, particularmente do processamento eletrônico de dados, tenha determinado a emergência desta disciplina, as contribuições para o nascimento da “ciência da informação” vieram de muitas disciplinas distintas (devido às diversas formações das pessoas que ingressaram num campo em que não havia nenhum sistema educacional estabelecido) e foram provocadas por uma série de diferentes interesses (devido às diferentes áreas de aplicação envolvidas com o trabalho de informação). Algumas delas são:

- Ciência dos computadores (uma vez que a tecnologia exerceu um importante papel);
- Biblioteconomia (uma vez que muitas das pessoas da área haviam sido treinadas como bibliotecários);
- Filosofia e taxonomia (uma vez que os fenômenos da classificação exerceram um importante papel);
- Linguística (uma vez que a linguagem natural exerceu um importante papel, tanto como objeto quanto como instrumento de trabalho prático);
- Teoria da informação (talvez pela similaridade terminológica);
- Cibernética (uma vez que todos, à época, procuravam trabalhar modelos cibernéticos); e
- Matemática (uma vez que há sempre alguém procurando aplicar a realidade a alguma linda fórmula matemática).

(WERSIG; NEVELING, p. 15, 1975).

Wersig e Neveling (1975), considerando as diversas contribuições de diferentes áreas para a constituição da Ciência da Informação, e com o intuito de melhor compreenderem os diferentes pontos de vista acerca de sua natureza, sintetizam seu escopo em quatro perspectivas: visão orientada para o fenômeno; para os meios; para a tecnologia; e para os fins.

Na visão orientada para o fenômeno, os especialistas acreditam que existe um fenômeno chamado *informação* e que a *Ciência da Informação* teria o papel de estudá-lo. Contudo, como há grande divergência entre os próprios especialistas sobre a noção de informação, logo, é uma abordagem em que há pouco consenso (WERSIG; NEVELING, 1975). Um exemplo

claro dessa divergência terminológica do termo *informação* pode ser visualizada a seguir:

Quadro 3- Síntese das noções de informação apresentadas por Wersig e Neveling (1975)

Abordagem	Noção geral	Grupo de seguidores
Estrutural	Orientada para a matéria. <i>A informação</i> existe independentemente de sua apreensão pelo ser humano.	Filósofos idealistas e marxistas
Conhecimento	O conhecimento é elaborado tendo como base a percepção das estruturas da natureza da informação. (problema da polissemia do termo conhecimento).	Autores preocupados com a Teoria da Decisão ³⁷
Mensagem	Informação como sinônimo de mensagem (uma vez que o conteúdo da informação é medido pela mensagem).	Autores interessados na Teoria Matemática da Comunicação
Significado	Abordagem orientada para o significado da mensagem.	Especialistas de processamento de dados e linguistas
Efeito	Orientada para o receptor.	Cientistas do comportamento
Processo	Informação como o processo.	Cientistas da Computação

Fonte: Elaboração da autora

Outra perspectiva da área é a visão orientada para os meios, ou seja, a aplicação concreta da disciplina. Geralmente nessa perspectiva estão os autores da Teoria da Classificação, a exemplo, dos seguidores de Ranganathan, Kunz e Rittel, ou dos autores provenientes da Biblioteconomia. Na visão orientada para a tecnologia, a Ciência da Informação é vista quase como um subsistema da Ciência da Computação, estando focada no processamento, armazenagem e recuperação de dados. Nessa abordagem, os principais seguidores são os autores provenientes da Ciência da Computação.

E por fim, a visão orientada para os fins, que reúne grande parte de autores provenientes das Ciências Sociais. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação surge e desenvolve-se a partir de uma necessidade social, tendo, portanto o papel de atuar como uma Ciência Social Aplicada (WERSIG; NEVELING, 1975).

³⁷ Aqui o termo *decisão* é usado para designar o processo de preenchimento das lacunas de *conhecimento* ou *informação*.

3.3 Ciência da Informação como Ciência Social

De acordo com classificações das agências Capes e CNPq, a Ciência da Informação é definida, em termos institucionais, como uma Ciência Social Aplicada (ARAÚJO, 2003). Todavia, a Ciência da Informação não nasce como uma ciência social. Inicialmente, como ela teve suas origens muito atreladas à Computação (a exemplo do trabalho pioneiro na área de Vannevar Bush) e à recuperação automática da informação, muito próxima, portanto, do modelo positivista e funcionalista da ciência. Entretanto, após os anos 70, a Ciência da Informação promoveu sua "inscrição efetiva no âmbito das Ciências Sociais. A partir daí, ocorrem mudanças não apenas no viés de sua produção, como no delineamento de seu traço identificador, evidenciado pela influência nos fundamentos sociais para se enxergar a informação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2000).

É claro que essa mudança de perspectiva não ocorre abruptamente. Um exemplo claro disso é que nos primeiros estudos da Ciência da Informação como ciência social, há ainda a utilização de uma perspectiva estatística e quantitativa para lidar com a realidade social, fruto da forte influência das Ciências Exatas em sua constituição. Como exemplo dessa abordagem, podemos citar o uso de sociogramas para mapeamento dos fluxos de informação, a aplicação de questionários no estudo de usuários, bem como a busca de invariantes cognitivos para a construção de sistemas de informação (ARAÚJO, 2003).

Na década de 70, a Ciência da Informação inaugura uma discussão sobre a especificidade da ciência social, partindo do referencial teórico marxista, que tem como pressuposto a ideia de que: a realidade é dinâmica, estando em permanente movimento e construção, logo, todo processo de conhecimento é uma busca pela aproximação de uma verdade. Nesse viés, um objeto de estudo, no âmbito social, deveria considerar os seguintes aspectos para constituir-se: a historicidade dos sujeitos e objetos cognoscentes envolvidos; a totalidade dos fenômenos sociais; e a constante tensão de forças presentes na sociedade (CARDOSO, 1994).

Mesmo com a importância que os estudos sociais tiveram na Ciência da Informação, houve divergência entre os especialistas, considerando até a perspectiva social como uma subárea da Ciência da Informação, denominada de *informação social*. O que fez eco para tal corrente foi o fato de que mesmo com a produção de trabalhos específicos sobre o viés social,

outra parte da área continuava debruçada sob os aspectos e estudos sobre o funcionamento de sistemas de recuperação, gestão e tecnologia de informação (ARAÚJO, 2003).

Uma modificação mais profunda no escopo da Ciência da Informação, promovido pela perspectiva social se dá num terceiro momento, com a influência dos enfoques microsociológicos e interpretativos. A partir dessas abordagens é que a área começa uma verdadeira reformulação de seus pressupostos, com destaque especial para a noção de seu suposto objeto de estudo, a informação (ARAÚJO, 2003).

Além disso, no contexto contemporâneo observa-se um movimento de aproximação entre as Ciências Exatas, Biológicas e Sociais. Tal aproximação, não se limita à mera apropriação de conceitos e realização de analogias, a fim de se estruturar um campo disciplinar próprio. No viés pós-moderno, há uma busca comum dessas diferentes facetas da ciência, com a finalidade de contribuírem para compor novos conhecimentos, a partir de um movimento inter- e transdisciplinar, embasado no pensamento complexo da religação dos saberes (MORIN, 1987). Tais mudanças na abordagem científica seriam ainda evidenciadas pela própria mudança da noção de ciência:

[...] *such a science would be established as a prototype of a new or postmodern science. Postmodern science is not like classical science, driven by the search for complete understanding of how the world works, but by the need to develop strategies to solve in particular those problems which have been caused by classical sciences and technologies* (WERSIG, 1993, p. 229).³⁸

Assim, podemos constatar que essa nova concepção de ciência já estaria engendrada nas origens da Ciência da Informação, conforme afirma Wersig, ao dizer que a Ciência da Informação não deve ser vista como uma disciplina clássica, mas o protótipo de uma nova ciência (*“information science is not to be looked at as a classical discipline, but as a prototype of the new kind of science”*, WERSIG, 1993, p. 235, tradução nossa).

3.4 O caráter interdisciplinar da Ciência da Informação

Nos últimos quatro séculos, o desenvolvimento científico objetivava compreender a natureza e os fenômenos do *mundo real*, dividindo-se, para isso, em milhares de disciplinas.

³⁸ [...] Essa ciência seria estabelecida como um protótipo de uma nova ciência pós-moderna. Ciência pós-moderna não é como a ciência clássica, impulsionada pela busca do entendimento completo de como o mundo funciona, mas pela necessidade de apontar e desenvolver estratégias para resolução de problemas concretos, em particular, que tenham sido causados pelas ciências clássica e tecnológica (WERSIG, 1993, p. 229, tradução nossa).

Tal divisão, a princípio, propiciou o avanço científico, contudo a utilização de alguns métodos acabou ficando ineficaz no bojo de mudanças e transformações ocorridas no pós-guerra, marcado pelo surgimento de novas ciências e problemas complexos, que refletiam as novas relações e transformações sociais e tecnológicas (BICALHO, OLIVEIRA, 2011).

A ciência clássica se caracteriza pela composição de campos distintos, que diferiam por possuírem objetos de estudo próprios, bem como teorias e métodos específicos relacionados a seu objeto de estudo (DAY, 1996). Segundo Morin e Le Moigne (2000) existem quatro pilares que constituem a ciência clássica: razão, objetividade, empirismo e lógica. A razão corresponde a um sistema de ideias consideradas coerentes, pois são formuladas a partir de elementos que estão estreitamente ligados entre si e relacionados a procedimentos lógicos de dedução ou indução, obedecendo, assim, ao princípio da não contradição. A objetividade, por sua vez é embasada pelo estabelecimento de dados objetivos, fruto do consenso de especialistas, separando assim o sujeito-observador do objeto-observado. O empirismo parte do princípio de que as teorias podem ser verificadas por observações ou experimentações múltiplas, com o intuito de refletir o real. E a lógica, dita *clássica*, tem seu uso relacionado à verificação do sistema de ideias, responsável pela coerência que delinea a verdade na ciência (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Até o final do século XIX, o paradigma científico dominante era o da ciência clássica, orientada pela noção de que o conhecimento das partes elementares levava ao conhecimento do sistema como um todo (DOMINGUES, 2005). A partir da segunda metade do século XX, começa a ocorrer de modo mais sistêmico uma mudança no paradigma científico. A partir de uma revolução iniciada na Física, ampliam-se os questionamentos acerca das ideias de ordem, separabilidade, redução e lógica clássica, pilares da ciência clássica (MORIN, 2002). Além disso, com o surgimento das ciências sistêmicas, ocorre o reagrupamento de disciplinas, propiciando um complexo de interações, que corroboram o delineamento de mudança no paradigma científico vigente até então (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

As inovações tecnológicas também tiveram um importante papel nessa mudança de cenário científico, contribuindo efetivamente nas transformações nas relações sociais, criando um novo paradigma, econômico e tecnológico da sociedade contemporânea. As principais consequências dessas mudanças são apontadas por Wersig (1992): a despersonalização do conhecimento; o questionamento da credibilidade do conhecimento; a fragmentação do saber; e a racionalização do conhecimento. Neste novo cenário, a ciência teve que adotar novas

abordagens tanto para sobreviver nesse novo contexto de complexidades, como para solucionar as exigências sociais, tecnológicas e culturais do homem contemporâneo (KLEIN, 2004).

No mundo contemporâneo, sujeito e objeto se confundem, tempo e espaço se redimensionam e as relações sociais se transformam. Os domínios que lidam com os dispositivos informacionais e comunicacionais não só se transformam rapidamente nesse contexto, como são influenciados pela mudança do paradigma científico. Nesse cenário, não só novas disciplinas são formadas como ocorrem diferentes níveis de relações disciplinares, ou até, como alguns autores preferem afirmar, ocorre a desconstrução da noção de disciplina.

A multi-, a inter- e a transdisciplinaridade trazem, em seu bojo, o intuito de oferecer um pensar e fazer científico alternativo a aquele difundido pela ciência clássica. Todavia, os conceitos associados a esses termos não são únicos, nem aceitos de modo consensual entre estudiosos. Contudo, mesmo considerando as diferentes significações que foram assumindo nas últimas décadas, mantêm como ideia nuclear de sentido o fato de representarem movimentos que surgiram como resposta à fragmentação do conhecimento, ocorrido principalmente no século XX (BICALHO, OLIVEIRA, 2011).

As distinções entre os níveis de integração disciplinar, segundo Pinheiro (2006), ocorrem sob diferentes perspectivas e formatos, podendo partir de um simples empréstimo teórico-metodológico, a deslocamentos ou até diluição de fronteiras entre áreas. Em suma, a autora ressalta a importância de se considerar a perspectiva de análise e seus propósitos.

Pombo (2004) esclarece que na verdade há um *continuum* entre uma noção e outra. Assim, parte-se de uma relação de mera coordenação paralela de pontos de vista (multi-/pluridisciplinaridade), desenvolvendo-se para um segundo estágio, em que ocorre uma combinação, convergência ou complementaridade entre áreas distintas (interdisciplinaridade) e por último, num nível máximo de integração, ocorre uma verdadeira fusão ou unificação disciplinar (transdisciplinaridade). Todavia, a autora destaca que mesmo considerando essa gradação de níveis, não se deve perder de vista que todos têm como base a noção disciplina (POMBO, 2004). A seguir uma síntese gráfica proposta pela autora:

Figura 1: Proposta de definição de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Fonte: POMBO, 2003

Para Morin (2002), o termo disciplina, numa acepção relacionada ao conhecimento acadêmico-científico, está ligado aos vários ramos científicos, tendo muitas vezes seu significado atrelado à noção de ciência, relacionando-se, portanto, a uma atividade científica. Numa perspectiva epistemológica pode ser considerada como uma categoria que organiza o conhecimento científico, instituindo a divisão e a especialização do trabalho, como resultado daquilo que é produzido cientificamente nos diferentes domínios de especialidade. Mesmo sendo parte de um conjunto científico mais amplo, cada disciplina tem uma tendência natural à autonomia, caráter proveniente de uma teoria, terminologia, e técnicas próprias, traços que corroboram a delimitação de suas fronteiras (MORIN, 2002). Além disso, conforme afirma Gusdorf (2006), cada disciplina procura se aproximar da realidade humana, a partir daquilo que lhe é próprio, tendo como elemento comum e ponto de partida o homem.

No âmbito de uma disciplina científica, Japiassu (1976) delineia sete principais fundamentos: o domínio material (objetos de estudo); o domínio de estudo (ângulo em que o(s) objeto(s) de estudo são analisados); o nível de integração teórica (conjunto de conceitos e fenômenos próprios do domínio de estudo); os métodos (instrumentos pelos quais ocorre a apreensão e transformação dos fenômenos de uma disciplina); os instrumentos de análise (estratégias para a construção de modelos); as aplicações (orientação epistemológica da disciplina) e as contingências históricas, em que se considera a conjuntura histórico-social da disciplina em análise.

Para a delimitação de uma disciplina, Heckhausen (2006 apud POMBO, 2004) caracteriza e descreve alguns aspectos essenciais: área material (objeto); área de estudo (ângulo específico de seu aspecto material); nível de integração teórica (conceitos e fundamentos teóricos); métodos próprios; instrumentos de análise; aplicações práticas; e contingências históricas (contexto histórico-social).

O conceito de multi- ou pluridisciplinaridade, como já foi mencionado anteriormente, estaria hierarquicamente num primeiro nível de integração entre as disciplinas, a justaposição de ideias. Dessa forma, a multidisciplinaridade buscaria apenas a integração de conhecimentos por meio do estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina, ou por várias delas, ao mesmo tempo. Nessa abordagem seria possível ultrapassar o olhar limítrofe de uma disciplina específica. Contudo, a finalidade de cada uma das disciplinas envolvidas permanece inscrita em sua estrutura de pesquisa disciplinar (NICOLESCU et al, 2000)

Considerando tais aspectos, Dellatre (2006) define da seguinte forma a noção de pluri-/ multidisciplinaridade:

Uma simples associação de disciplinas que concorrem para uma realização comum, mas sem que cada disciplina tenha que modificar significativamente a sua própria visão das coisas e dos próprios métodos [...]. Toda realização teórica que põe em prática saberes diversos corresponde de fato a um empreendimento pluridisciplinar (DELATTRE, 2006, p. 280).

A função dessa aproximação disciplinar teria basicamente o intuito de solucionar problemas específicos das disciplinas envolvidas, com a vantagem de ambas preservarem tanto suas metodologias como suas fronteiras, após o contato cooperativo (DOMINGUES, 2005).

A interdisciplinaridade³⁹ é o nível intermediário entre a multi- e a transdisciplinaridade, tendo como principal traço a ocorrência de intercâmbios mútuos entre as disciplinas. Diferentemente da multidisciplinaridade, calcada na justaposição, a interdisciplinaridade traz já no bojo de sua raiz morfológica, o prefixo inter-, a noção de reciprocidade que será o diferencial de sua abordagem. Segundo Gusdorf (1990), na interdisciplinaridade, cada uma das disciplinas envolvidas se esforça para se emoldurar fora de seus limites, aventurando-se em outra área do conhecimento (GUSDORF, 1990 apud POMBO, 1994).

³⁹ Outra definição reconhecida para o termo interdisciplinaridade é aquela formulada por Japiassu e Marcondes: “Método de pesquisa e de ensino susceptível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa.” (JAPIASSU; MARCONDES, 1993, p. 136).

As principais características que envolvem a noção da interdisciplinaridade são: aproximação de campos disciplinares diferentes, com o intuito de resolverem problemas específicos; o compartilhamento de metodologia; e a geração de novas disciplinas, posterior à fusão entre os campos (DOMINGUES, 2005).

Segundo Lavaqui e Batista (2007), há basicamente dois enfoques para se estudar a interdisciplinaridade: buscando-se a unidade do saber (construção de uma perspectiva universalizante a partir da união de conhecimentos em torno de um contexto) e o intuito de solucionar problemas concretos (problemas sociais reais). Cada uma dessas abordagens possui perspectivas culturais diferentes: a primeira tem origens na Europa continental e é influenciada pelos estudos teóricos relativos à interdisciplinaridade, já a outra, está ligada à tradição anglo-saxônica, apresentando um viés mais pragmático, voltada às ações concretas (LAVAQUI; BATISTA, 2007).

A interdisciplinaridade teria objetivos mais ambiciosos que a pluridisciplinaridade, a exemplo do intuito de elaborar um formalismo que atendesse tanto a um uso generalista como específico, utilizando para isso uma linguagem única e conceitos que pudessem ser entendidos em todas as disciplinas envolvidas (DELATTRE, 2006). Japiassu (1976) ainda acrescenta que há uma ligação intrínseca entre o objeto e a linguagem, ou seja, numa pesquisa interdisciplinar o objeto precisa que os participantes utilizem entre eles uma linguagem comum, por sua vez a linguagem entre as disciplinas só se verificará como comum na medida em que o objeto entre elas for semelhante.

Já Nicolescu et al (2000) abordam outro intuito da interdisciplinaridade, o fato de ambicionar realizar a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Para que isso ocorra, os autores mencionam três níveis de desenvolvimento: o da aplicação (ex.: transferência de métodos da Física Nuclear para a Medicina); o epistemológico (ex.: transferência de métodos da Lógica Formal para o Direito); e o da geração de novas disciplinas (ex.: transferência de métodos da Matemática para a Física, gerando a Física Matemática) (NICOLESCU et al, 2000).

Japiassu (1976) ressalta que a interdisciplinaridade se diferencia das meras trocas entre especialistas, uma vez que pelo seu grau de integração conceitual e metodológico é capaz não apenas de estabelecer diálogos, mas *religar fronteiras*. A interdisciplinaridade, por conta de seu maior nível de complexidade de relação disciplinar, apresenta uma grande diversidade terminológica quanto à sua classificação.

Na tentativa de elucidar uma visão geral dessas classificações, apresentamos abaixo um quadro sinóptico das principais categorias da interdisciplinaridade:

Quadro 4- Classificação das categorias de interdisciplinaridade

Autor	Classificações de Interdisciplinaridade
Boisot (1972)	estrutural; linear; restritiva
Japiassu (1972)	linear ou cruzada e estrutural
Huerkamp et al. (1978)	metodológica; conceitual; de problemas; fronteiriça ou de disciplinas vizinhas
Lenoir (2003)	científica e escolar
Heckhausen (2006)	heterogênea; pseudointerdisciplinaridade; auxiliar; compósita; complementar; unificadora
Pombo (1994)	pseudointerdisciplinaridade; auxiliar; compósita; complementar (estrutural ou unificadora); de engrenagem

Fonte: Baseado no texto de Bicalho e Oliveira (2011)

Apesar da dispersão terminológica quanto às classificações, nota-se que o cerne do projeto interdisciplinar envolve o intercâmbio, em diferentes níveis, de informações, noções, conceituações e teorias, chegando a um esquema de cooperação no qual tanto os sujeitos envolvidos como o próprio escopo das disciplinas envolvidas são alterados. Dessa forma, as disciplinas envolvidas teriam seu escopo ampliado, atualizando as intervenções promovidas na realidade social e através dessa *práxis* desdobrariam o fazer científico (GOMES, 2001).

O papel da interdisciplinaridade tem se ampliado cada vez mais na contemporaneidade. Segundo Pombo (2004) há uma verdadeira reorganização disciplinar em direção ao trabalho interdisciplinar. Essa reorganização se desenvolve a partir de quatro níveis de atuação: nível do discurso; nível dos reordenamentos disciplinares, a partir da formação de novos tipos de disciplinas (ciências de fronteira - cruzamento de duas disciplinas tradicionais gerando disciplinas híbridas; interdisciplinas - novas disciplinas surgidas do cruzamento de disciplinas

científicas com o campo industrial e organizacional; e interciências - polidisciplina com núcleo duro e com outras disciplinas à sua volta); nível das práticas de investigação (práticas de importação, de cruzamento convergência, descentração e comprometimento); e o nível das teorizações (programa antropológico, realista, metodológico, epistemológico e ecológico) (POMBO, 2004).

O caráter interdisciplinar é reconhecidamente tratado por diversos autores da área da Ciência da Informação, a exemplo de: Taylor (1966), Borko (1968), Merta (1969), Saracevic (1992), Le Coadic (1996), Pinheiro (1997, 1998, 1999, 2006), Oliveira (1998, 2001), Orrico (1999), Smith (1992), Gomes (2001), Gonzalez de Gómez (2001), Smit; Tálamo; Kobashi (2004), entre muitos outros (BICALHO, OLIVEIRA, 2011). Apesar das diferentes abordagens sobre o caráter e o nível de interdisciplinaridade na área, evidencia-se a capacidade da Ciência da Informação em incorporar esquemas conceituais de outras áreas para legitimar-se (TEIXEIRA, 2004).

Na década de 90, a interdisciplinaridade foi discutida de forma mais concentrada, com destaque para o evento da Conferência Internacional de Informação Científica realizada na Universidade de Tampere/Finlândia, em 1990. Nessa época, falava-se que apesar das diversas enumerações do caráter interdisciplinar, na verdade o que ocorria era uma mera pluridisciplinaridade, ou mesmo o empréstimo de termos e conceitos de outras áreas sem as devidas adaptações para o escopo da Ciência da Informação (SMIT, TALAMO, 2007).

Garcia (2002) pondera que a Ciência da Informação, por ser uma área relativamente jovem, receberia contribuições de outras áreas que ajudariam compor seu arcabouço teórico. Mesmo considerando tal ressalva, Gomes (2001) ressalta que para que a interdisciplinaridade realmente ocorra, seria necessário que a Ciência da Informação se estabelecesse de forma a dialogar abertamente com outras disciplinas. Para isso, seria preciso constituir-se de um núcleo de conhecimentos, métodos de investigação e um campo experimental para que, a partir deles, pudessem ser criados os contextos de trocas interdisciplinares.

Há ainda outras perspectivas acerca do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação. Le Coadic (2004), por exemplo, enxerga o caráter interdisciplinar da área como uma colaboração entre disciplinas diferentes. Nesse viés, pode ocorrer tanto uma mera aproximação, caracterizada por isomorfismo, até a construção de analogias, propiciada pela troca mútua disciplinar. Garcia (2002), por sua vez considera a interdisciplinaridade como uma maneira para se lidar com o conhecimento, tendo como objetivo a busca pela

reintegração de aspectos que possam ter ficado isolados no tratamento disciplinar.

Schwartzman (1997 apud TONINI; BARBOSA, 2007) ressalta outro aspecto do trabalho interdisciplinar, sua efemeridade. Para o autor, qualquer trabalho interdisciplinar é de natureza efêmera, pois, depende da existência prévia de especialistas de outras disciplinas, que já estejam bem constituídas, para que em determinado contexto busque esse conhecimento já consolidado. No entanto, se essas interdisciplinas se desenvolvem e se consolidam, acabam por se transformar em outras disciplinas, a exemplo da Biologia Molecular.

Sob outra perspectiva, Tonini e Barbosa (2007) encaram que o objeto da pesquisa da Ciência da Informação, a informação, acaba por permear todos os campos do conhecimento humano, o que justificaria a área utilizar-se dos recursos de outras disciplinas para melhor recuperar, organizar e disseminar a informação, identificando aí seu caráter imanente, a interdisciplinaridade.

Bicalho e Oliveira (2011) também abordam o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, mas sob a ótica epistemológica:

Do ponto de vista epistemológico, percebe-se que as noções sobre o que constituem as interações entre disciplinas e os termos a elas relacionados estão pouco consolidadas, merecendo maior destaque e profundidade de discussão. Tal fato é particularmente significativo e merecedor de atenção no âmbito da CI, para que haja maior clareza das implicações do seu caráter interdisciplinar, quase unanimemente aceito por seus pesquisadores, e dos objetivos que pretende alcançar, que passam, certamente, pela adoção de metodologias adequadas (BICALHO, OLIVEIRA, p.12, 2011).

Por fim, sobre a transdisciplinaridade, que é considerada o nível máximo de integração disciplinar, observa-se que seu objetivo é integrar os saberes num nível mais profundo. Ela é da ordem da fusão unificadora, ou seja, o nível de integração em que se ultrapassam as barreiras disciplinares, permitindo a sua transcendência (POMBO, 2004).

A abordagem teórico-metodológica denominada transdisciplinaridade ainda está sendo construída, contudo, pode ser entendida, genericamente como uma fusão unificadora entre as disciplinas, permitindo não só quebrar as barreiras disciplinares como transpô-las. Sua principal finalidade seria motivar a compreensão do mundo contemporâneo, tendo como um dos parâmetros a unidade do conhecimento. Relacionadas à abordagem transdisciplinar existem diversas teorias: a teoria dos sistemas, a teoria da informação e a autopoiesis, além dos conceitos relacionados à pós-modernidade (passagem, transição, transformação,

complexidade e níveis de realidade (NICOLESCU et al, 2000).

3.5 Consensos e polêmicas na Ciência da Informação

As diferentes interpretações acerca do surgimento e desenvolvimento da Ciência da Informação revelam a divergência de olhares sob a área. Para alguns pesquisadores essa aparente desorientação teórico-metodológica é sinônimo de fragilidade disciplinar, o que acarretaria em problemas na delimitação identitária da área (RABELLO, 2009). Outros pesquisadores, no entanto, considerando o contexto pós-moderno e todas as idiossincrasias sociais, científicas e culturais do mundo contemporâneo, preferem enxergar na fragmentação e no caráter imanentemente interdisciplinar da Ciência da Informação uma oportunidade para compreendê-la em suas diversas facetas. Como uma área nascida no bojo do contexto pós-moderno, não parece viável enxergá-la com as mesmas lentes, outrora usadas para a delimitação disciplinar, fortemente influenciada pelo paradigma moderno.

No contexto pós-moderno, o conhecimento é encarado como um fenômeno multidimensional, ou seja, que conjuga, simultaneamente, processos físicos, biológicos, cerebrais, mentais, psicológicos, culturais e sociais, que são concebidos a partir de diferentes perspectivas. Assim, as diferentes formas de conhecimento não são determinadas somente pelas estruturas cognitivas do indivíduo, mas também pela capacidade humana de comunicar-se socialmente em um contexto. Dessa forma, é perceptível que o papel do contexto é primordial para a construção do conhecimento. (MORIN, 2000).

Além do contexto, um elemento-chave para a construção de um conhecimento é a compreensão conceitual dos termos que o constituem. Segundo Galvão (1998), a ação de formular conceitos é o caminho para romper epistemologicamente o senso comum, aproximando-se assim do fazer científico.

Contudo, na Ciência da Informação, a formulação conceitual é uma questão complexa. A Ciência da Informação faz parte do rol de campos que se desenvolveram em tempos interdisciplinares, a exemplo da Comunicação e do Turismo. Assim, a Ciência da Informação se constitui a partir de conceitos de outras áreas ou com base na experiência empírica, exigindo que as áreas, subáreas e disciplinas mantenham-se numa relação produtiva, já que dependem mutuamente de seus quadros nocionais.

Segundo Smit, Tálamo e Kobashi (2004), o fato de a Ciência da Informação se constituir a partir de conceitos de outras áreas, a constitui como uma *ciência em formação*, uma vez que precisa tomar emprestadas as bases interdisciplinares de outras áreas. Nesse deslocamento conceitual, geralmente, nota-se certo nível de adaptação à outra base disciplinar, ou seja, quando um conceito é *importado* sofre algum tipo de apropriação na outra base disciplinar em que é recebido. Todavia, há casos em que não ocorrem tais adaptações de sentido à nova base disciplinar, e simplesmente observa-se mera incorporação de um conceito de outra área. Tais casos ocorrem principalmente nas apropriações desordenadas ou realizadas sem critérios, situações que acarretam problemas de imprecisões terminológicas, ambiguidades e no caso da Ciência da Informação até um retardamento teórico, conforme apontam as autoras (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004).

Sob outro aspecto, se considerarmos o contexto de mudanças do paradigma científico na contemporaneidade, é complexo apontar com a precisão cartesiana de outrora limites disciplinares ou mesmo as fronteiras conceituais. Além disso, considerando-se a natureza interdisciplinar de várias ciências, há uma necessidade intrínseca de uma relação dialógica entre os saberes. Assim, sem uma limitação rígida de fronteiras, os conceitos poderiam migrar entre as disciplinas. Tal efeito migratório seria o cerne das relações inter- ou até transdisciplinares.

Morin (2002) defende a migração conceitual como elemento propulsor da desobstrução da ciência. Segundo o autor, a migração conceitual é que alimenta as disciplinas científicas em tempos interdisciplinares. Essa migração é caracterizada por uma apropriação temporária, que pode ou não fixar-se em outra base disciplinar. Nessa dinâmica científica, portanto, haverá conceitos que terão um deslocamento temporário, outros que serão incorporados à outra disciplina, diferente da de origem, e há ainda um terceiro grupo, que ao ser incorporado sofre algum tipo de adaptação conceitual influenciada pela nova área que a incorporou, passando por um processo de ressignificação. As áreas que mais ilustram a migração conceitual são as áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que lidam com objetos complexos, dependentes de um contexto e que não podem ser isolados.

Pensar num conceito isoladamente, de modo unívoco e fixo a uma área parece difícil de imaginar hoje, num contexto de mudança do paradigma científico, permeado por relações multi-, inter- e transdisciplinares. Por isso a concepção de uma migração conceitual entre as disciplinas tem sido um fenômeno aceito no fazer científico, apesar das inevitáveis críticas, uma vez que não vivemos em tempos de consenso em nada.

Analisando a Ciência da Informação é possível observar, a partir de sua história e desenvolvimento, uma nítida trajetória de reformulações e apropriações de conceitos de outras áreas. Tais migrações conceituais foram tanto temporárias, como incorporadas ao campo. E essas incorporações em parte mantiveram seu sentido de origem, e a outra parte foi atribuída com ressignificações. Diante dessas constatações, analisaremos na sequência como foram feitas tais migrações conceituais a partir da análise dos neologismos da área.

Capítulo 4 - Análise dos neologismos na Ciência da Informação

4.1 Preceitos para a análise neológica

A pesquisa neológica, segundo Cabré (2002), deve ser estabelecida segundo alguns aspectos: tipo de neologia (da língua comum ou de especialidade); determinação de critérios de seleção da fonte de coleta; delimitação dos critérios e das condições de neologicidade; estabelecimento de um *corpus* de exclusão e dos critérios para exclusão. Além desses aspectos, Alves (1996) também destaca a importância de se considerar o sistema conceitual e denominativo em que o neologismo está inserido, contando, portanto, com a dinâmica da língua. Outro aspecto salientado por Cabré é que o trabalho neológico deve contar com especialistas da área de estudo, a fim de atuarem em coparceria com os profissionais da língua na determinação neológica ou não neológica dos termos estudados.

A prática dos estudos neológicos, também denominada de neografia (PAVEL, 1989), pode ser sintetizada em três momentos: a extração, em determinado *corpus*, da unidade lexical candidata a neologismo; a elaboração de fichas de coleta e análise dessa unidade lexical, utilizando-se de critérios para a determinação da neologicidade; e por fim, caso a unidade lexical analisada se confirme neológica, a verificação de qual é o melhor tipo de classificação (CABRÉ, 2010). Na etapa de extração do neologismo, a primeira medida é a seleção do *corpus* de coleta. Para isso, devem-se estabelecer critérios que delimitem a escolha desse *corpus*, tais como: aspectos cronológicos, temáticos, de cobertura geográfica, ou mesmo de áreas de especialidade.

Depois da seleção dos *corpora*, é preciso escolher qual o método de extração é mais adequado, o manual ou o semiautomático. O manual possui as vantagens de detectar mais facilmente casos de neologismos formais por conversão sintática, ou mesmo os de caráter semântico, tendo como pontos negativos o maior tempo, mão de obra e custo para a realização da coleta. O semiautomático, por sua vez, agiliza o processo, reduz custos, e ainda consegue uma seleção mais objetiva, exaustiva e sistemática. Todavia esse processo possui a limitação de não identificar alguns tipos de neologismos, que podem "escapar" da leitura automatizada dos *softwares* especializados. De modo geral, verifica-se que, para um *corpus* pequeno e especializado, recomenda-se a extração manual. Por outro lado, no caso de grandes dimensões, em trabalhos de observatórios neológicos, é mais interessante utilizar a extração semiautomatizada, com a ressalva de se ter uma equipe de neólogos que possam fazer uma

posterior verificação da seleção, com o intuito de reduzir equívocos por inserção ou exclusão de unidades lexicais (CORREIA et al., 2004).

Quanto ao material de trabalho, analogamente aos estudos terminológicos, a neologia também utiliza as fichas de coleta e análise, que podem ser manuais ou automatizadas. No modelo apresentado por Cabré (2002), e utilizado pelo IULA, encontram-se os seguintes campos para a ficha de coleta: entrada, categoria gramatical, contexto, fonte, aspectos gráficos, confirmação de neologicidade, autor/data da ficha e nota. Para a ficha de análise: entrada, categoria gramatical, tipo de neologismo, área de especialidade, definição ou contexto, estrutura morfológica, regra lexical, tipo morfológico, equivalente em outra língua, nível de linguagem, notas, autor/data, aprovação do neologismo (CABRÉ, 2002).

Além dessas fichas, no contexto do Observatório de Neologia do IULA, há ainda outro tipo de ficha, a de classificação, utilizada para a determinação da classificação neológica. Nessa ficha, encontram-se os seguintes campos: autoria da ficha; fonte completa; data; entrada; categoria gramatical; contexto; aspectos tipográficos; tipo de neologismo; nota; código da nota; autoria e data da ficha. A classificação do neologismo geralmente é abreviada com um código (OBSERVATÓRIO DE NEOLOGIA, 2004).

Sablairolles, em sua obra *La néologie en français contemporain* (2000), também apresenta um modelo de ficha de análise de neologismos na língua geral. Nesse modelo, procura especificar mais detalhes quanto à constituição formal da unidade léxica nova, dando espaço, por exemplo, para campos como traços sintático-semânticos, marcas metalinguísticas, tipo de formação, se há ocorrência de traços de formação greco-latina, e um campo para a etimologia (SABLAYROLLES, 2000 apud BOULANGER, 2003).

Sobre a análise propriamente dita dos neologismos, Alves (2007) afirma que ela pode referir-se a diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual. Sobre o último nível, a autora destaca que nele os demais níveis se inter-relacionam, integração resultante de uma situação comunicativa que constitui o nível pragmático. Além desses níveis de análise, para a determinação neológica, é importante considerar tanto o *corpus* de exclusão, que atua como um filtro para a determinação da natureza neológica, como reconhecer a competência do falante. Tal competência diz respeito tanto ao emissor, que cria e utiliza os novos termos, como ao receptor, que identifica os neologismos e os interpreta, contribuindo com a sua difusão. Enquanto aquele, que produz o neologismo dispõe de recursos textuais que o auxiliam na determinação neológica, o receptor consegue detectar e interpretar o

neologismo na perspectiva de uma informação linguística, pragmática e cultural (SOLÉ 2002).

4.2 Metodologia

A pesquisa neológica baseou-se nos aspectos elencados por Cabré (2002), ou seja, o tipo de neologia, delimitação do *corpus* e estabelecimento de critérios para a determinação do neologismo. A respeito do primeiro aspecto, o tipo de neologia escolhido para a análise foi o de especialidade, mais especificadamente da área da Ciência da Informação. Quanto à delimitação do *corpus* para a extração dos neologismos foram considerados os seguintes critérios:

- 1) Seleção de cinco periódicos da área, com melhor classificação Qualis/CAPES no período de análise.
- 2) Recorte temporal de uma década das referidas publicações desses periódicos (2001 a 2011).
- 3) Foram considerados todos os artigos completos publicados nesses periódicos, no período referido, escritos em língua portuguesa.
- 4) Com auxílio da Base de Pesquisa em Ciência da Informação (BRAPCI), foram extraídas unidades lexicais de três partes dos artigos: título, palavras-chave e resumo.
- 5) Com auxílio da ferramenta computacional *Webcorp* foram extraídos os candidatos a neologismos, tanto os termos individuais como os agrupamentos sintagmáticos (clusters).

Os periódicos utilizados para a seleção do *corpus*, com sua respectiva classificação Qualis/CAPES foram: *Perspectiva da Informação* (A1), *Informação e Sociedade* (A1), *Ciência da Informação* (A2), *Datagramazero* (B1) e *Encontros Bibli* (B2).

Quanto à coleta dos potenciais neologismos, utilizou-se a combinação do método manual com o semiautomático. Primeiramente foi feita a extração dos potenciais neologismos com o auxílio da base de pesquisa da área da Ciência da Informação, BRAPCI. Em seguida, foi utilizado o *site Webcorp* para listar as ocorrências das unidades lexicais (*wordlist*) e a formação dos *clusters* (agrupamentos lexicais), que poderiam dar origem, principalmente, aos neologismos sintagmáticos. Além disso, com a ferramenta do *stopword*, foi possível delimitar o tipo de unidade lexical desejada para a coleta, excluindo-se, portanto, palavras com funções gramaticais.

Posteriormente à coleta, foi feito o encaminhamento dos potenciais neologismos para as fichas de análise, processo realizado manualmente, com auxílio das tabelas do Excel. Nesta etapa manual, cada unidade lexical foi analisada considerando-se alguns critérios para a determinação neológica. A determinação da unidade neológica, seguindo os preceitos teóricos já enunciados anteriormente, foi baseada em um *corpus* de exclusão. Contudo, esse *corpus* de exclusão não se restringiu a uma obra lexicográfica, mas contou também com publicações da própria área da Ciência da Informação.

A etapa de determinação ou não da neologicidade lexical realizou-se em três etapas. Num primeiro momento foram considerados como *corpus* de exclusão três obras de natureza lexicográfica: um dicionário especializado da área de Ciência da Informação, renomado e de conteúdo recente (*Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, 2008); um glossário da área, que complementa o dicionário anterior com a apresentação de diversos acrônimos (*Acrônimos, siglas e termos técnicos*, 2008); e um dicionário de língua geral, o *Dicionário Online Caldas Aulete*, escolhido por sua cobertura e a facilidade de acesso digital, a fim de completar a análise de ocorrência dos candidatos a neologismos.

Num segundo momento, utilizou-se a BRAPCI, base de dados da área da Ciência da Informação, que possui artigos completos publicados em periódicos desde a década de 70, disponibilizando seus títulos, resumos, palavras-chave e *link* com a publicação completa. A utilização da base foi essencial, principalmente para a verificação dos potenciais neologismos, considerando que ela abarcou 35 periódicos da área, somando um total de 8000 artigos. Sua utilização permitiu excluir os arcaísmos e falsos neologismos, observando para isso a ocorrência dos termos selecionados desde a década de 70. Além disso, a base trouxe não só as revistas escolhidas para a análise como também outras que possuíam a classificação Qualis, o que ofereceu uma maior cobertura da base na função de filtro de seleção neológica. Por fim, como critério para a determinação da neologicidade foi considerada neológica a unidade lexical que tivesse no mínimo duas ocorrências, em partes distintas e sem repetição no escopo de análise (título, palavra-chave e resumo), sendo estas em anos diferentes, podendo aparecer no mesmo periódico.

Depois da extração e seleção dos neologismos, passou-se à análise dos mesmos, utilizando-se para tal o arcabouço neográfico exposto anteriormente. Os neologismos coletados foram transpostos para fichas, criadas manualmente em *Excel*, para serem analisados. A composição das fichas considerou tanto as sugestões de Cabré (2002) como de

Sablayrolles (2000), procurando fazer as devidas adaptações ao contexto da área de especialidade e aos objetivos da análise. Considerando tais observações, chegou-se ao seguinte modelo de ficha de coleta:

Tabela 1- Exemplo do modelo de ficha 1

Neologismo	Ocorrência	Ano/edição	Periódico
Decisor	3	2011/1 2009/2	Perspectiva da Informação

Fonte: Elaboração da autora

Depois da coleta e seleção dos neologismos, a partir dos *corpora* de exclusão, a próxima etapa foi a extração dos contextos, responsáveis por delimitar os conceitos desses neologismos. Por fim, para a ficha de análise, foram considerados os seguintes aspectos: dados das ocorrências no âmbito individual, por periódico e por neologismo; categoria gramatical; estrutura morfológica; classificação do neologismo e informações suplementares quanto aos seus traços sintático-semânticos.

A seleção dos contextos, para a elaboração das definições de cada neologismo, constituiu-se com base nos princípios terminológicos da TCT, já mencionados anteriormente. Dentre os aspectos mencionados, ressaltamos a questão das unidades terminológicas estarem subordinadas a um contexto temático circunscrito a um cenário concreto de uso, podendo ser analisada sob uma perspectiva multidimensional.

Os contextos definitórios de cada neologismo foram retirados basicamente de duas grandes fontes: a BRAPCI, base específica da área da Ciência da Informação, na qual já haviam sido selecionados os neologismos, tendo como critério de delimitação o *corpus* de exclusão, anteriormente mencionado; e o Portal de Periódicos da Capes, que com o uso de alguns filtros (assunto, idioma, data de publicação e o próprio termo), foi possível mapear as ocorrências dos neologismos em outras áreas, os campos ancestrais.

Para a seleção dos contextos mais adequados para a composição definitória foram considerados os preceitos enunciados por Dubuc (1999): o enunciado definitório deve ser satisfatório; primar pela clareza, adequação e concisão e evitar as construções circulares e negativas. Com tais preceitos foram selecionados em média oito contextos para a elaboração da definição de cada neologismo. Essa etapa, como já mencionado acima, contou com o auxílio das fichas terminológicas. A importância da delimitação definitória dos neologismos foi uma etapa essencial do processo de análise, uma vez que permitiu um primeiro reconhecimento das áreas de interface da Ciência da Informação.

Na ficha de síntese delimitamos uma definição terminológica para cada neologismo. Para isso, considerou-se o princípio de que as definições terminológicas devem destacar as funções no contexto de especialidade, situando o termo em uma determinada área de especialidade. Dessa forma, o mais importante não é a explicitação do significado, como na definição lexicográfica, ou mesmo o oferecimento descritivo de um conjunto de conhecimentos, como na definição enciclopédica. Na definição terminológica, o objetivo é fixar o significado do termo considerando as flexibilidades e empréstimos entre áreas, todavia, sendo capaz de oferecer aos usuários especializados ou leigos a compreensão do termo.

A seguir, o modelo da ficha de síntese, utilizada para elaboração das definições:

Quadro 5- Modelo da ficha de síntese

Termo	Característica 1	Característica 2	Característica 3	Característica 4
Contexto 1	[...]	[...]	[...]	[...]
Contexto 2	[...]	[...]	[...]	
Contexto 3	[...]		[...]	[...]
Definição				

Fonte: Elaboração da autora

Nesta etapa foi utilizado como recurso paralelo a construção de mapas conceituais, o que contribuiu com a delimitação dos contextos definitórios dos neologismos. A organização visual das principais características de cada contexto foi importante para a compreensão das relações conceituais e com isso mais facilmente delimitar as definições terminológicas de cada neologismo. A seguir, um exemplo de mapa conceitual de um dos neologismos analisados, *folksonomia*:

Figura 2 - Mapa conceitual de Folksonomia

Fonte: Elaboração da autora

As definições dos neologismos permitiram a identificação dos campos ancestrais, uma vez que traziam referenciais diretos e indiretos dessas áreas de interface. Como referenciais diretos entendemos aspectos na própria definição, a exemplo dos termos da área da Ciência da Computação, ou mesmo Educação que trouxeram na definição a explicitação dos campos ancestrais. Em relação aos aspectos indiretos, utilizados para algumas definições de caráter mais subjetivo, a exemplo de *lugar de memória*, podemos citar o uso dos filtros de busca do Portal Capes como auxiliares na delimitação das áreas, principalmente os campos de assunto e área.

Para a melhor organização desses dados foi utilizada mais uma tabela relacional, que apresentava a lista de neologismos, com suas respectivas definições, associada às áreas em

que o termo também é recorrente. Com a quantificação desses dados foi possível verificar a porcentagem das ocorrências de neologismos nos determinados campos ancestrais identificados, e por fim, chegar à proposta de mapeamento das áreas de interface.

Para finalizar a descrição metodológica, apresentamos o quadro com a identificação das áreas de interface dos neologismos:

Quadro 6 – Ficha de análise de área

Termo	Conceito	Grande área Áreas Subáreas	Grande área Áreas Subáreas
Ambiente virtual de aprendizagem - AVA	Sistema que utiliza o ciberespaço para veicular conteúdos de aprendizagem e fornecer ferramentas colaborativas virtuais	Ciências Exatas e da Terra Ciência da Computação	Ciências Humanas Educação

Fonte: Elaboração da autora

4.3 Análise dos neologismos

Primeiramente nos deteremos na análise dos dados quantitativos, representados por gráficos e tabelas. Em seguida é realizada a análise qualitativa, em que são observados aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos dos neologismos da área da Ciência da informação.

Um primeiro elemento de análise referiu-se à representatividade do *corpus* por revista. Essa representatividade foi medida antes da passagem dos termos pelo filtro do *corpus* de exclusão, considerando assim o conjunto total de palavras inicial que compunha o *corpus*. Observou-se maior ocorrência de palavras no periódico *Datagramazero*, com 55 mil palavras, e menor ocorrência no periódico *Encontros Bibli*, com 34 mil palavras. A ocorrência de palavras por revista pode ser visualizada a seguir:

Gráfico 1- Ocorrências do *corpus*

Fonte: Elaboração da autora

Na primeira etapa de seleção dos neologismos, as unidades lexicais candidatas foram submetidas à passagem pelos filtros lexicográficos. Para isso foi utilizada a ferramenta *webcorp* que auxiliou na identificação dos *clusters* e na quantificação das ocorrências. O primeiro filtro lexicográfico correspondeu ao *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* de Murilo Bastos da Cunha e Cordélia de Oliveira Cavalcanti (2008), obra lexicográfica recente e de caráter mais amplo na área da Ciência da Informação, em comparação aos glossários até então existentes. Foi um dicionário elaborado por uma equipe de especialistas da área durante vinte anos, que teve a preocupação de não apenas colocar os verbetes, mas também indicar as fontes para a elaboração, bem como indicar as marcas de uso e as correspondências em inglês, língua franca das áreas de especialidades.

A publicação *Acrônimos, siglas e termos técnicos*, de Gildenir Carolino Santos e Célia Maria Ribeiro de 2008, foi utilizada principalmente para a verificação das ocorrências de siglas e acrônimos. Essa obra, assim como a anterior, também é voltada aos profissionais da área da Ciência da Informação, porém, com um viés mais pragmático. Enquanto o dicionário possui maior cobertura e profundidade no tratamento definicional e organizacional das entradas, na outra publicação o foco está nos acrônimos e siglas, definidos em verbetes mais sintéticos e apenas com o uso do recurso de remissivas. A escolha pela sua utilização foi principalmente motivada pelo fato de a ocorrência das siglas e acrônimos ser muito comum na

área, sendo necessário, portanto, uma obra complementar ao dicionário para a utilização como *corpus* de exclusão.

Por fim, utilizou-se um dicionário da língua vernácula, o *Caldas Aulete Digital* (2008), com o intuito de verificar se os candidatos a neologismo já tinham sido empregados na língua geral ou se havia alguma marca de uso relativa a eles. A opção de escolha pelo *Aulete* justificou-se tanto por sua cobertura, como pela facilidade de acesso e busca digital. Seu papel foi relevante na medida em que confirmou que os candidatos a neologismo não tinham nenhuma marca de uso na área de especialidade em questão.

No final desta etapa, chegou-se a um total de 389 unidades lexicais, candidatas a neologismos. Conforme esperado pela quantidade de palavras do *corpus*, verificou-se que a revista *Datagramazero* também apresentou a maior quantidade de termos candidatos a neologismos. Neste caso, confirmou-se a premissa de que a quantidade absoluta de palavras de um *corpus* pode corresponder à maior quantidade de neologismos. A seguir, o gráfico com quantidade de candidatos a neologismos por periódico:

Gráfico 2- Ocorrências de candidatos a neologismos por periódico

Fonte: Elaboração da autora

Na segunda etapa de delimitação neológica, foi utilizada a base BRAPCI, realizando-se a busca exata pelos termos selecionados. Nesse momento, o objetivo foi verificar se os candidatos a neologismos tinham alguma ocorrência anterior à data-limite estipulada para a análise, ou seja, se apareciam em artigos antes de 2001. Para isso foi feita uma tabela com o total de ocorrências do termo em cada periódico; ao lado, foi deixado espaço para sua possível

ocorrência na base BRAPCI, nas décadas anteriores. Assim, o termo foi considerado neologismo se não ocorreu na base da década de 70 até o final da década de 90, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela 3- Tabela de análise de ocorrências dos candidatos a neologismos na BRAPCI⁴⁰

Termo	CI	EB	DGZ	I&S	PCI	Total	BRAPCI (70-79)	BRAPCI (80-89)	BRAPCI (90-2000)
(AAMC) ambiente de aprendizagem mediado por computador	1			2		3			
ambiente informacional colaborativo		1	1	1		3			
aprimoramento informacional	1	2	1			4			
atores sociais				1	3	4			

Fonte: Elaboração da autora

É importante mencionar que essa metodologia de seleção de *corpus* de exclusão, utilizando materiais específicos das áreas de especialidade estudadas, faz parte dos trabalhos do grupo TermNeo, coordenados pela professora Ieda Maria Alves, da Universidade de São Paulo. Diferentemente das pesquisas tradicionais nessa área, que utilizam como base o *corpus* de exclusão lexicográfico, o grupo vem desenvolvendo pesquisas que utilizam materiais produzidos nas próprias áreas de especialidade, a exemplo de obras referenciais, documentos técnicos e bases de dados acadêmicas, como é o caso desta pesquisa.

Depois de terminada esta etapa do *corpus* de exclusão, dos 389 candidatos a neologismos permaneceram 184. Por fim, dos 184 candidatos foram elegidos apenas os termos que tivessem no mínimo duas ocorrências, em partes distintas e sem repetição no escopo de análise ⁴¹(título, palavra-chave e resumo), sendo estas em anos diferentes, podendo aparecer no mesmo periódico.

No final desta etapa chegou-se ao número de 53 neologismos selecionados para a análise. A seguir a lista com os neologismos analisados:

⁴⁰ Na primeira coluna temos os potenciais neologismos. Nas cinco colunas seguintes indica-se a ocorrência dos termos em cada revista, seguidas pela quantidade total de ocorrências do termo. Nas três últimas colunas, temos a representação das ocorrências na base BRAPCI, em décadas. Caso o termo tenha aparecido em uma das três décadas é sombreado de cinza. No entanto, se não tiver nenhuma ocorrência nas décadas mencionadas, permanece em branco.

⁴¹ Devemos ponderar que a base considera apenas os resumos, título e palavras-chave, o que poderia restringir a identificação de neologismos. Contudo, é importante lembrar que se uma unidade léxica, considerada como nova, não está presente na parte em que o próprio autor determina como essencial de sua publicação - além de ser utilizada também como meio de divulgação e recuperação informacional -, como poderia ser classificada como um termo pertinente de ser mencionado? A justificativa por delimitar a seleção dos neologismos apenas ao resumo, título e palavras-chaves considera que nessas partes, validadas pelo próprio especialista, haveria não só o cerne do trabalho científico, como aquilo que já está em processo de aceitação dentro da própria área.

Quadro 7- Neologismos da Ciência da Informação

Neologismo	Sigla
Agente Computacional de Engenharia do Conhecimento	
Ambiente de Aprendizagem Mediado por Computador	AAMC
Ambiente informacional colaborativo	
Ambiente virtual de aprendizagem	AVA
Análise mediacional	
Aparato informacional	
Aprendente	
Aprendizado organizacional	
<i>Balanced Scorecard</i>	BS
<i>Business process management</i>	BPM
<i>Chatterbot</i>	
Cibermetria	
Classificação social	SC
Comunicação mediada por computador	
Consumo de Informação	
<i>Data Mining</i>	DM
Decisor	
Desintermediação	
Ecologia da Informação	
<i>Empowerment</i>	
Engenharia de requisitos	
Estoque dinâmico de informação	
Etiquetagem	
Etiquetagem colaborativa	
Externalização do conhecimento	
Folksonomia	
<i>Foresight</i>	FS
Infoeducação	
Informação compartilhada	
Inclusão informacional do usuário	
Informação orgânica	
Informatividade	
<i>Just in time</i>	
Linguística Documentária	
Lugar de memória	
Mapeamento de competências	
Mapeamento informacional	
Memória organizacional	
Memória virtual	
Monitoramento informacional	
Musealização	
Nuvem de etiquetas	
Objeto digital de aprendizagem	

Objeto musealizado	
Patrimônio digital	
Pedagogia de projetos	
Prospecção informacional	
Rizoma	
<i>Second Life</i>	SL
<i>Social bookmarking</i>	SB
<i>Software Social</i>	
Usabilidade de interface	
<i>Webmuseu</i>	

Fonte: Elaboração da autora

Considerando o recorte temporal de 2001 a 2011, a maior parte dos neologismos se concentrou no ano de 2010, sendo que o menor número de neologismos foi identificado em 2001. A baixa ocorrência em 2001 é facilmente compreendida, uma vez que grande parte dos termos, que na época poderiam ter sido considerados neologismos, no decorrer da década foram tendo maior aceitabilidade na área, chegando até a serem incorporados nas obras lexicográficas. Por outro lado, a maior incidência no ano de 2010 e não no mais recente, 2011, pode ser explicada pela questão da periodicidade de publicação das revistas. Uma das mais importantes revistas da área, a *Ciência da Informação*, por exemplo, ficou todo o ano de 2011 sem publicar nenhuma edição, sendo que a edição referente ao primeiro número de 2011 só foi publicada em 2012.

É salutar observar que a instabilidade na ocorrência dos termos indica também mais um dos traços distintivo da natureza neológica. Assim, a ocorrência de termos no início da década e depois retomados mais próximos do fim do recorte de análise demonstra como o uso do termo ainda é instável, e está se adequando às necessidades denominativas e de aplicação na área.

Na sequência, verificamos a porcentagem de ocorrências de neologismos por revista e período, considerando-se, individualmente, os anos em que houve uma maior porcentagem de neologismos, dentro do escopo da década de análise (2001-2011):

Gráfico 3 – Ocorrências de neologismos - Perspectiva em Ciência da Informação

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 4 – Ocorrências de neologismos - Ciência da Informação

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 5 – Ocorrências de neologismos - Datagramazero

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 6 – Ocorrências de neologismos - Informação e Sociedade

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 7 - Ocorrências de neologismos - Encontros Bibli

Fonte: Elaboração da autora

Outro aspecto a ser observado é o periódico que concentra maior número de neologismos. Essa concentração de neologismos pode ser justificada por diversos fatores: ser um periódico com maior número de publicações, o que aumentaria a possibilidade de ocorrência de neologismos; ter uma cobertura temática mais abrangente, o que também poderia predispor possíveis ocorrências; a questão da linha editorial da revista ser mais aberta, aceitando artigos de diferentes linhas de pesquisa; ou mesmo a questão da quantidade de palavras selecionadas no recorte de tempo analisado, conforme já havíamos mencionado anteriormente.

A revista com maior ocorrência de neologismos é a *Datagramazero*, periódico de criação mais recente (1999) dentre os analisados. É uma revista que já nasceu digital e que aceita temáticas de áreas interdisciplinares com a Ciência da Informação. Além disso, reúne

os artigos por afinidades temáticas, o que pode contribuir na seleção de novos termos numa subárea. Outro fator de destaque é que a *Datagramazero* é a revista com mais publicações por ano, sendo três por semestre. Somado a esse número de edições, destaca-se a continuidade das publicações.

Em contrapartida, na revista *Encontros Bibli*, onde há menor ocorrência de neologismos, podemos verificar que o número de publicações é bem menor, em média duas edições por ano, excetuando-se as edições especiais, que não estão presentes em todos os anos. Quanto à temática, verificamos que não há uma política explícita da revista em determinar um tema específico para cada número, o que poderia significar maiores possibilidades de discussões de diferentes aspectos. Todavia, nota-se, de forma geral, uma predileção por estudos de caso e por artigos mais voltados ao caráter técnico da área, opção que pode restringir a inclusão de novos termos, uma vez que se opta por expor aquilo que já está de certa forma consolidado na área.

Podemos verificar no gráfico abaixo as ocorrências dos neologismos por periódicos:

Gráfico 8 – Ocorrências de neologismos por período

Fonte: Elaboração da autora

A ocorrência individual de cada neologismo também é um importante índice de sua aceitação e uso da área. Os termos mais recorrentes foram: *decisor* (26 ocorrências), *folksonomia* (25 ocorrências), *data mining* (19 ocorrências), AVA – *Ambiente Virtual de Aprendizagem* (18 ocorrências) e *memória organizacional* (15 ocorrências). A primeira

constatação diz respeito à temática comum dos termos mais recorrentes. Em geral são conceitos ligados à tecnologia, educação e administração. Além disso, observamos a instabilidade neológica na apropriação de termos estrangeiros, a exemplo de *folksonomia* e *data mining*, uma vez que aparecem no início do período de análise e depois no fim.

Ao contrário dos termos mencionados anteriormente, a maioria dos neologismos apresentou ocorrência média de 4 a 7 na BRAPCI, nas partes já mencionadas (título, resumo e palavras-chave), sem considerar as repetições em um mesmo artigo. Somada à baixa ocorrência, podemos observar nesses neologismos a instabilidade de uso. No termo *musealização*, por exemplo, há ocorrências no início do período analisado, 2003 e 2004, e depois o termo ressurge em 2010 e 2011 nos trabalhos da área.

Outro aspecto interessante de ser mencionado é que alguns desses termos de baixa ocorrência se concentram nos trabalhos de um pequeno grupo de autores ou de um único autor que pesquisa determinada temática. Tal fenômeno pode ser justificado pelo próprio tamanho da área, sua recente criação ou mesmo a diversidade de microcosmos de estudo possíveis por conta da diversidade de áreas de interface. Exemplos dessa constatação podem ser vistos nos termos relativos à Museologia, onde podemos encontrar basicamente os artigos de Loureiro. Outros exemplos da relação da ocorrência de uma temática com a autoria pode ser vista na tabela abaixo, que indica os autores que mais utilizam neologismos e as respectivas temáticas tratadas em seus artigos:

Quadro 8 – Relação Autor e temática

Autores	Ocorrências	Principais temáticas
LOUREIRO, M. L. N. M.	8	Museu
MOURA, M. A.	6	Administração e Folksonomia
AQUINO, M. A.	4	Educação e tecnologia
LARA, M.L.G.	4	Linguística Documentária
CATARINO, M. E.	3	Folksonomia
VANTI, N	3	Cibermetria

Fonte: Elaboração da autora

Em relação à categoria gramatical, houve predominância de substantivos e palavras substantivadas. Tal ocorrência pode ser entendida considerando-se que a opção pelo substantivo integra a essência da designação de conceitos, que no âmbito da área de

especialidade demarca a predominância do valor denominativo dos neologismos analisados. No caso dos neologismos sintagmáticos, formados por mais de uma unidade lexical, observou-se também a predominância substantival, aparecendo acompanhada tanto por outros substantivos como por adjetivos e preposições. A estrutura sintagmática mais recorrente nos *clusters* foi a formação substantivo + adjetivo, seguida da formação substantivo+ preposição+ substantivo. Além dos nomes houve apenas mais duas classes de palavras, o numeral e o verbo, que ocorreram somente duas vezes. Abaixo podemos visualizar as ocorrências das formações sintagmáticas dos neologismos analisados:

Gráfico 9 – Ocorrências das formações sintagmáticas

Fonte: Elaboração da autora

Quanto à classificação neológica, houve maior ocorrência de neologismos sintáticos, com predominância das formações sintagmáticas, seguido pelos empréstimos e depois pelos neologismos semânticos, conforme podemos visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 10 – Classificação dos neologismos por período

Fonte: Elaboração da autora

Os neologismos sintáticos basicamente se apresentam em dois subgrupos: os composicionais com formações sintagmáticas, e os derivacionais, essencialmente de formação sufixal, uma vez que houve apenas uma ocorrência de formação prefixal e sufixal, o caso do termo *desintermediação*.

Nos neologismos sintáticos por composição é interessante referir o tipo de relação entre os termos do sintagma, ou seja, se eles estabelecem uma relação coordenativa ou subordinativa (ALVES, 1994). Na coordenação, há igualdade entre radicais, que apresentam determinada ordem de coordenação, geralmente associada à soma e ocorrência de palavras da mesma classe gramatical, o que não encontramos nessa seleção de neologismos. Por outro lado, nas ocorrências de neologismos sintáticos composicionais com formação subordinativa, observamos uma relação de dependência entre os termos, tendo geralmente um radical determinado e outro determinante, além de serem de classes de palavras diferentes, a exemplo das ocorrências: *etiquetagem colaborativa*, *informação compartilhada*, *objeto musealizado*, etc.

Há ainda a possibilidade de haver dois radicais, com a mesma categoria gramatical, no caso substantivo, porém o segundo termo assume um valor adjetival, geralmente com conotação metafórica, podendo ou não ter auxílio de preposição. Tal fenômeno, segundo

Alves (1999), em que haja mesma estrutura sintática deve ocorrer sempre que possível, a exemplo dos casos de *nuvem de etiquetas* e *lugar de memória*

Podemos mencionar também a situação de expansão sintagmática, que ocorre quando duas sequências de palavras estiverem circunscritas no mesmo ambiente sintático, ou seja, mesmo que possuam uma estrutura de constituintes diferentes, possam constituir-se como uma sequência de palavras com a mesma distribuição sintática, formada por um termo determinante e outro determinado (DUBOIS, 2011). Como exemplo dessa ocorrência temos *agentes computacionais de Engenharia do Conhecimento*. A presença dos sintagmas expandidos com esta formação foi observada na maioria dos neologismos analisados.

Essa expansão do sintagma também foi abordada por Humbley (2009), já mencionado no primeiro capítulo, ao abordar a formação de neônimos a partir de termos existentes em um campo ancestral. Nesse caso, a composição determinado + determinante nos indica, a partir dos núcleos conceituais, as áreas que propiciam a constituição do escopo da Ciência da Informação, sobre a qual que nos deteremos mais detalhadamente nos tópicos seguintes.

Outro aspecto a ser ressaltado no grupo de termos formados pelo processo de composição sintagmática é a presença do termo *informação* e suas variantes na composição dos sintagmas. Dos 52 neologismos, em 12 observamos a ocorrência do conceito de *informação*. O termo funciona tanto como substantivo, como é o caso de *informação-orgânica*, como adjetivo, a exemplo de *prospecção informacional*. A explicação para tal recorrência pode ser entendida pelo valor conceitual do termo na área, uma ocorrência comum não apenas na Ciência da Informação, mas em outras áreas de especialidade.

O termo *informação*, segundo Kornwachs e Konstantin (1996), tem origens gregas e latinas. Os termos gregos *eidos/Idea*, *morphé* e *typos*, usados na filosofia de Platão e Aristóteles, já traziam os conceitos-chave da ontologia e epistemologia grega, remetendo seu significado a modelo e representação. No entanto, as raízes etimológicas do termo são latinas, provenientes dos termos *informo* e *informatio*, que denotavam o ato de moldar a mente ou de comunicar conhecimento.

No entanto, um dos momentos de maior impacto na história do termo foi na segunda metade do século XX. O pós-guerra, a Teoria da Informação, a Cibernética, a Teoria dos Sistemas, o nascimento da inteligência artificial, o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, além do surgimento de novas áreas do conhecimento foram fatores que redimensionaram o uso do termo *informação*. Antes restrito a uma denominação

abstrata, ganhou nesse conturbado contexto um *status* de conceito interdisciplinar (ROBREDO, 2005).

Como o termo *informação* ganhou uma versatilidade no contexto pós-moderno, acabou sendo usado por uma diversidade de disciplinas científicas, o que dificultou uma delimitação categórica desse termo. Como exemplos de diferentes acepções temos a *naturalização* da informação, em que esta é considerada uma categoria antropológica referente ao fenômeno das relações entre as estruturas verticais e horizontais das mensagens humanas (KORNWACHS, KOSNTANTIN, 1996); ou mesmo a denotação do termo informação como sinônimo de transmissão de sinais, conceito usado na Teoria Matemática da Comunicação, onde se excetua seus aspectos semânticos.

Se por um lado tal utilização demonstra o caráter interdisciplinar e polivalente do termo, por outro, tal diversidade de acepções exige um uso perspicaz, considerando o aspecto contextual na delimitação do conceito. Para isso, a Terminologia, como instrumento teórico e metodológico, pode fornecer instrumental para identificar as nuances do termo em cada área de especialidade.

Quanto à classificação dos neologismos sintáticos por derivação, encontramos basicamente as formações sufixais, a exemplo de *aprend-ente*, *etiqueta-gem*, ou mesmo em parte das formações sintagmáticas, como em *análise mediação-al* ou *prospecção informacion-al*. Além das derivações sufixais, o *corpus* apresenta exemplos como: *desintermediação*, em que temos um caso de derivação prefixal e sufixal.

Outro aspecto interessante de se mencionar quanto à análise dos neologismos derivacionais é o tipo de sufixo recorrente. Tanto nas lexias simples como nas compostas, formadoras dos sintagmas, observamos a ocorrência dos seguintes sufixos: - *al*, - *ia* e - *ção*.

O sufixo - *al*, de origem latina, forma substantivos oriundos de outros substantivos com noções de *grandes quantidades* ou indicando noção de *pertinência e relação*, como nos casos de *análise mediacional* ou *prospecção informacional*, por exemplo. O sufixo - *ia*, de caráter nominal e origem grega, forma substantivos derivados de outros substantivos com noção de qualidade, a exemplo de *cibermetria* ou *folksonomia*. Já o sufixo - *ção* é de caráter essencialmente nominal e provém das terminações latinas - *sĩō*, - *ōnis*, - *tĩō*, - *ōnis*, responsáveis por formar substantivos abstratos deverbais, geralmente designadores de substantivos com noção de uma ação, a exemplo de *informação*, componente dos sintagmas *informação orgânica*, *informação compartilhada* e *consumo de informação*; ou também presente nos

sintagmas: *desintermediação*, *classificação social*, *comunicação mediada por computador*, etc. (CUNHA, 1986).

Do ponto de vista da frequência dos neologismos sintáticos houve maior ocorrência dos empréstimos. O termo mais recorrente foi *folksonomia* (25) seguido de *data mining* (19), *second life* (10), *chatterbot* (10), *software social* (9) e *social bookmarking* (8). Na maioria dos casos, nota-se que essas unidades léxicas estão num primeiro estágio de aceitação, sendo usadas conforme foram utilizadas em seu idioma de origem, sem uma adaptação para a língua portuguesa, constituindo um estrangeirismo. No entanto, há ocorrências em que são realizadas traduções literais, constituindo um decalque, como nos casos de *mineração de dados*, referente ao *data mining* e *serviços da web* para *web services*. Há casos em que observamos já uma incorporação do sintagma para a língua portuguesa, sem o acompanhamento do termo em inglês, a exemplo de *nuvem de etiquetas*, que também poderia ser caracterizado por decalque, uma vez que constitui mera tradução do termo em inglês *tag clouds*.

Outra peculiaridade dos estrangeirismos é sua formação a partir de construções xenoconstituintes (GONÇALVES; ALMEIDA, 2011), a exemplo de *cyber* em *Cibermetria*, *folk*- em *folksonomia* e *web*- em *Webmuseum*. Além disso, podemos também observar a formação de cruzamento vocabular ou palavras-valise, quando temos a junção de duas partes de lexias, (com perda de alguns elementos), a exemplo de *folksonomia* (*folk*+*taxonomy*) e *cibermetria* (*cyber*+*metrics*).

A ocorrência das siglas, como podemos observar, está muita ligada aos empréstimos, geralmente indicando produtos ou serviços tecnológicos. No primeiro caso observamos a ocorrência nos casos de: *ambiente de aprendizagem mediado por computador* (AAMC), *ambientes virtuais de aprendizagem* (AVAS), *comunicação mediada por computador* (CMC), e *engenharia de requisitos* (ER), decalques de termos em inglês. Por outro lado, há as ocorrências junto aos estrangeirismos, nos casos de: *balanced scorecard* (BSC), *business process management* (BPMS); *second life* (SL); *social bookmarking* (SB). A baixa ocorrência de siglas no *corpus* analisado pode ser explicada pela adequada utilização dos dicionários utilizados como filtros lexicográficos.

É interessante observar que, mesmo com a importância dos termos em inglês para a constituição dos termos da área foi observada uma baixa ocorrência de empréstimos. Tal fato pode ser explicado pelo motivo semelhante ao das siglas, ou seja, a extensa cobertura dada pelas obras lexicográficas selecionadas para o *corpus* de exclusão. No *Dicionário de*

Biblioteconomia e Arquivologia (2008), por exemplo, os autores dedicaram um apêndice em inglês, o que demonstra uma predileção pelo uso do termo estrangeiro, talvez motivada pela difusão do idioma como língua franca de pesquisa científica, ou mesmo com o intuito de manter a noção dos conceitos dos termos, que numa possível tradução ou adaptação poderiam ter seu sentido deslocado. Além disso, no próprio corpo do verbete havia um termo em inglês correspondente para cada lexema.

Por fim, também observamos algumas ocorrências de neologismos semânticos, que resultaram da atribuição de significado novo a palavras já existentes na língua, em especial no escopo da área de especialidade. O novo sentido atribuído aos termos se deu tanto no âmbito metafórico, a exemplo de *nuvem de etiquetas* e *lugar de memória*; como na construção de um novo sentido na área, resultado da migração e adaptação dos conceitos de uma área para outra, a exemplo de *informação orgânica* e *ecologia da informação*.

A verificação do caráter neosêmico foi possível através da identificação dos traços definicionais dos neologismos. Para isso foram selecionados artigos no escopo da base BRAPCI e do Portal de periódicos Capes, no mesmo período de análise, com o intuito de delimitar tanto o caráter neológico como o aspecto da neologia semântica. Exemplos desses contextos, utilizados como base para a análise dos neologismos, podem ser vistos no modelo de ficha terminológica abaixo:

Quadro 9 - Modelo da ficha terminológica 1 (coleta)

Neologismo	Contexto	Fonte
Lugar de memória	“Os lugares de memória se configuram assim, como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva”.	SILVEIRA, F.J.N. Biblioteca, memória e identidade social. <i>Perspectivas em Ciência da Informação</i> , v.15, p.67-86, 2010.
Classificação social	"[...] Assim homem, software e máquinas se integram na classificação da informação na Web por meio de ferramentas que utilizam a classificação e indexação voluntária, espontânea, feita livremente pelos usuários.	GALDO, A.; VIEIRA, A.F.G; RODRIGUES, R.S. Classificação social da informação na web: tecnologia, informação e gente. <i>Datagramazero</i> , v.10, n.6, dez.2009.

	É o caso das chamadas folksonomias ou classificação social da informação (social classification)."	
--	--	--

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 10- Modelo da ficha terminológica 2 (análise parcial)

Neologismo	Contexto A	Característica 1	Característica 2	Característica 3
Folksonomia	“[...] é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas ³ (tagging) a informações ou objectos (qualquer coisa com URL), visando à sua recuperação. A atribuição de etiquetas é feita num ambiente social (compartilhado e aberto a outros). O ato de etiquetar é do próprio usuário da informação que etiqueta o recurso da Web.”	“[...] é o resultado da atribuição livre e pessoal de etiquetas ³ (tagging) a informações ou objetos (qualquer coisa com URL), visando à sua recuperação”.	“A atribuição de etiquetas é feita num ambiente social (compartilhado e aberto a outros)”.	“O ato de etiquetar é do próprio usuário da informação que etiqueta o recurso da Web”.

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 11- Modelo da ficha terminológica 3 (definicional simplificada)

Neologismo	Definição	Sinônimos
Folksonomia	Mecanismo de representação, organização e recuperação de informações que não é feito por especialistas, mas por pessoas comuns que descrevem os conteúdos da <i>web</i> através de <i>tags</i> ou palavras-chave.	Classificação social, etiquetagem, e etiquetagem colaborativa

Fonte: Elaboração da autora

Os contextos seleccionados, preferencialmente de carácter definitório, ajudaram a delinear o funcionamento morfossintático e conceitual dos neologismos analisados. A seção dos diferentes traços designatórios de cada conceito na ficha terminológica de análise corroborou na composição da definição de cada neologismo. Por fim, a análise das definições dos neologismos foi uma importante etapa de trabalho, uma vez que ela não apenas nos deu elementos para a análise linguística dos neologismos, referendados por um contexto, como permitiu identificar, a partir de seus traços conceituais, as principais áreas de interface ou campos ancestrais constituintes da Ciência da Informação, tema do próximo capítulo.

Capítulo 5 – Mapeamento das áreas de interface com a Ciência da Informação

5.1 A Ciência da Informação e as áreas de interface

5.1.1 *Grandes áreas, áreas e subáreas: interfaces*

A noção de área de conhecimento está relacionada à classificação de determinadas ciências que tenham em comum referenciais conceituais e metodológicos que permitam sua distinção e relação com outras áreas do conhecimento. Aproveitando-se dessa ideia nuclear, a CAPES e o CNPq dividem e organizam o conhecimento científico, artístico e técnico nacionais em *Grandes Áreas*, *Áreas* e *Subáreas*, a fim de melhor analisar e avaliar a produção científica do país, bem como oferecer um parâmetro para as agências de fomento (SOUZA, 2004).

No âmbito desta pesquisa utilizamos como parâmetro a classificação das áreas segundo a tabela CAPES. Primeiro, por ser um modelo reconhecido nacionalmente e presente na maioria dos programas de pesquisa das diferentes áreas do país. Além disso, era necessário ter como base um modelo organizacional das ciências para nortear as análises e os níveis de interface entre os campos. Todavia, é salutar lembrar que as denominações de *Grandes Áreas*, *Áreas* e *Subáreas*, por serem uma representação do fazer científico, de caráter dinâmico e polivalente, podem suscitar distinções de compreensão entre as designações, referentes à prática profissional e a de pesquisa (ALMEIDA, 2005).

De maneira geral, o que distingue as grandes áreas, áreas e subáreas é o nível de integração entre elas, já que são espaços de produção do conhecimento que podem se subdividir e se inter-relacionar de acordo com diferentes propósitos. As aproximações se dão tanto por similaridade conceitual, metodológica ou tecnológica, como também podem refletir escolhas ideológicas e conflitos de poder. Como bem acentua Bordieu (1983), a definição do campo científico pode ser o palco para as lutas ideológicas, ou mesmo a arena para a briga pelo monopólio científico entre pesquisadores.

Na tentativa de melhor compreensão do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, são recorrentes os trabalhos que investigam, com diferentes perspectivas e propósitos, a natureza, os objetivos, os processos e as influências socioculturais das relações entre as áreas. Aqui mencionaremos exemplos dessas perspectivas de análise, com nuances empíricas, teóricas, pontuais ou mesmo de caráter mais horizontal e holístico.

Um exemplo de uma perspectiva aplicada é a relatada por Moreira e Moura (2006) em seu artigo *Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesauro em Ciência da Informação*, sobre a construção de um tesauro da área, que teve como base um estudo de caráter multi- e interdisciplinar, conforme podemos ver abaixo na representação gráfica:

Figura 3 – Áreas limítrofes à Ciência da Informação

Fonte: MOREIRA; MOURA, 2006

Neste caso, doravante, a Ciência da Informação é o ponto nevrálgico da análise, podendo-se observar que é delimitada principalmente pelas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação. Além delas destacam-se, num nível mais distendido, outras áreas limítrofes que se associam por um aspecto de seu conteúdo, ligado ao caráter informacional. Dessa forma, a escolha por tal representação é compreensível na medida em que o objetivo é uma representação mais delimitada das relações interdisciplinares, uma vez que foi elaborada com um propósito aplicado, a construção de um tesauro.

Outro estudo empírico é de Linda Smith (1992), baseado na análise de citações na literatura do campo. Segundo esta autora, é possível identificar as áreas interdisciplinares a partir do assunto da produção científica da área, presentes em diferentes fontes referenciais. Um exemplo empírico são os assuntos fronteiros mapeados a partir da Classificação do

LISA - *Library and Information Science Abstracts*, tendo como resultados áreas como: Comunicação, Educação, Museus, Administração etc.

Este tipo de estudo empírico é muito comum na área, principalmente presente em estudos bibliométricos. Todavia a própria autora faz a ressalva de que o pesquisador deve atentar para não realizar apenas uma enumeração de áreas a partir das citações, sem interpretá-las de acordo com seu contexto, o que poderia acarretar discrepâncias entre o que é dito e o que realmente está sendo feito na área (SMITH, 1992).

Le Coadic, em sua obra clássica *Ciência da Informação* (2004), parte da perspectiva do suposto objeto da área, a informação, e a partir dele observa como diferentes áreas de especialidade lidam com um objeto comum. Primeiramente, o autor aponta quatro principais campos que teriam como objeto a informação: Biblioteconomia, Documentação, Jornalismo e Museoconomia. No entanto, mesmo com o suposto objeto comum, tais campos preocupam-se mais com a questão do suporte da informação do que propriamente com a informação. Diante dessa constatação, o autor observa que a informação, como conhecimento inscrito, está presente em diferentes disciplinas, o que confere ao campo Ciência da Informação um caráter essencialmente interdisciplinar. Segundo o autor, essa interdisciplinaridade levaria a interações e trocas mútuas entre as disciplinas, estabelecendo isomorfismos e analogias. A representação gráfica desse mapa de trocas interdisciplinares, proposta por Le Coadic (2004), pode ser vista a seguir:

Figura 4: Representação gráfica da área da Ciência da Informação

Fonte: LE COADIC, 2004

Outro estudo teórico que faz uma considerável revisão de literatura sobre as interfaces disciplinares da Ciência da Informação é a tese de Lena Vânia Pinheiro (1997). A autora descreve e analisa diferentes perspectivas em relação aos níveis e natureza de relações de outras disciplinas e áreas com a Ciência da Informação. Ponderando sobre tudo o que expõe em sua tese, a autora conclui que as relações interdisciplinares são dinâmicas e estão continuamente em mutação, o que acarreta, dependendo do tempo-espaço e das intenções de análise, uma perspectiva diferente de nuança. O que ela generaliza em sua síntese é que, num primeiro grupo relacional estariam a Ciência da Informação, Biblioteconomia e Computação, com maior interface. Em seguida, haveria o grupo da Ciência Cognitiva e da Comunicação. E por fim um terceiro grupo, formado por um conjunto intermediário de diferentes disciplinas que flutuariam em seus níveis de acordo com a abordagem da pesquisa. Nesse ponto, a autora ressalta a natureza horizontal da informação, o que lhe conferiria um caráter onipresente nas

diferentes áreas do conhecimento. O cerne dessas ideias foi estruturado pela autora na representação gráfica a seguir:

Figura 5: Relações interdisciplinares com a Ciência da Informação

Fonte: PINHEIRO, 1997

Neste trabalho de natureza empírica, Pinheiro (2006) especifica o território epistemológico da Ciência da Informação, mapeando os subcampos da área que em comum partem do núcleo sêmico da noção de informação. Esse rol de subcampos pode ser representado da seguinte forma:

Figura 6: Subcampos da Ciência da Informação

Fonte: PINHEIRO, 2006

Constatamos, a partir dos exemplos mencionados, que há diferentes abordagens acerca da natureza, nível, contextos e propósitos das relações interdisciplinares que compõem o mapa de áreas de interface com a Ciência da Informação. Nesta pesquisa, como já detalhado anteriormente, optamos por utilizar o padrão de divisão do conhecimento da CAPES, considerando a terminologia da área presente na produção científica encontrada na BRAPCI e no Portal Capes.

5.1.2 Interfaces, diálogos e intercâmbios na Ciência da Informação

Atualmente, em razão da perspectiva cada vez mais interdisciplinar e transversal de se encarar o conhecimento, proliferam as discussões acerca dos espaços intersticiais. Segundo Araújo (2009), tais discussões não se limitam a traçar as fronteiras das áreas de conhecimento, mas sim a estabelecer as superfícies de contato, e consequentemente as novas realidades formuladas a partir dessa inter-relação. Neste cenário, o conhecimento é visto sob uma perspectiva transversal, ou seja, construído a partir da conjugação e da convergência de diferentes saberes (ARAÚJO, 2009).

Neste contexto de relações pluri-, inter- e transdisciplinares, os conceitos de uma área do conhecimento, ao migrarem para outra área, podem incorporar novos sentidos e aplicações, indicando com isso não apenas uma acomodação terminológica, mas a evidência de um novo *locus*. A noção de migração provém da Geografia, originalmente usada para designar o movimento de populações que em interface com outras sociedades reconstroem seu arcabouço histórico-cultural. Já no âmbito cultural, segundo Canclini (2000), a noção de migração estaria associada aos processos socioculturais que combinam e produzem novas práticas, objetos e estruturas culturais. Aproveitando tais noções, podemos simplificar o conceito dizendo que a migração conceitual evidencia uma realidade de determinada interface, resultado de apropriações de sentido, produzidas em espaços de fronteira de saberes.

A Ciência da Informação, inserida neste cenário dinâmico, caracterizado pela ruptura de limites e transcendência de fronteiras, reflete o fluxo de informações e conceitos entre diferentes áreas científicas. Assim, segundo Dias:

[...] a Ciência da Informação, devido à sua extensa fronteira disciplinar, carrega fortemente em si a influência de diversas áreas do conhecimento que têm como interesse o fenômeno informacional ocorrendo invariavelmente uma forte migração conceitual (DIAS, 2011, p.151).

Tal fenômeno já tinha sido indicado por Smit, Tálamo e Kobashi em 2004, num artigo em que analisavam os termos que compunham o arcabouço conceitual da área da Ciência da Informação. Nesse artigo, as autoras ressaltavam quatro tipos de conceitos encontrados na área: as noções consideradas específicas da área e sedimentadas ao longo do tempo, a exemplo de *classificação*, e *análise documentária*; as noções semielaboradas que apontavam para termos cujos conceitos não tinham um consenso entre os especialistas da área, a exemplo de *necessidade de informação* ou mesmo o conceito de *Ciência da Informação*; as noções que eram emprestadas de outras áreas que podiam ou não ter alguma adaptação para o escopo da Ciência da Informação; e as noções de caráter empírico comum, que não se constituíam parte integrante de uma terminologia própria, a exemplo de *livro* e *leitor* (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI 2004).

A partir de tais considerações analisamos as principais áreas de interface com a Ciência da Informação, com base na a partir análise dos neologismos. Uma primeira constatação foi a ratificação da presença de certo padrão de ocorrência dos conceitos na área da Ciência da Informação, conforme apontaram Smit, Tálamo e Kobashi em 2004. Num segundo momento, a partir do *corpus* de análise observamos a ocorrência de três grupos de conceitos: um grupo de conceitos proveniente de uma área específica que conserva seu núcleo conceitual; o outro grupo que se constitui a partir de duas ou mais áreas de especialidade; e um terceiro grupo que parte de uma área de especialidade, mas acaba sofrendo algum tipo de adaptação ao ser importado para a Ciência da Informação. Abaixo um gráfico com a ocorrência de termos em cada grupo:

Gráfico 11 - Principais grupos de conceitos encontrados na análise das definições

Fonte: Elaboração da autora

O primeiro grupo observado constitui-se de termos provenientes de outras áreas, geralmente conceitos das áreas da Ciência da Computação e Administração, que foram as áreas de interface mais recorrentes. Nesse grupo observa-se que os termos, ao migrarem para outra área, levam consigo seu conceito de origem e são usados nessa nova área mantendo seu núcleo conceitual, mas agora aplicados em outro escopo terminológico. Exemplos encontrados na análise foram os termos: *aprendizado organizacional* e *empowerment* (Administração); *Chatterbot* e *nuvem de etiquetas* (Ciência da Computação).

Nesses casos, ao observarmos o núcleo conceitual dos termos, notamos que ele permanece semelhante também em outras áreas do conhecimento. Quando analisamos o termo *nuvem de etiquetas*, por exemplo, proveniente da Computação, verificamos que não é emprestado exclusivamente à Ciência da Informação, mas também às outras áreas que utilizam o termo com o mesmo valor conceitual, ou seja, uma lista organizada virtualmente que apresenta termos de um *website*.

O segundo grupo também é formado de termos emprestados de outras áreas, mas diferencia-se do primeiro, pois a constituição do termo se dá a partir da combinação de conceitos de áreas distintas. Essa combinação pode ser aditiva, quando dois conceitos somam-se para constituírem um terceiro, a exemplo das construções que aliam conceitos da área da Ciência da Computação e Educação (*ambiente virtual de aprendizagem*; *ambiente de aprendizagem mediado pelo computador*); pode ser metafórica, quando um termo é formado por palavras que originalmente não pertencem a nenhuma das áreas em questão, mas que no contexto inter-relacional dessas áreas assume um valor conceitual específico, a exemplo de *second life*, ambiente de realidade virtual *online*, presente nos domínios da Ciência da Computação e Educação. E há ainda casos em que o termo é fruto de uma relação de interface de duas áreas, a exemplo de *foresight*, ferramenta de gestão criada no escopo da Ciência da Computação e utilizada na Administração, ou *Balanced Scorecard*, ferramenta de planejamento estratégico, criada pela Ciência da Computação e utilizada na Administração e Economia.

E há o terceiro grupo, formado por termos provenientes de outras áreas, mas que alcançam algum nível de ressignificação no âmbito da Ciência da Informação, ou seja, diferentemente do que ocorre nos dois grupos anteriores, os termos sofrem de algum tipo de mudança de seu núcleo sêmico.

Um primeiro tipo de ressignificação ocorre na combinação de um termo que é de outra área com um termo recorrente na área da Ciência da Informação, compondo um novo conceito. Neste caso, a ocorrência mais comum é nas formações sintagmáticas, em que um dos termos é a palavra “informação” ou seus derivados. Como exemplos temos: *aparato informacional*, *estoque dinâmico de informação*, *inclusão informacional do usuário* e a formação derivacional *informatividade*. O único caso que se excetua é o de *Linguística Documentária*, mas que também reúne um termo proveniente de outra área com um termo comum na Ciência da Informação, o adjetivo *documentária*, referente a Documentação.

Outro tipo de ressignificação ocorre geralmente com termos de caráter mais genérico que assumem, no contexto da Ciência da Informação, um conteúdo semântico integrado ao arcabouço terminológico da área. Como exemplos podemos citar *lugar de memória*, “designação utilizada para tratar de instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva” (SILVEIRA, 2010, p. 4) e *classificação social*, referente à “classificação da informação na *web* por meio de ferramentas que utilizam a classificação e indexação voluntária e espontânea, feita livremente pelos usuários” (GALDO; VIEIRA; RODRIGUES, 2009).

A observação desses grupos e as relações entre os termos, conceitos e diferentes áreas de especialidade permitiram identificar as principais áreas e subáreas de interface com a Ciência da Informação. Seguindo os preceitos de delimitação de *Grande Área*, *Área* e *Subáreas* da CAPES foram identificadas, após a análise dos neologismos, quatro grandes áreas com algum nível de interface com a Ciência da Informação. As principais grandes áreas de interface foram: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas. No gráfico a seguir podemos visualizar a porcentagem de ocorrência de termos em cada Grande Área:

Gráfico 12- Ocorrências de termos nas grandes áreas

Fonte: Elaboração da autora

O nível de interface diz respeito ao tipo de relação estabelecida entre as áreas e subáreas. Um primeiro nível seriam as relações multi- ou pluridisciplinares, referentes às relações estabelecidas entre áreas de uma mesma grande área. No caso da Ciência da Informação seriam as áreas presentes na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, conforme podemos observar no gráfico seguinte:

Gráfico 13 - Ocorrências de termos na área das Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Elaboração da autora

Um segundo nível seriam as relações interdisciplinares, ocorridas entre as diferentes grandes áreas. Considerando as quatro grandes áreas de interface mencionadas anteriormente, podemos observar abaixo as áreas mais recorrentes em cada grande área⁴²:

Tabela 4- Tabelas de ocorrência das áreas e grandes áreas de interface com a Ciência da Informação

1 Grande área: Ciências Exatas e da Terra

Área	Ocorrências individuais dos neologismos
Ciência da Computação	34
Matemática	5

2 Grande área: Ciências Humanas

Área	Ocorrências individuais dos neologismos
Educação	14
Psicologia	5
História	5
Geografia	1
Antropologia	1
Filosofia	2

3 Grande área: Linguística Letras e Artes

Área	Ocorrências individuais dos neologismos
Linguística	2
Letras	1

Fonte: Elaboração da autora

⁴² A identificação das áreas de interface foi possível por utilizarmos os filtros de pesquisa disponíveis no portal de periódicos da CAPES, selecionando as áreas de interesse e observando os resultados quanto às palavras-chave e os assuntos relacionados.

A Ciência da Computação, isoladamente como área, possui a maior quantidade de empréstimos de termos para a Ciência da Informação. Contudo, a grande área que possui mais áreas de interface com a Ciência da Informação é a das Ciências Humanas, com destaque para a Área da Educação, terceira, isoladamente, que mais se inter-relaciona com a Ciência da Informação.

Por fim, podemos falar de um terceiro nível de relação, o transdisciplinar, referente às Grandes Áreas, que ao fazerem trocas entre si produzem novos termos, conceitos e até novas áreas, de caráter híbrido. Exemplos desse tipo de relação podem ser observados em áreas emergentes como a Biotecnologia (Ciências Biológicas + Ciências Exatas); Física Médica (Ciências Exatas + Ciências da Saúde); Engenharia de Tecidos (Engenharias + Ciências da Saúde), etc. Todavia, no âmbito da Ciência da Informação, foram observados no *corpus* analisado apenas os dois primeiros níveis de relações, ou seja, o multidisciplinar e o interdisciplinar.

Como síntese das relações de interface, propomos a representação gráfica⁴³ a seguir:

⁴³ Na representação gráfica, a participação de cada área é enquadrada dentro de sua Grande área e o tamanho da fonte revela a ocorrência de seus termos na área da Ciência da Informação. Assim, temos com a maior fonte a Ciência da Computação, principal área de relação interdisciplinar, seguida da Administração, principal área de interface multidisciplinar, e assim por diante, conforme indicado na tabela anterior.

Figura 7 - Representação gráfica das áreas de interface com a Ciência da Informação

Fonte: Elaboração da autora

5.2 O fenômeno da migração conceitual nas áreas de especialidade: a questão do conceito nômade

Segundo as Teorias do Conhecimento, existem basicamente duas formas de apreensão da realidade: a concreta, que se realiza pela intuição, já que sem recorrer à racionalidade se baseia na memória cumulativa de experiências; e a apreensão abstrata, em que o conceito tem o papel de mediar a apreensão do real, levando consigo a intencionalidade inscrita numa situação real (SCHLANCE; STENGERS, 1991). O conceito, portanto, mais que um produto abstrato de entendimento teria um importante papel no ato de pensar e no modo como vivemos aquilo que concebemos como realidade. Para Russ (1992), o conceito seria o verdadeiro motor de progresso do conhecimento, já que ele espelharia as mudanças que

ocorrem no mundo, evoluindo e moldando-se aos novos contextos, através da migração conceitual.

O conceito *nômade*, designação cunhada por Stengers (1987), refere-se ao fenômeno em que termos utilizados em determinada área de especialidade migram para outra área emergente. Ao serem recebidos na outra área podem tanto sofrer algum tipo de adaptação, tanto no nível lexical como semântico, como também podem conservar o núcleo conceitual.

Um caráter ressaltado por Dumas (1999), a respeito dos conceitos nômades, é sua elasticidade: “*Un concept est élastique dans la mesure où il est transversal, où il peut se déplacer d'une théorie à une autre et d'une discipline à une autre et d'une discipline à une autre*” (DUMAS, 1999, p.52)⁴⁴. Um exemplo dado pela autora é a noção de *valor*, que, por seu caráter transversal, perpassa diferentes áreas como a Sociologia, a Economia e a Filosofia. Em contrapartida, mesmo considerando a possibilidade de partes de uma teoria se deslocar em conceitos que migram⁴⁵ de uma área para outra, até compondo uma nova disciplina, a autora salienta que, apesar dessas viagens, nunca uma teoria é importada inteiramente em bloco para outra área.

Na obra clássica sobre o conceito nômade, *D'une Science à l'autre - des concepts nômades* de Isabelle Stengers (1987), a autora ressaltava a natureza dinâmica e aberta dos saberes. A partir de tal perspectiva ela evidencia a importância de se observar a natureza do percurso científico, ou seja, a noção de ciência estaria ligada ao conjunto de proposições, práticas e problemas que podem ser reconhecidos por sua cientificidade. Cientificidade aqui entendida como um modelo *a priori* a partir do qual uma ciência pode definir o papel legítimo de seus conceitos e relações com áreas.

A legitimidade de um conceito em uma área exige, antes de tudo, uma tomada de posição, sinalizando uma operação de múltiplas facetas: redefinição de categorias e significações, bem como operações sob um campo fenomenal e social. Um conceito deve ser reconhecido como *adequado* quando produz uma organização efetiva dos fenômenos e não

⁴⁴ Um conceito é elástico na medida em que seja transversal, ou que possa se deslocar de uma teoria a outra e de uma disciplina a outra(DUMAS, 1999, p.52 , tradução nossa).

⁴⁵ A noção de *migração conceitual* trazida por Stengers (1987) tem sua origem em três distintas teorias: primeiro com Auguste Comte, ao reconhecer que alguns conceitos ao serem usados em áreas distintas, como a Biologia, a Sociologia e a Mecânica, teriam um caráter universalizante, podendo estabelecer regimes de importação entre as áreas, a interdisciplinaridade. Uma segunda abordagem seria de Foucault, que tomou como base a noção de *episteme*, procurando reconhecer e compreender, no discurso, a presença de conceitos que estão tornando-se comuns em diferentes áreas. E por fim, a posição de Deleuze sobre a natureza composta das áreas, que agrega diferentes peças que se inter-relacionam, encaixam-se e se sobrepõem (FRAENKEL, 2001).

uma mera interpretação como projeção das ideias e dos pressupostos daquilo a que se comprometeu. Assim, a distinção do que é científico para o que é ideológico não foi inventada pela epistemologia normativa, mas resulta de um problema das ciências em si mesmas, como consequência do domínio das operações e da própria instabilidade dos campos científicos (STENGERS, 1987).

Considerando tal cenário de instabilidades entre as ciências, mesmo as consideradas duras⁴⁶, que também sofrem em diferentes níveis as influências culturais e ideológicas, a autora procura compreender como se dá a propagação de conceitos. O termo *propagação* permite designar a singularidade dos conceitos científicos que podem dar extensão ou reorganização conceitual. Além deste sentido, há também a associação a um problema, uma vez que o termo *propagação* pode designar um fenômeno natural (ex.: propagação de doenças) ou social (propagação de uma ideia, ou moda). A vocação de um conceito científico geralmente é pensada como algo *puro*, destacado numa linguagem natural, e que se define a partir do formalismo da ciência que ele organiza. Assim, muitas vezes, a propagação de um conceito científico é vista como algo negativo, de caráter epidêmico, como se a marca distintiva do conceito fosse “infectada ao se relacionar com outras áreas, podendo assim perder sua autonomia” (LEVET, 1987, p.23).

Todavia, essa propagação de conceitos não é feita em espaços homogêneos, uma vez que as ciências são dinâmicas; como também não se realizam ao mero acaso em espaços indiferentes, já que para migrarem precisam de paisagens estruturadas e atores sociais para realizarem as operações de conexão conceitual. O que pode ser distinto é o modo de ativação dessa propagação, que pode ser circunstancial, ligado a necessidades técnicas ou lacunas sociais, ou de caráter ideológico, ligado à escolha de uma autoridade da área.

Um conceito isolado perde sua conotação, pois ele funciona em um discurso científico, podendo até adaptar-se à orientação dos especialistas de uma área, bem como modular-se às necessidades de um contexto histórico-social. Tais adaptações revelam certa arbitrariedade na

⁴⁶ Segundo Stengers (1987), a diferença entre as ciências *duras* e *moles* está ligada ao julgamento de valor e ao nível de maturidade. Enquanto as ciências duras se caracterizariam pela capacidade de se desenvolver de maneira autônoma, protegida das influências ideológicas e culturais, julgando e tratando os fenômenos segundo critérios predefinidos, as ciências moles considerariam o exterior como pertinente para direcionar suas definições e interesses.

escolha conceitual, que podem ser marcadas mais por uma questão ideológica e de jogo de poder do que essencialmente resultado da efetiva escolha social (GERVET, 1987).

Essa escolha social é fruto de uma ideologia que precisa de um discurso para se difundir. No entanto, ao considerarmos a migração conceitual, que provém de diferentes áreas, cria-se um espaço discursivo para a interação entre as ciências, responsável por materializar uma visão de mundo (FIORIN, 2007).

Os especialistas de uma área, para terem credibilidade em sua área científica, devem se exprimir numa linguagem que não apenas seja decodificável pelos membros da área, mas adequada ao contexto científico desse campo. Considerando que inevitavelmente essa linguagem seja subvertida com as mudanças sociais e da própria área, serão necessárias inserções de novos termos, desuso de outros, ou mesmo incorporação de termos já existentes em outras áreas. Essa migração conceitual pode ocorrer tanto no nível mais elementar, ou do mero empréstimo, como num nível mais complexo, em que ocorrem adaptações morfológicas e semânticas delineando neologismos.

Para Stengers (1987), a própria formulação de um conceito, *per si*, já é um processo significativo, ampliando assim suas proporções quando é redefinido em um campo social. Em vista disso, precisa do rótulo de *cientificidade* dado pelas autoridades da área ao novo conceito estrangeiro. Portanto, são necessários critérios de *cientificidade*, que, segundo a autora, têm mais a ver com questões de poder e ideologia dessas autoridades da área do que a seleção mais imparcial possível da validade do conceito aplicado discursivamente.

Com o intuito de sintetizar os principais padrões de propagação dos conceitos, Stengers (1987) distingue dois caminhos: o primeiro, em que se reconhece a origem disciplinar do conceito, a exemplo dos empregos metafóricos; no outro tipo de propagação se esquece da origem do conceito, e ele é tomado em sua forma *pura*, destacado na linguagem natural, disseminando-se epidemicamente, separado da linguagem natural, definindo-se a partir do formalismo do conhecimento que ele tem.

A introdução de um novo conceito em uma área também é discutida por Bastide (1971), que investiga em particular o papel do termo *estrutura* nas Ciências Humanas e Sociais. O autor lembra que geralmente um novo termo é empregado em um novo vocabulário a fim de auxiliar no esclarecimento de determinada ideia, ou mesmo solucionar aporias dentro de determinado campo. Contudo, Bastide (1971) pondera que nem sempre a introdução de um novo termo ou conceito é sinônimo de progresso científico. As escolhas pelo uso e

incorporação de determinado termo ou conceito também são influenciadas por razões histórico-sociais, ideológicas ou mesmo de poder, que às vezes é difícil de se mapear.

Na tentativa de compreender as principais ocorrências dessa migração de conceitos e termos entre as áreas o autor elenca algumas situações possíveis. Num nível mais elementar pode ocorrer a mera combinação de termos de áreas distintas, que somam suas noções pelo princípio da composição. Num nível mais intrincado ocorreria a interdependência de sentidos, em que dois termos ou conceitos integrados formariam um terceiro, com novo sentido. Haveria ainda a possibilidade da evolução do sentido, ou seja, o conceito, ao transferir-se para outra área, permaneceria apenas com resquícios de seu sentido original, moldando-se ao novo contexto para o qual migrou. Por fim, existe o caso dos termos que se apresentam comuns em diferentes áreas, e que ainda guardam traços característicos entre si, ratificando a ideia do autor de que, neste caso, teriam uma comprovação tácita de sua necessidade sócio-comunicativa, além de serem elementos ativos do cenário contemporâneo de convergência disciplinar. O oposto a isto seriam os termos que mudam de significado de uma teoria para outra, ou que só aparentemente mostram-se similares, ocultando nuances de sentido ou incorporando imprecisões que podem acarretar ambiguidades.

Dumas (1999), ao abordar os problemas do deslocamento conceitual, trata do que seria o efeito regressivo do nomadismo, ou seja, conceitos que, ao migrarem, perdem sua essência de sentido e autonomia, assumindo um valor polissêmico que muitas vezes não ajuda na maturação do outro campo do saber para o qual migrou. Além disso, a autora lembra que há sempre um hiato entre o “real e seu significado, entre as palavras e as coisas” (DUMAS, 1999, p.25). Na viagem dos conceitos entre áreas distintas, distantes de sua natureza de origem, e em contato com outras realidades, os conceitos sempre se transformam.

Observando criticamente esse deslocamento conceitual, Oliveira Filho (1995) enuncia um conjunto de problemas comuns que podem ser observados no uso de um conceito fora de seu arcabouço contextual, designando-o como *patologia metodológica*. O autor afirma que o fenômeno possui basicamente três aspectos estruturais: termos vazios que não podem funcionar para a reconstrução teórica de um sentido; termos que expressam um valor teórico a um valor essencialmente descritivo; ou termos que assimilam um sentido equivocado, mudando assim uma função teórica. A principal consequência dessas distorções seria o comprometimento da comunicação científica.

Numa visão mais ampla, Gusdorf (2006) enuncia quatro principais obstáculos para o estabelecimento das relações entre as áreas, consequentemente com as interfaces conceituais. Primeiramente, o obstáculo de natureza epistemológica, em que o especialista, preso às particularidades de uma área não consegue ter uma visão do todo, perdendo a oportunidade de construir um sentido mais amplo de um conceito, método ou teoria. O obstáculo institucional é aquele em que a instituição, ao invés de estimular o funcionamento dinâmico e integrado dos saberes, acaba por imobilizar inovações e dificultar comunicações, a fim de deter o poder. Relacionado ao poder, há também o terceiro obstáculo, de caráter psicossociológico, em que o especialista se vê como detentor dos empreendimentos científicos de ensino e pesquisa, criando estratégias para impor suas vontades e controlar a direção de desenvolvimento da área. Por fim, o obstáculo cultural, referente à fragmentação da ciência, que dividida em várias disciplinas, pode sucumbir ao excesso de especialização, reduzindo-se à importância dos fatores socioculturais do contexto em que uma área está inserida (GUSDORF, 2006).

Mesmo com tais obstáculos, para o diálogo interdisciplinar fica cada vez mais latente a necessidade de cooperação e integração das áreas. Num contexto pós-moderno, caracterizado tanto por fragmentações como por convergências, as ciências devem voltar-se não para si mesmas, mas para a sociedade. Para isso devem estar atentas em responder às necessidades sociais, moldando sua *praxis* às realizações práticas concretas (ZAN, 2006). Além disso, como afirma Bourdieu (1989), uma mesma realidade empírica pode ser vista por diferentes perspectivas, o que a transforma depois dessa percepção em outra realidade.

Nessa perspectiva, o conhecimento de uma área considerada um todo, se enriquece no contato entre as partes de outros sistemas, o que nos sugere um forte vínculo de interdependência entre as áreas. Além disso, a própria ação de ordem/desordem instaurada no movimento dos conceitos gera a estrada pela qual os conceitos viajam, modelando-se aos novos contextos científicos que se inserem e alterando os contornos das ciências. Assim, como já afirmava Morin (2007), parece ser um equívoco considerar os conceitos de modo isolado e unívocos dentro de uma área de especialidade, uma vez que a evolução científica se dá de modo complexo, dinâmico e transdisciplinar através da migração de conceitos.

Na migração conceitual, o espaço de trocas entre discursos é denominado de *interdiscurso*. Nele, um conceito oriundo de outro campo, um objeto inicialmente heterogêneo, que pode ser marcado por aspas, citações ou pressuposições, ao ser apropriado, é ajustado à nova área. Segundo Dias (2011), essas operações de ajuste interdiscursivas

apresentam certa regularidade entre os campos discursivos que dialogam entre si. Exemplos dessas operações regulares estão nas restrições semânticas, deslocamentos de sentido ou mesmo escolhas ideológicas.

Outro aspecto observado por Pombo (2006) sobre a migração dos conceitos é a importância da extensão de sua validação de uma área para outra. Assim, a importação de conceitos de outras áreas traz em seu bojo aspectos metodológicos, instrumentais e ideológicos que podem ser usados em outra área para resolver um problema. No entanto, no caso da área que toma iniciativa da incorporação pode ocorrer a transfiguração ou manipulação dos conceitos que migraram. Além disso, a articulação entre as áreas pode ser assimétrica, beneficiando uma em detrimento de outra, mas também pode ocorrer um regime de trocas recíprocas, em que ambas aproximam-se e partilham conceitos comuns, acarretando até o surgimento de novas áreas (POMBO, 2006).

A autora, depois de discorrer sobre os níveis de integração disciplinar e sobre os tipos de relações entre as áreas, afirma que não é possível simplesmente distinguir as disciplinas em função de seu objeto de pesquisa ou natureza daquilo que tratam. Mesmo que sistemas unificados sejam criados para facilitar a classificação das áreas, a autora ressalta que muitos dos limites de fronteira são colocados em razão de questões administrativas, econômicas e resultado de lutas de poder. Dessa forma, Pombo (2006) afirma que muitas vezes são questões superficiais que norteiam a delimitação de fronteiras entre as áreas, desvirtuando-se do principal, a resolução de problemas e não a mera observação material em si. Além disso, cada disciplina seria incapaz de, sozinha, desvelar as diferentes facetas de um problema que está inscrito num contexto real de dinâmica transformação. É necessário, portanto, que as áreas estejam integradas, deixando-se cruzar, interpenetrar e fundirem-se, a fim de resolverem os problemas da sociedade.

Seguindo tal perspectiva, Gambier (2008) afirma que a própria Terminologia se faz cega em relação à migração de conceitos já que não existem áreas do conhecimento sem nos de conexão com outras áreas (GAMBIER, 1991, p.83). O autor ainda ressalta a importância da circulação de conceitos entre as novas áreas, que precisam do empréstimo de termos das áreas já delineadas para se constituírem.

Nesse ponto retomamos os estudos neológicos de Humbley (2009), já mencionados anteriormente, que abordam a questão dos campos ancestrais. Numa perspectiva diacrônica, o autor observa que grande parte dos novos termos de uma terminologia emergente são

constituídos com base em termos existentes em outra área, por ele denominado de campo/área ancestral. Dessa forma, novas terminologias se constituíram a partir de termos pioneiros de outro campo, que em interação com o campo emergente engendram o nascimento de novos termos.

Todavia, a migração entre conceitos não ocorre só em favor de novas áreas, mas também é recorrente entre áreas conexas, que partilham entre si conceitos, tanto de cunho funcional como teórico, podendo ter diferentes níveis de interposição. Sobre tal aspecto, Zellal (2008) ressalta a importância de se identificar os traços matrizes e os traços periféricos na base do conceito migrado. Para isso é necessário observar as mudanças conceituais contrapondo, por exemplo, a função de origem X à função do conceito na outra área; ou mesmo as alterações conceituais que ocorrem quando são formados novos termos por composição, ou derivação e até a função inicial de um primeiro termo e depois sua função ao receber outro termo.

Humbley (2009), sobre tal fenômeno, também afirma que as áreas de especialidade já possuem em si um caráter neológico, uma vez que possuem setores dinâmicos que, em contato com campos afins, naturalmente engendram o nascimento de novos termos. Dessa forma, as relações interdisciplinares em si mesmas favorecem a interface de terminologias entre as áreas e a produção de novos termos.

Por outro lado, Depecker (2002), ao invés de tentar delimitar os aspectos de fronteira atribuindo valores centrais e periféricos, prefere falar do caráter multidimensional do conceito. Nesta perspectiva, a compreensão de um termo é influenciada pelo ângulo de visão sob o qual se vê o conceito. A realidade de uma perspectiva pode variar segundo a língua, cultura, ou mesmo a área e a subárea. Dessa forma, Corbeil (1974) afirma, por exemplo, que duas disciplinas podem empregar, através de diferentes pontos de vista, vários significantes para o mesmo referente.

Essa porosidade em relação às áreas de especialidade é muito comum, e através dos tipos de relações conceituais podemos compreender melhor o nível de integração ou diálogo entre elas. Os conceitos podem se associar por inclusão, quando formam partes de um conjunto maior de traços que se associam. Podem ainda estabelecer uma relação de intersecção, quando compartilham propriedades comuns, ou ainda a relação disjuntiva, quando são díspares não possuindo elementos comuns, podendo tanto ser incorporados integralmente ou adaptados na área receptora (ZELLAL, 2008).

Uma terminologia semelhante é a postulada por Barth (1993), que distingue três principais relações entre conceitos: a relação conjuntiva, em que os conceitos reúnem-se a partir de propriedades comuns; a disjuntiva, o oposto da primeira, marcada por propriedades que se excluem; e a relacional, cujos conceitos apenas se singularizam quando se relacionam com outro elemento externo.

Além dessas relações conceituais, deve-se ponderar a etapa seguinte da migração, a sua modelização, ou seja, o momento em que os especialistas de uma área devem entrar em consenso acerca da incorporação do novo termo, suas funções e usos na área. É neste momento que se deflagram debates epistemológicos e ideológicos, já que a aceitação de um termo pode ajudar a modular os contornos da construção de um saber (SCHLANCER; STENGERS, 1991).

Por fim, podemos mencionar, além da noção de conceito nômade, outra terminologia que evidencia a interface entre as áreas, o *conceito pirata*. Segundo Veuille (1987), a noção de *conceito pirata* se estende por um grande número de disciplinas, podendo ser vista já no fim do século XIX com o surgimento de novas áreas que desenvolviam conceitos e mecanismos locais. Assim, segundo o autor:

Le concept pirate de corrélations est par excellence le concept de l'interdisciplinarité absolue, apatride, autosuffisant, libre de toute attache à un concept local. Par définition, il est à son aise partout, et sa mise en application ne requiert nulle justification a priori ou a posteriori (VEUILLE, 1987, p.66).⁴⁷

Para Ernst March (1996), filósofo do Círculo de Viena, a base do conhecimento era a sensação. Pouco importavam as causas e as leis que colocávamos à disposição da natureza, assim como as disciplinas particulares. O objetivo da ciência seria estabelecer as conexões entre as percepções. Antes de tudo buscar criar sistemas de imagens, representações do mundo relacionadas às forças das analogias e das metáforas, sendo que o papel da cientificidade seria colocar em interação modelos quantitativos e preditivos, religando entre eles suas sensações primeiras. Assim, qualquer nível de interface entre as áreas parte do princípio de que a unidade de toda ciência reside simplesmente em seu método, não em sua matéria (VEUILLE, 1987).

⁴⁷ O conceito pirata de correlações é por excelência o conceito de interdisciplinaridade absoluta, apátrida, autossuficiente, livre de todo o ataque de um conceito local. Por definição, existe a facilidade em qualquer local, e sua aplicação não requer nenhuma justificação, a *priori* ou a *posteriori* (VEUILLE, 1987, p.66, tradução nossa).

Em suma, devemos lembrar que é através do fluxo de informações e trocas entre as áreas científicas, através da migração conceitual, que a Ciência evolui. Nessa perspectiva retomamos Morin (2007, p.36), ao afirmar que se não fosse a *viagem clandestina dos conceitos*, rompendo as fronteiras disciplinares, haveria pouca evolução do conhecimento.

Considerações finais

Esta tese objetivou desvelar, a partir dos neologismos, as principais áreas que estabelecem interfaces com a Ciência da Informação. Nesse percurso exploratório de termos e áreas, foi possível observar as migrações conceituais de um campo para outro, o que se mostrou um aspecto relevante para os estudos neológicos em áreas de especialidade.

Iniciamos o percurso investigativo tendo como base o referencial teórico da Terminologia Comunicativa e os estudos sobre o neologismo, com destaque as pesquisas nas áreas de especialidade. Em seguida, conhecemos os principais aspectos teóricos e epistemológicos da Ciência da Informação, com o intuito de traçar um panorama da área. Em seguida, ocorreu a investigação terminológica propriamente dita, em que foi feita a coleta, pré-seleção e seleção dos neologismos, tendo como critério delimitativo o *corpus* de exclusão, composto de obras lexicográficas e artigos de periódicos da base BRAPCI.

A seleção dos neologismos nos propiciou observar as áreas que atualmente têm uma superfície de contato maior com a Ciência da Informação. A migração dos conceitos, ora formulando novas construções, ora ressignificando-as, permitiu-nos observar a riqueza da interface entre as áreas, e como tal contato é ativo e está em constante construção.

O exercício de identificar as grandes áreas, áreas e subáreas a partir dos termos encontrados na produção científica da Ciência da Informação não significou apenas fazer um mapeamento das interfaces da área. Esse procedimento serviu, antes de tudo, para verificarmos o caráter imanentemente interdisciplinar e dinâmico da Ciência da Informação, que desde sua origem é influenciada por campos distintos e percorre diferentes espaços intersticiais.

Ao contrário do que alguns autores afirmam, o caráter interdisciplinar da área não funciona como álibi justificando as idiosincrasias da Ciência da Informação no cenário pós-moderno. Nem tampouco o fato de a área se retroalimentar de outras áreas deve ser visto como algo menor, que fragilize sua paisagem epistemológica. Como qualquer outra área, principalmente as de caráter social, é essencialmente influenciada pelas mudanças socioculturais, moldando-se ao contexto. Porém, tais mudanças não alteram o cerne de sua essência, ou seja, os elementos próprios que marcam a sua identidade e função científica. Assim, as interfaces interdisciplinares modificam os contornos da área, não seu núcleo.

A análise dos neologismos nos revelou que, mesmo provenientes de áreas distintas, podendo ou não ter uma ressignificação específica na Ciência da Informação, foram agregados à área com propósitos bem semelhantes. Originados por viés mais tecnológico, social, psicológico ou até artístico, percebemos que, em comum, os neologismos constroem uma narrativa que corrobora a articulação e disseminação mais profícua da informação no meio social. Ampliam ou trazem à tona sentidos de teorias, materiais, produtos e ferramentas, todos em prol do melhor uso da informação.

Mesmo que o objeto informação esteja presente em diferentes áreas e desenvolva importante papel em várias delas, é na Ciência da Informação que existe o espaço para a reflexão sobre a melhor forma de se recuperar, organizar, categorizar e disseminar seu objeto, considerando para isso a natureza, meios, objetivos e principalmente o público-alvo.

Também foi observado que um entrave recorrente na compreensão da Ciência da Informação é confundi-la com a Biblioteconomia. Saracevic (1999), sobre tal temática, já afirmava que ambas são campos diferentes que possuem um forte vínculo interdisciplinar. A Biblioteconomia desempenha um papel mais voltado à transferência de informações, estando ligada aos interesses e objetivos de uma determinada instituição. Já a Ciência da Informação, numa perspectiva mais abrangente, compreende o conjunto de conhecimentos necessários para se buscar, recuperar, organizar, sistematizar, e disseminar as informações em qualquer meio. Assim, a Biblioteconomia seria uma das aplicações da Ciência da Informação num espaço institucionalizado, assim como podemos observar nos arquivos, museus e centros de memória. No entanto, a Ciência da Informação não restringe sua ação aos espaços institucionalizados, os lugares de memória; ao contrário, estende-se aos diferentes meios, usos e usuários.

Além disso, a noção de Ciência da Informação não é a mesma encontrada em sua origem. Não só o cenário, como as relações histórico-sociais se transformaram e tais mudanças também influenciaram os contornos da área. As disciplinas que na década de 70 corroboraram a sua formação também se transformaram, bem como os atores sociais envolvidos nesse processo. O profissional da informação deixou de ter um papel centralizador na mediação entre o usuário e a informação. Em contrapartida, o usuário final tornou-se o elemento-chave para todos os processos informacionais.

Com a revolução da internet e a ampliação do acesso à informação, o papel do usuário final ganhou mais espaço, tendo autonomia na busca e seleção de conteúdo. Em contrapartida, o profissional da informação não deve contentar-se apenas com o papel de mediador desse processo, uma vez que o usuário final realiza grande parte do processo de busca e seleção da informação. O diferencial desse profissional no cenário contemporâneo é o seu papel como criador de ferramentas que auxiliem a autonomia do usuário final, contribuindo indiretamente na recuperação mais eficaz e eficiente da informação.

Neste contexto dinâmico em que diferentes facetas da área se transformam, é notório que o arcabouço terminológico também reflita tais transformações. Nesse viés, a migração dos conceitos e sua instabilidade semântica revelam a importância do contexto na validação das escolhas terminológicas em uma área de especialidade. Retomando Wittgenstein, a linguagem, como um jogo, possui peças (palavras) que podem ser usadas seguindo determinadas regras (convenções linguísticas), que se adaptam a um contexto pragmático (situação de uso). Nessa perspectiva, os conceitos se modulam de acordo com seu uso no discurso, não tendo limites estáveis e facetas unívocas, uma vez que só adquirem verdadeira exatidão conceitual inseridos no contexto discursivo (MORENO, 2000).

Malberg (1976) já afirmava, há quase quarenta anos, sobre a impossibilidade de se traçar uma separação absoluta entre as ciências dizendo que: “As ciências não têm fronteiras: as matérias e os setores de pesquisa sobrepõem-se e necessitam-se mutuamente”. (MALBERG, 1976, p.21). Mesmo com a evidente especialização científica, o autor lembra que toda ciência, realmente especializada, apenas tem valor científico em conexão com outros conhecimentos. Uma especialidade não sobrevive ensimesmada. Nesse aspecto, o autor alerta para o perigo da superespecialização, em que os estudiosos preocupados com suas especialidades se esquecem de olhar para o conjunto, ignorando as devidas conexões que deveriam estabelecer entre seu trabalho individual e a realidade em que ele está inserido.

Neste ponto de conflito, Malberg (1976) salienta o importante papel da língua como elemento-chave na mediação das relações entre o pensamento e as atividades humanas. Duas pessoas nunca terão experiências idênticas de compreensão de um termo, as associações mentais sempre estarão vinculadas a níveis de instrução, opiniões, ambiente, repertório e condições individuais e sociais que podem interferir na compreensão de um sentido. No âmbito científico, a língua é a ponte entre o homem e o conhecimento. Todavia, a escolha do

caminho para atravessar essa ponte é feito pelo pesquisador ao escolher determinado ponto de vista.

Por fim, é interessante retomar a analogia que Jones (2010) estabelece entre os diferentes níveis de organização e operação dos elementos de um ecossistema e as áreas de conhecimento. Num ecossistema, cada elemento tem um determinado papel e ação que contribui com a dinâmica do todo. Porém, cada elemento não atua isoladamente, mas sempre em relação aos demais elementos que compõem a Biosfera, constituindo-se dessas relações a formação de um ecossistema global. No ecossistema da Ciência da Informação, diferentes áreas e subáreas corroboram para formar seu cenário científico. Mesmo em diferentes níveis e papéis, observamos que é na dinâmica dessas relações que a área se constitui e não numa caixinha de conceitos fechada em si mesma. Além disso, na própria noção de campo de conhecimento temos implícita a ideia de sua realização em um espaço social concreto, vulnerável às influências histórico-sociais em que o conhecimento está inserido. Seguindo tal perspectiva, Saldanha e Gracioso delineiam uma interessante definição sobre o conhecimento:

O conhecimento não é apenas o que se informa, ou o que dá forma, ou o que representa, mas o que se fragmenta e se compartilha, o que se reparte, o que se deforma para trocar, o que se comunica, que narra e que sensibiliza (SALDANHA; GRACIOSO, 2011, p.123).

Por fim, esperamos que este trabalho tenha contribuído como mais uma perspectiva para a compreensão entre as áreas do conhecimento. O fato de lidar com campos distintos, mas notoriamente dialogáveis, indica o potencial de análise no âmbito das interfaces e migrações conceituais, bem como deixa aberto o caminho para novos recortes e pesquisas futuras.

Referências

- ADAMO, G. La neologia italiana: panorama histórico, procesos de formación y nuevas tendencias en los neologismos de la prensa. In: ALVES, I. M. (org.). *Neologia e neologismo em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- ALMEIDA, C. C. *O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil*. 2005. 396f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- ALVES, I. M. A neologia do português brasileiro de 1990 a 2009: tradição e mudança. In: ALVES, I. M. (org.) *Neologia e neologismo em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.
- ALVES, I. M. A renovação lexical nos domínios de especialidade. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v.28, n. 2, abr./jun., 2006.
- ALVES, I. M. Integração de estrangeirismos à língua portuguesa. In: LIMA-HERNANDES, M.C; MARÇALO, M.J; MICHELETTI, G; MARTIN, V.L.R. (org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, v. 24, 2008.
- ALVES, I. M. Neologia e níveis de análise. In: ISQUERDO, A.N.; ALVES, I.M. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Humanitas, v.3, 2007.
- ALVES, I. M. Os conceitos de neologia e neologismo segundo as obras lexicográficas, gramaticais e filológicas da língua portuguesa. In: NUNES, J.H; PETTER, M. *História do saber lexical e a constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- ALVES, I. M. Neologismo - criação lexical. São Paulo: Ática, 1994. (Série Princípios).
- ALVES, I. M. Conceito de neologia. *Alfa*, São Paulo, v.40, p.11-16, 1996.
- ALVES, I.M. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. *Palavra*, Rio de Janeiro, v.5, p.69-80, 1999.
- ALVES, I. M. *Neologismo - criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ALVES, I. M. A integração dos neologismos por empréstimo por léxico português. *Alfa*, São Paulo, v.28, (supl.) p.119-126, 1984.
- ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como Ciência Social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- ARAÚJO, C. A. A. Ciência da informação como campo integrado para as áreas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Informação e Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173 - 189, jul./jun. 2010.

ARAÚJO, I. S. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.42-50, set. 2009.

ARTÊNCIO, L. M. *Princípios de categorização nas linguagens documentárias*. 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AUGER, P. Essai d'élaboration d'un modèle terminologique/terminographique variationniste. *TradTerm*, São Paulo, v.7, p.183-224, 2001.

AULETE, F. C. ; VALENTE, A.L.S. *Dicionário Caldas Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

BACHELARD, G. *The right to dream*. New York: Orion Press, 1971.

BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. 3ª ed. São Paulo: Plêiade, 1996.

BARRETO, A. A. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, L. B. (org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.

BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, abr., 2008.

BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: EdUSP, 2004.

BARTH, B. M. *Le savoir en construction*. Former à une pédagogie de /a comprehension. Paris: Nathan, 1993.

BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BASTIDE, R. (coord). *Usos do termo “estrutura” nas ciências humanas e sociais*. SP: Ed. Universidade de São Paulo, 1971.

BENVENISTE, E. *Problemas da linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BICALHO, L. M; OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*. Washington, jan., 1968.

BOULANGER J. C. Quelques observations sur l'innovation lexicale spontanée et sur l'innovation lexicale planifiée. *Banque des mots*, Paris, n. 27, p. 3-29, 1984.

BOULANGER, J. C. L'évolution du concept de Néologie, de la linguistique aux industries de la langue. In: Schaetzen, C. de (org.). *Terminologie diachronique*. Paris/Bruxelles: Conseil International de la Langue Française/Ministère de la Communauté de Belgique, 1989.

BOULANGER, J. C. Compte rendu: SABLAYROLLES, J.F. La néologie en français contemporain. Examen du concept et analyse de productions néologiques récentes. Paris: Honoré Champion, 2000. *Meta: Journal des traducteurs*, Montréal, Canada, v. 48, n. 3, p. 466-472, 2003.

BOULANGER, J. C. Néologie et terminologie. *Néologie en marche*. Montréal: Éditeur Officiel du Québec, 1979.

BOULANGER, J. C. Recensé: Neologica. Revue Internationale de Néologie. *Meta: Journal des traducteurs*, Montréal, Canada, v. 54, n. 2, p. 372-376, 2009.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOUZIDI, B. Néologicité et temporalité dans le processus néologique. *Synergies*, Algérie, n. 9, p. 27-36, 2010.

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009-.

BUCKLAND, M. K. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, Maryland, USA, v.48, p.808-809, 1997.

BUSH, V. As we may think. *Atlantic Monthly*, Boston, USA, v.176, n.1, p.101-108, 1945.

CABRÉ, M. T. La neologia, avui: el naixement d'una disciplina. In: CABRÉ, M. T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. *Lèxic i neologia*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra, 2002a.

CABRÉ, M. T. La néologie dans la presse catalane: premières données d'un observatoire de neologique. In: CABRÉ, M.T.; FREIXA, J.; SOLE, E. *Lèxic i neologia*. Observatori de neologia; Institut Universitari de Linguística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra: Barcelona, 2002b.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida; Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. et al. Evaluación de la vitalidad de una lengua a través de la neología: a propósito de la neología espontánea y de la neología planificada. In: CABRÉ, M.T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. *Lèxic i neologia*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002c.

CABRÉ, M. T. La neología efímera. In: CABRÉ, M. T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. *Lèxic i neologia*. Barcelona: Observatori de Neologia, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 2002d.

CABRÉ, M. T. La neologia, campo disciplinar y aplicado: utilidad y problemas en el trabajo neológico de los observatorios. In: ALVES, I. M. *Neologia e neologismo em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010.

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*. Amsterdam, v. 9, n.2, p. 163-200, 2003.

CANADÁ. Ministério de Obras Públicas e de Serviços Governamentais. O Pavel: curso interativo de Terminologia. Traduzido por Enilde Faulstich. Departamento de Tradução do Ministério de Obras Públicas e de Serviços Governamentais: Québec, 2004.

CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal [de] periódicos. Ministério da Educação: Brasília, 1990-.

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*. Maracaibo,Venezuela, n.1, ano 4, p. 11-29, jan./abr., 2003.

CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CÉLESTIN, T.; BERGERON, M. Le phénomène de la néologie technique et scientifique au Québec. I Colloque International – La neologie scientifique et technique: Bilan et perspectives. Rome, 28 nov.2003. *Actes...*Roma: Academie de Roumanie, 2003.

CIAPUSCIO, G.E. La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. *Organon*, Warsaw, Polish,v.12, n.26, p.43-65, 1998.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Brasília: IBICT- Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, 1972- .

CORBEIL, J. C. *Problématique de la synonymie en vocabulaire spécialisée*. Paris: Conseil International de la Langue Française, 1974.

CORREIA, M. Criatividade e inovação terminológica, novos desafios. I Colloque International – La neologie scientifique et technique: Bilan et perspectives. Rome, 28 nov.2003. *Actas...*Roma: Academie de Roumanie, 2003.

CORREIA, M. et al. O Observatório de Neologia do Português – ONP: criação e apresentação. XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa, 2004. *Actas...* Lisboa: APL, 2004.

CORREIA, M. *Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos*. Lisboa: Publicações Europa América, 1998.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R.O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 101-107, 1978.

DATAGRAMAZERO - Revista Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IASI - Instituto de Adaptação e Inserção na Sociedade da Informação, 1999-.

DAY, R. LIS, method, and postmodern science. *Journal of Education for Library and Information Science*, Philadelphia, p. 317-324, Fall, 1996.

DELATTRE, P. *Investigações interdisciplinares: objetivos e dificuldades*. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: antologia*. Porto/PT: Campo das Letras, 2006. (Publicação original: Interdisciplinares -recherches. Objectifs et difficultés. Encyclopedia Universalis, 1973, p. 387-397).

DEPECKER, L. *Entre signe et concept*. Paris: Presses Sornonne Nouvelle, 2002.

DEPECKER, L. Les aménagements néologiques de la fin du XXe siècle. I Colloque International – La neologie scientifique et technique: Bilan et perspectives. Rome, 28 nov.2003. *Actes...*Roma: Academie de Roumanie, 2003.

DESMET, I. Évolutions théoriques et méthodologiques dans la recherche en néologie scientifique et technique. I Colloque International – La neologie scientifique et technique: Bilan et perspectives. Rome, 28 nov.2003. *Actes...*Roma: Academie de Roumanie, 2003.

DIAS, F. S. *Migração conceitual entre sistemas de recuperação da informação e ciências cognitivas: uma análise discursiva*. 2011. 175f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

DOMINGUES, I. Em busca do método. In: DOMINGUES, I. (org.) *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

DUBUC, R. *Manual práctico de terminología*. Tradução de Ileana Cabrera. Chile: RiL Editores, 1999.

DUBUC, R. Vie des néologismes. *Meta: Journal des traducteurs*, Montréal, Canada, v. 13, n. 4, p. 188-190, 1968.

DUCHEYNE, S. Paul Otlet's of knowledge and linguistic objectivism. *Knowledge Organization*, Copenhagen, Denmark, v.32, n.3, p.110-116, 2005.

DUMAS, B. Les savoirs nomade. *Sociologie et sociétés*, vol. 31, n° 1, p. 51-62, 1999.

DURY, L. Les variations sémantiques em terminologie: études diachronique et comparative appliquée à l'écologie. In: DELAVIGNE, V.; BOUVERET, M. (orgs.) *Sémantiques des termes spécialisés*. Rouen: Dyalang, p.17-32, 1999.

DURY, P. Néologie et traduction spécialisée. *Séminaire CVC*. Bruxelles: Termisti, 2011.

DURY, P.; DROUIN, P. When terms disappear from a specialized lexicon: A semi-automatic investigation into necrology. *ICAME Journal*, Lancaster, United Kingdom, n. 35, 2011.

ENCONTROS BIBLI. Florianópolis: UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, 1996-.

FIORIN, J.L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

FOUREZ, G. *A construção das ciências*- introdução à Filosofia e a Ética das ciências. Trad. Luiz Paulo Rouanet. SP: Editora da Unesp, 1995.

FRAENKEL, B. La carrier du concept d'actant. In: BORZEIX A. FRAENKEL B. (dir). *Language et Travail, Communication, Action*. Paris: Éditions du CNRS, 2001.

FREIRE, A. et al. *Critérios de criação e avaliação de termos neológicos*. Foz do Iguaçu: UNICIN, 2009.

FREIRE, G. H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspectiva da Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREIXA, J. La dimensión social da neologia. In: CABRÉ, M.T. et al. I Congres Internacional de Neologia de les llengues romaniques - CINEO. Barcelona, 2008. *Actes...* Barcelona: IULA- Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2008. (Serie Activitats, 22).

FREIXA, J. Paraules amb rareses. *Terminàlia*, v.1, p. 7-16, 2010.

FREIXA, M.; ALCOBÁ, S. Neología y uso: diccionarios y libros de estilo. I Congres Internacional de Neologia de les Llengues romaniques. IULA - Institut Universitari de

Lingüística Aplicada. Universitat Pompeu Fabra. *Actes...* Barcelona, 2010. (Serie Activitats, 22).

GALDO, A.; VIEIRA, A. F. G; RODRIGUES, R.S. Classificação social da informação na web: tecnologia, informação e gente. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.10, n.6, dez., 2009.

GALVÃO, M. C. B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan. /abr. 1998.

GAMBIER, Y. Presupposes de la terminologie: vers une remise en cause. *Cahiers de linguistique sociale*. Univeriste de Rouen, n.18, p.30-58, 1991.

GARCIA, J. C. R. Conferências do Geórgia Institute of Technology e a ciência da informação: “de volta para o futuro”. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v.12, n.1, p. 54-66, 2002.

GARDIN, B. La néologie, aspects sociolinguistiques. *Langages*, Rouen, France, n.36, p 67-73, 1974.

GAUDIN, F. *Pour une socioterminologie – des problemes semantiques aux pratiques institutionnelles*. França: Université de Rouen, 1993.

GERVET, J. Une réalité en quete de concept. In: STENGERS, I. (ed.). *D'une Science a l'autre - des concepts nômades*. Paris: Seuil, 1987.

GIAFRET, A. ; ROSSI, M. Entre néologisme et variation terminologique dans le domaine des tic: une analyse contrastive de trois langues romanes. In: CABRÉ, M.T. I Congres Internacional de Neologia de les llengues romaniques. Barcelona - CINEO, 2008. *Actes...* Barcelona: IULA- Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2008. (Serie Activitats, 22).

GOMES, H. F., Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, 2001.

GONÇALVES, C. A. V.; ALMEIDA, M. L. L. Por uma cibermorfologia: abordagem morfossemântica dos xenoconstituintes em português. In: MOLLICA, M. C.; GONZALEZ, M. (Orgs.) *Linguística e Ciência da Informação: diálogos possíveis*. Curitiba: Appris, 2011. p. 105-127.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000.

GRACIOSO, L.S.; SALDANHA, G.S. *Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem: do pragmatismo informacional a web pragmática*. Araraquara: Junqueira e Marin, 2011.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse 1975.

GUILBERT, L. Théorie du néologisme. *Cahiers de l'Association internationale des études francaises*, Paris, France, n.25. p. 9-29, 1973.

GUSDORF, G. Conhecimento interdisciplinar. In: POMBO, O.; GUIMARAES, H.M.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade*: antologia. Porto/PT: Campo das Letras, 2006.

GUSDORF, G. O gato que anda sozinho. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade*: antologia. Porto/PT: Campo das Letras, 2006. (Entrevista concedida a POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T.: Strasbourg, França, 1991).

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HUMBLEY, J. Issues of distance and proximity in neologisms, as instanced in e-commerce, *Asp*, Paris, France, nov. 2011a.

HUMBLEY, J. La néologie du point de vue rétrospectif. *Langages*, Rouen, France, v.3, n. 183, p. 51-62, 2011b.

HUMBLEY, J. La néologie en Terminologie. In: SABLAYROLLES, J.F. (org.). *L'innovation lexicale*. Paris: Honoré Champion, 2003.

HUMBLEY, J. La terminologie française du commerce électronique, ou comment faire du neuf avec de l'ancien – vers une géomorphologie lexicale. Actes de la Vè Journée scientifique de REALITER, Milan (Italie): Terminologie et plurilinguisme dans l'économie internationale. *Actes...* Milan, 2009.

HUMBLEY, J.; KÜBLER, N. Néologie d'origine, néologie de transfert: à la recherche d'une complémentarité . 4th Joint Seminar of TERMISTI and CVC, Brussels. *Actes...* Brussels, 29 april 2011.

INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: ESTUDOS. João Pessoa: Universidade Federal de Pernambuco, 1991-.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. ISO 10241-1: Terminological entries in standards. Part 1: General requirements and examples of presentation. Génève: ISO, 2011.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. ISO 1087-1. Travaux terminologiques - vocabulaire. Partie 1: théorie et application. Génève: ISO, 2000.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. ISO 704. *Principles and methods of terminology*. 2ª.ed. Génève: ISO, 2009.

INTERNATIONAL STANDARD ORGANIZATION. ISO 860: terminology work: harmonization of concepts and terms. Génève: ISO, 2007.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JONES, B. Hierarchies of action: a concept for library and information science. *Journal of Documentation*, v. 67 n. 4, p. 695-709, 2001.

KAGEURA, K. The dynamics of morphemes in Japanese Terminology. *Journal of Natural Language Processing*, Manipur, India, v.10, n. 4, july 2003.

KAGEURA, K. *The dynamics of terminology: A descriptive theory of term formation and terminological growth*. Amsterdam, Philadelphie: Benjamin, 2002.

KAMIKAWACHI, D. S. L. *Aspectos semânticos da definição terminológica (DT): descrição linguística e proposta de sistematização*. 2009. 161f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

KLEIN, J. T. Interdisciplinarity and complexity: an evolving relationship. *E-CO*, Arizona, v.6, n.1-2, 2004.

KORNWACHS, K.; KOSNTANTIN,J.(ed.). *Information: New Questions to a Multidisciplinary Concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996.

KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia – teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. G. A face linguística da Terminologia. In: KRIEGER, M.G.; MACIEL, A.M.B. (orgs.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre; São Paulo: Universidade UFRGS; Humanitas, p.22-33, 2001.

KRIEGER, M. G. Terminologia revisitada. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.16, n. 2, p.209-228, 2000.

KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LARIVIÈRE, L. Comment formuler une définition terminologique. *Meta*, Montréal, Canada, v. 41, n.3, 405-418, 1996.

LAVAQUI, V.; BATISTA, I. L. Interdisciplinaridade em ensino de Ciências e de Matemática no Ensino Médio. *Ciência & Educação*, Bauru, v.13, n.3, set./dez. 2007.

LE COADIC, Y. F. *A ciência da informação*. São Paulo: Briquet Lemos, 2004.

LENOIR, Y. Didática e interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. In: FAZENDA, I. C. A. (org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

LEVET, P. Les rapports difficiles du rationnel et du normatif. In: STENGERS, I. (ed.). *D'une Science a l'autre - des concepts nômades*. Paris: Seuil, 1987.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na Era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

LILLEY, D. B; TRICE, R. W. *A history of information science 1945-1985*. United Kingdom: Academic Press, 1989 (Library and Information Series).

LINO, M. T. R. F. Língua portuguesa, língua das ciências e das técnicas. Actas do Colóquio Internacional de Língua Portuguesa. *Actas...* Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1989.

LÓPES YEPES, J. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento? *Scire*, Zaragoza, España, v.3, n.1, p.11-29, ene./jun. 1997.

MALMBERG, B. *A língua e o homem*. Introdução aos problemas gerais da Linguística. RJ: Editorial Nórdica, 1976.

MARCH, E. *L'analyse des sensations*. Paris: Chambon, 1996.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

MERCER, K. Welcome to the jungle. In: RUTHERFORD, J. (org.) *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

Meta: Journal des traducteurs, Montréal, Canada, v. 54, n. 2, p. 372-376, 2009.

MOREIRA, M. P; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da Informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.7, n.4, ago., 2006.

MORENO, A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem*, ensaio introdutório. São Paulo: Unicamp, 2000.

MORIN, E; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade*. 2ªed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

MORIN, E. A Articulação dos saberes. In.: MORIN, E., ALMEIDA, M. C.; CARVALHO, E. A. (orgs). *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

MORIN, E. *O método III: o conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Publicação Europa-América, 1987.

NICOLESCU, B. et al (orgs) *Educação e transdisciplinaridade*. Tradução de VERO, Judite; Mello, Maria F. de; SOMMERMAN, Américo. Brasília: UNESCO, 2000 (Edições UNESCO).

OBSERVATORI DE NEOLOGIA. *Metodologia del trabajo en neología: criterios, materiales y procesos*. Barcelona: IULA; Universitat Pompeu Fabra, 2004. (Série monografies, 9).

OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas. *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, p.263-268, 1995.

OLIVEIRA, A. R. S. R. *Processo terminográfico: vertentes conceptual, comunicativa e textual*. 2010. 586f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

OTLET, P. *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1997. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PAVEL, S. *Néologie lexicale: transfert, adaptation, innovation*. *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction*, Québec, Canada, v. 2, n. 1, p.125-137, 1989.

PAVEL, S.; NOLET, D. *Manual de Terminologia*. [Em linha]. (Adaptação para a língua portuguesa por Enilde Faulstich). Canadá: Ministério de Obras Públicas e Serviços Governamentais, 2002.

PEREIRA, E. S. *Aspectos da variação na linguagem econômica do Brasil colonial*. 2012. 187f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PERSPECTIVA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Belo Horizonte: UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais, 1996- .

PINHEIRO, L. V. R. *Ciência da informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006. (material de aula).

PINHEIRO, L. V. R. *A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. 278f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, L. V. R. *Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. Informação e sociedade – estudos* . v.15, n.1, 2006.

POMBO, O. Contribuição para um vocabulário sobre interdisciplinaridade. (selecção e organização). In: POMBO, O. ; LEVY, T. e GUIMARAES, H. *A Interdisciplinaridade: Reflexão e Experiência*, Lisboa: Ed. Texto, 2ª edição (revista e aumentada), p. 92-97. 1994.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, mar., p. 3 -15, 2004.

POMBO, O. Práticas interdisciplinares. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 15, jan/jun., p. 208-249, 2006.

POSTOLEA, S. New Trends and Concepts in the Study of Neology in Specialized Translation. *Yearbook of Petrei Andrei University Iasi*, Romenia, v.8, n.1, p. 529-538, 2011.

QUEMADA, B. Bilan des applications de l'informatique aux études lexicologiques. *Meta: Journal des traducteurs*, v. 18, n. 1-2, p. 87-102, 1973.

RABELLO, R. *A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação*. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 26, 2º sem., 2008.

RADAMÉS LINARES, C. *Ciencia de la Información- su historia y epistemología*. Bogotá, Colombia: Editorial Rojas Eberhard, 2005.

RAYWARD, W. B. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections in biography. *Journal of Librarianship and Information Science*, Toronto, Canada, v.23, p.135-145, sep., 1991.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. *Journal of the American Society for Information Science*, Maryland, USA, p.235-250, may 1994.

REY, A. *Essays on Terminology*. Translated and edited by Juan C. Sager. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1995.

REY, A. Dictionnaire et néologie. In: Terminologie et technologies nouvelles. Colloque tenu à Paris du 9 au 11 décembre 1985. *Actes...* Office de la langue française-Commissariat général de la langue française: Québec-Paris, p. 279-289, 1988.

REY, A. *La Terminologie: noms et notions*. Paris: Presses Universitaires de France, 1979.

REY, A. *Le Lexique*, images et modèles: du dictionnaire à la lexicologie. Paris:Colin, 1977.

REY, A. Néologisme: un pseudo-concept? *Cahiers de lexicologie*, Paris, France, n. 28, p. 3-17, 1976.

RIBEIRO, C.M.; SANTOS, G.C. *Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática*. Campinas: Átomo, 2008.

ROBREDO, J. *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas*. 4ªed. Revista e ampliada. Brasília, DF: Edição de autor, 2005.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. *El documento: entre la teoría y la renovación*. Gijon: Trea, 2002.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, 1996.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

RUSS, U. *Les méthodes en philosophie*.Paris: Colin, 1992.

SABLAYROLLES, J. F. *Créativité lexicale et évolution du lexique*. VI Colóquio: Os estudos lexicais em diferentes perspectivas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010a. (Ciclo de Palestras).

SABLAYROLLES, J. F. Etudes néologiques en français de France. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I.M (org.) *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS; Humanitas, v.3, 2007.

SABLAYROLLES, J. F. *La néologie en français contemporain*, Examen du concept de productions néologiques récentes, Honoré Champion éditeur, Paris, 2000.

SABLAYROLLES, J. F. *Le sentiment néologique*. VI Colóquio: Os estudos lexicais em diferentes perspectivas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010b. (Ciclo de Palestras).

SABLAYROLLES, J. F. Néologisme et nouveauté(s). *Cahiers de lexicologie*, Paris, v.2, n. 69, p. 5-42, 1996.

SAGER, J. C. *Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología*. Madrid: Fundación G.S. Ruipérez, 1993.

SARACEVIC, T. Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, 50, Maryland, USA, p.1051–1063, 1999.

SCHLANCER, J.; STENGERS, I. *Les concepts scientifiques*. Paris: Gallimard, 1991.

SCURTU, G. DINCA, D. (ed.). *Typologie des emprunts lexicaux français en roumain* Fondements théoriques, dynamique et catégorisation sémantique. Craiova: Editora Universitária, 2011.

SHERA, J. Sobre biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação. In: SHERA, J. *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

SILVA, M. M. A. Neônimos oriundos de tradução e suas formações morfológicas em língua de especialidade. *Acta Scientiarum Language*, Maringá, v.22, n.1 p.33-40, 2000.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, p.67-86, 2010.

SIMEÃO, E. *Comunicação extensiva e Informação em Rede*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006.

SIQUEIRA, J. C. A noção do termo folksonomia: uma abordagem terminológica. *Tradterm*, São Paulo, v. 20, p. 129-145, 2012.

SMIT, J. Arquivologia, biblioteconomia e museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação São Paulo*, São Paulo, v. 1, n.2, p. 27-36, fev. 2002.

SMIT, J. W. ; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, fev., 2004.

SMIT, J. W. ; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, fev., 2004.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v.1, n.1, jan./jun., 2007.

SMITH, L. Interdisciplinarity: approaches to understanding library and information Science as an interdisciplinary field. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Los Angeles: Taylor Graham, 1993.

SOLE, E. Textos e neologismos. In: CABRÉ, M. T.; FREIXA, J.; SOLE, E. *Lèxic i neologia*. Observatori de neologia; Institut Universitari de Linguística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra: Barcelona, 2002.

SOUZA, R. F. Áreas do conhecimento. *DataGramZero*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004.

STENGERS, I. (ed.). *D'une Science a l'autre - des concepts nômades*. Paris: Seuil, 1987.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, n. 1, jul. 2004.

TEMMERMAN, R. *Towards new ways of Terminology Description: the Sociocognitive Approach*. John Benjamins Publishing: Amsterdam, 2000

TEMMERMAN, R. Ways of managing the dynamics of terminology in multilingual communication. *SCOLIA*, Strasbourg, France, v.25, p. 105-122, 2011.

TOMÁ, A. Neologie. Terminologie, Vulgarization. CABRÉ, M.T. I. Congres Internacional de Neologia de les Llengues Romaniques. CINEO, 2008. *Actes...* Barcelona: IULA- Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2008. (Serie Activitats, 22).

TONINI, R. S. S.; BARBOSA, M. A. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação determinando a formação de seus profissionais. In: 7 Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa de Informação (CINFORM), 2007, Salvador. *Anais...* Salvador, 2007.

VARGA, C. Anglicismos en informática. Incorporación, extensión y generalización de los neologismos en rumano. CABRÉ, M.T. I Congres Internacional de Neologia de les Llengues Romaniques. CINEO, 2008. *Actes...* Barcelona: IULA- Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 2008. (Serie Activitats, 22).

VEUILLE, M. Le concept pirate. In: STENGERS, I. (ed.). *D'une Science a l'autre - des concepts nômades*. Paris: Seuil, 1987.

WEBCORP. United Kingdom: Birmingham University, 2012. Disponível em: <<http://www.webcorp.org.uk/live/>>.

WERSIG, G. Information science and theory: a weaver bird's perspective. In: VAKKARI, P., CRONIN, B., eds. *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. The International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies of University of Tampere, 1991, Proceedings...* Finland. London, Los Angeles: Taylor Graham, p. 201-217. 1992.

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, Indiana, USA, v. 29, n. 2, p.229-239, 1991.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, Indiana, USA, v. 29, n. 2, p.229-239, mar. 1993.

WERSING, G. NEVELLING, U. The phenomena of interest to information science. *Information Scientist*, England, UK, v. 9, n.4, p. 127-1490, dec. 1975.

WIDAL. P. Pour une physiologie du néologisme. *Meta: Journal des Traducteurs*, Montréal, Canadá, v. 18, n. 4, p. 355-364,1973.

WÜSTER, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

ZAN, J. A ciência moderna e o problema da desintegração da unidade do saber. In: POMBO, O.; GUIMARAES, H. M.; LEVY, T. *Interdisciplinaridade: antologia*. Porto/PT: Campo das Letras, 2006.

ZELLAL, N. Nature de contact entre les domaine spécialisés. *Revue de Terminologie Française*, Paris, n.77, p.77-103, 2008.

ANEXO - Bibliografia utilizada no trabalho terminológico

ABIB, G.; BULGACOV, S.; AMORIM, A. L. M. A estrutura informacional no processo de decisão estratégica: estudo baseado na estratégia enquanto prática. *Journal of Information Systems & Technology Management*, São Paulo, v.4, n.3, p.333-353, jul.2007.

AGUIAR, A. B.; PACE, E. S. U. ; FREZATTI, F. Analise do inter-relacionamento das dimensões das estruturas de sistemas de controle gerencial: um estudo piloto. *RAE-Eletrônico*, São Paulo, v.3, n.1, p.1-21, jan./abr. 2009.

ALBUQUERQUE, J. P. Flexibilidade no modelo do Business Processes: uma relação multidimensional. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 52, n.3, p.313-329, 2012.

ALMEIDA, S. V.; ALVES, V. M. Uma proposta antropológica para o futuro do Museu de Arte Popular. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 467-480, 2009.

AMARAL, R. M.; GARCIA, L. G.; ALIPRANDINI, D. H. Mapeamento e gestão de competências em inteligência competitiva. *DataGramaZero*, v. 9, n. 6, dez. 2008.

AMARAL, S. A.; SOUSA, A. J. F.P. Qualidade da informação e intuição na tomada de decisão organizacional. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 133-146, jan./abr. 2011.

AMIEL, T.; OREY, M.; WEST, R. Recursos educacionais abertos (REA): modelos para localização e adaptação. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. esp.,p.19-31, 2011.

AMORIM, I. R.; AMARAL, R. M. Mapeamento de competências em bibliotecas e unidades de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte v. 16, n. 2, p.22-36, 2011.

AMORIM, A. M. Design e construção de nova interface para a BVS Psicologia (BVS-PSI Brasil) e a experiência de criação do protótipo da BVS ULAPSI: facilitando a vida de usuários. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 99-111, jan./jun. 2006.

ANDRADE, M. S. Ensinante e aprendente: a construção da autoria de pensamento. *Construção em Psicopedagogia*, São Paulo, v.14, n.11, p.35-66, dec., 2006.

ANJOS, I. S. V. Ciberespaço: um apelo à Teologia. *Revista Eletrônica Espaço Teológico*, Brasília, v.4, n.6, p.29-38, 2010.

AQUINO, M. A.; BEZERRA, L. T. S.; OLIVEIRA, H. P. C.; SILVA, V. G.O hipertexto como objeto multimídia na (in)formação de aprendente . *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2010.

AQUINO, S. A. B. M.; CAMPOS, A. J. S. Usabilidade da interface de sites e-commerce. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*. Salvador, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, n.1, ano 1. ago. 2010.

AQUINO, M. C. A folksonomia como hipertexto potencializador de memória coletiva: um estudo dos links e das tags no de.licio.us e no Flickr. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 303-320, set. 2008.

AQUINO, M. A.; COSTA, A. R. F.; BEZERRA, L. T. S.; SILVA, H. C. L. Os objetos multimídia como dispositivo na sociedade da aprendizagem” uma questão de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 157-172, jul./dez. 2006.

ARAYA, E. R. M.; VIDOTTI, S. A. B. G. Direito autoral e tecnologias de informação e comunicação no contexto da produção, uso e disseminação de informação: um olhar para as Licenças Creative Commons. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 39-51, set./dez. 2009.

ASSIS, J. ; MOURA, M. A. A Qualidade da Informação na Web: uma abordagem semiótica. *Informação & Informação*, Londrina, v.16, n.3, p.96- 105, 2012.

BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. Considerações sobre o mercado de trabalho do bibliotecário. *Información, Cultura y Sociedad*, Buenos Aires, v.12, p.35-51, jun. 2005.

BARACHO, R. A.; BARBOSA, C. R. O objeto museal em diferentes contextos e mídias. *Em Questão*: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 197-210, 2011.

BARBOSA, R. R.; SEPULVEDA, M. I. M.; COSTA, M. U. P. Gestão da Informação e do conhecimento na era do compartilhamento e da colaboração. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2008.

BARRETO, A. A. Os documentos de amanhã: a metáfora, a escrita e a leitura nas narrativas em formato digital. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, fev. 2009.

BATISTA, G. H. R. Redes de Conceitos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2004.

BEHR, A.; CORSO, K. B.; RUAS, R. L.; FREITAS, H. M. R.; MARTENS, C. D. P.; EGGERS, I. Mapeamento de competências na pequena empresa de software: o caos da ABC LTDA. *Revista de Gestão e Projetos*, São Paulo, v.1, n.1, p.141-153, 2010.

BERNARDI, A. J. Informação, comunicação, conhecimento: evolução e perspectivas. *Transinformação*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2007.

BICUDO, M. A. B.; ROSA, M. Educação Matemática na realidade do ciberespaço - que aspectos ontológicos e científicos se apresentam? *Revista Latinoamericana de Investigación en Matemática Educativa*, Cidade do México, v.13, n.1, p.33-58, mar., 2010.

BINOTTO, S. F. T.; BASSO, M. V. A. Banco Internacional de objetos educacionais: um relato de experiência do projeto ODIN. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p.12-27, jan./jul. 2012.

BITENCOURT, F. de O. ; LUIZ, A. J. L. Análise quantitativa da produção científica: o caso da Embrapa Meio Ambiente. In: REUNIÃO ANUAL DA REGIÃO BRASILEIRA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE BIOMETRIA, 53., 2008, Lavras. *Anais...* Lavras: UFLA, 2008.

BJÖRNEBORN, L.; INGWERSEN, P. Perspectives of webometrics. *Scientometrics*, v.50, n.1, p. 65-82, 2001. Disponível em: <<http://www.db.dk/lb/2001webometrics.pdf>>. Acesso em: 29 jan.2013.

BRIGNOLI, J. T.; SEWALD JUNIOR, E. ; MIGUEZ, V. B.; SANTOS, N.; SPANHOL, F. A intervenção humana na qualificação de processos de data mining: estudo de caso em uma base de dados hipotética. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 17, n. Esp., p. 110-124, 2012.

CABRAL, A.; LUCAS, E. R. O; TRISKA, R. Serviço de referencia no ambiente second life: apresentação de pesquisa. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 180-200, jan./jun. 2010.

CAIXETA, M. L.; RODRIGUES, R. B. A decisão como resultado de um processo social da informação compartilhada. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, n. 1, p. 81-104, jan./jun. 2008.

CALDEIRA, C. P. A ecologia da informação na definição de domínios. CONTECSI - International Conference on Information Systems and Technology Management, 6º, São Paulo. 03a 5 jun. 2009 *Anais...* São Paulo: EAC/FEA/USP, 2009.

CANONGIA, C.; PEREIRA, M. N. F.; ANTUNES, A. Modelo de estratégia de prospecção de setores intensivos em P&D: sinergias entre Inteligência Competitiva (IC), Gestão do Conhecimento (GC), e Foresight (F). *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, fev. 2006.

CANONGIA, C., SANTOS, D. M., SANTOS, M. M., ZACKIEWICZ, M. Foresight, Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento: instrumentos para a gestão da inovação. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v11, n.2, p. 1-20, mai./ago. 2004.

CAPUANO, E. A.; MACHADO, M. A.; CASAES, J. ; COSTA, J. R.; JESUS, M. S. Inteligência competitiva e suas conexões epistemológicas com gestão da informação e do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 19-34, maio/ago. 2009.

CARDOSO, M. H. Software social no ambiente corporativo: transformando a produção e disseminação de conhecimento nas organizações. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, ago. 2007.

CARVALHO, E. L.; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para a tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. *Informação & Informação*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-133, jul./dez. 2002.

CARVALHO, R. B.; MATTOS, F. A. M. Análise mediacional: uma contribuição da ciência da informação para o mercado de capitais. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 133-145, jan./abr. 2008.

CARVALHO VARANDA, R.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. Construção e validação da escala de reações à interface gráfica para cursos de educação à distância. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.26, n.2, p.371-380, abr./jun. 2010.

CARVALHO, W. A. *Um olhar sobre competência informacional em biblioteca escolar*. Florianópolis: Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CASTRO, C. A.; SOUSA, M. C. P. Pedagogia de projetos na biblioteca escolar: proposta de um modelo para o processo da pesquisa escolar. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 134-151, jan./abr. 2008.

CATARINO, M. E; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na web. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, jun. 2007.

CATARINO, M. E. ; BAPTISTA, A. A. Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da web. *Informação & Informação*, v. 14, n. esp., 2009.

CAVALCANTE, L. E. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 152-170, 1º sem. 2007.

CAVALCANTE, L. E. Os percursos da memória: a exposição virtual “Certes postales du Québec d’antan” como fonte de informação histórica. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 99-105, set./dez. 2007.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p.23-38, jul./dez. 2007.

COCCO, G.; VILARIM, G. O. Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 173-190, set. 2009.

COMARELLA, R. L.; CAFE, L. M. A. Chatterbot: conceito, características, tipologia e construção. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 55-67, maio/ago. 2008.

CONTI, D. L.; PINTO, M. C. C. Ferramentas colaborativas para bibliotecas. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 07-21, jan./jun. 2010.

CORNELSEN, J. M.; NELLI, V. J. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006.

COSTA, M. M; CUNHA, M. B. O social bookmarking como instrumento de apoio à elaboração de guias de literatura na Internet. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr.2012.

COUTINHO, C. P. Del.icio.us: uma ferramenta da Web 2.0 ao serviço da investigação em educação *Educação, Formação & Tecnologias*, Lisboa, v. 1, n.1,p.104-115, maio 2008.

CRESCITELLI, E.; OLIVEIRA, E. C.; BARRETO, I. F. A internet como fonte informacional para o sim: os processos de captação e as formas de avaliação. *Journal of Information Systems & Technology Management*, São Paulo, v.3, n.3, p.347-371, jul. 2006.

CRUZ, A. P. C.; ESPEJO, M. M. S. B.; COSTA, F.; ALMEIDA, L. B. Perfil de redes de cooperação científica: congresso USP de controladoria e contabilidade (2001 a 2009). *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 22, n.55, p.64- 88, jan./abr., 2011.

CUSIN, C. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Inclusão digital via acessibilidade web. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 45-65, mar. 2009.

DANTAS, G. G. C.; AQUINO, M. A. Aprendendo com o uso de softwares educativos para ativar inteligências múltiplas (IM). *Em Questão*: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 147-168, jan./jun. 2007.

DEMETERCO, J. ; ALCANTARA, P. R. O mundo virtual como ferramenta interativa no ensino-aprendizagem colaborativo. *Comunicar*, Toluca, v. 5, n.23 p.77-89, jul. 2004.

DEMETERCO, J. ; BRASIL, P. R. A. O mundo virtual como ferramenta interativa no ensino-aprendizagem colaborativo. *Comunicar*- Revista Científica de Comunicación y Educación, Huelva, v.23, p.77-81, 2004.

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, out. 2008.

DIAS, G. A.; HENN, G.; SILVA, J. W. M. Tecnologia da informação e serviços de referência eletrônicos: uma proposta de aplicação baseada em chatterbots e ontologias. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 47-61, 1º sem. 2007.

DODEBEI, V. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr./2011.

DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, out. 2008.

DIAS, G. A. et al. Representando o conhecimento através de ontologias: o caso do chatterbot Lunmi. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: ANCIB, 2007.

DIAS, G. D. et al. Ambientes virtuais de aprendizagem colaborativa. Seminário em Ciência da Informação, 4º, Londrina, 26-28 set.2011. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

DRAGO, I. ; SATO, K. A. S.; RIBEIRO, M.; SILVA, H. N. Metodologias que estimulam o compartilhamento de conhecimento: a experiência do Global Fórum América Latina- GFAL. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, Brasília, v. 1, n. 1, p.38-49, 2011.

DUARTE, A. B. S. Ciclo informacional: a informação e o processo de comunicação. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 57-72, 2009.

DUDZIAK, E. A. Em busca da pedagogia da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 166-183, jul./dez. 2011.

ESSLIN, S.R. A estruturação no processo decisório de problemas multicritérios complexos. 2006. Dissertação. (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. S.; SANTAROSA, L. M. C. BIBLIOTEC II: o bibliotecário como mediador propiciando a inclusão informacional, social, educacional e digital através da EAD. *Informação & Sociedade: Estudo*, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 119-131, jul./dez. 2006.

ESTABEL, L.B.; MORO, E. L. S. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação a distância em ambientes virtuais de aprendizagem. *Ciência da Informação*, Campinas v. 35, n. 3, p. 23-32, set./dez. 2006.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. S.; SANTAROSA, L. M. C. A inclusão social e digital de pessoas com limitação visual e o uso das tecnologias de informação e de comunicação na produção de páginas para a Internet. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 94-101, jan./abr. 2006.

FAZITO, D. A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.49, p.689-729, 2006.

FERNÁNDEZ, A. O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamentos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERREIRA, M. M.; BOTTENTUIT, A. M.; FREITAS, G. L. A dimensão do curso de gestão de Arquivo na Universidade Federal do Maranhão. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2007.

FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). *Economia Aplicada*, Zaragoza, v.11, p.425-445, 2007.

FONSECA, L. R. Um Caso de Simbiose entre o Modelo “Melhoria de Processos do Software Brasileiro” (MpsBr) e Aprendizagem Organizacional: um Estudo em uma Organização de Desenvolvimento de Software. *Revista Gestão & Tecnologia*, Pedro Leopoldo, v.11, n.2, p.53-72, 2011.

FREIRE, G. H. A. Redes virtuais de aprendizagem na sociedade e na pesquisa. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 55-67, 1º sem. 2008.

FREITAS, M. F. A.; ANDRADE, T. T.; LIMA, V. G. M. ; Ferreira Da Cunha VIEIRA, E. R. F. C. Redução de custos no sistema Just-in-time: um estudo em uma empresa de confecções de São José de Mipibu. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v.3, n.2,p.116-127, 2011.

FONSECA, P. M.; MARTINS, V. P. A era digital nas instituições de guarda brasileiras: a experiência da rede da memória virtual brasileira. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./jun. 2007.

FUZI, R. Y. M.; SOUZA, R. C. G; TRONCO, M. L. Apoio automatizado para aplicação de técnicas de licitação de requisitos. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Curitiba, v. 8, n.1, p.27-41, 2009.

GALDO, A.; VIEIRA, A. F. G; RODRIGUES, R. S. Classificação social da informação na web: tecnologia, informação e gente. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, p. 1-11, dez. 2009.

GALLON, A. V.; SOUZA, F. C.; ROVER, S.; ENSSLIN, S. R. Um estudo reflexivo da produção científica em capital intelectual. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.9, n.4, p.142-173, jul./ago. 2008.

GAMA, F.; FERNEDA, E. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referencia arquivística no ambiente digital. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 147-168, 2010.

GASTAL, S. Memória e pós-modernidade: da musealização ao passado como mercadoria. *Conexão: Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.4, 2003.

GERBER, M. R.; VASILEVSKI, V. (org.) *Um percurso para pesquisa com base em corpus*. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

GOMES, M. L. M.; BARRETO, N. V. P. Educação à distância como ferramenta de dependência e reforço no ensino superior do CEFET Campos: uma experiência em pauta. *Vértices*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.61-72, 2010.

GONÇALVES, J. M. BRITO, P. F. Definição de uma Ontologia de Tags para uma Rede Social Acadêmica. In: ENCONTRO DE COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA DO TOCANTINS, 13, 2011, Palmas. *Anais...* Palmas: CEULP/ULBRA, 2011. p. 119-128.

GOUVEIA, F. C. Novos caminhos e alternativas para a Webometria. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 249-261, 2012.

GOUVEIA JÚNIOR, M. Memórias e seus suportes: da fala à virtualização e suas necessidades por próteses e lugares. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 64-74, jan./jun. 2012.

GOUVÊA, C.; SLOH, S. Folksonomia: identificação de padrões na seleção de tags para descrever conteúdos. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Curitiba, v.6, n.2, p.29-41, 2007.

GOMES FILHO, A. C.; HONESKO, A.; SILVA, V. L. B.; BEM, R. M. Desafio aos Gestores de Unidades de Informação para Implementar o Intraempreendedorismo e o Empowerment. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 118-141, 2011.

GRACIOSO, L. S. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 138-158, 2010.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. A abordagem dialógica na indexação social. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fev./2012.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. Indexação social e pensamento dialógico: reflexões teóricas. *Informação & Informação*, v.16, n.3, p.40-56, 2012.

GUEDES, R. M.; SOUZA, R. R. Navegando entre nuvens de etiquetas: uma proposta de utilização da tag cloud em catálogos eletrônicos de bibliotecas. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 2-13, dez. 2008.

GUIMARÃES, L. F. A.; FALSARELLA, O. M. Uma análise da metodologia just-in-time e do sistema KANBAN de produção sob enfoque da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 130-147, maio/ago. 2008.

GUSMÃO, A. O. M.; FERNANDES, J. C.; SILVA, R. J.; PINTO, A. L.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Consumo de informação na revista Informação e Sociedade: estudos - 2001/2005. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 44-69, jan./abr. 2010.

HIGINO, A. F. F.; REIS, A. S.; DUMONT, L. M. M.; PEREIRA, M. A. Mediação informacional no contexto universidade-sociedade-inovação: potencialidades, contradições e desafios. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p.163-183, nov. 2009.

HOFFMANN, W. A. M. Monitoramento da informação e inteligência competitiva: realidade organizacional. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.125-144, 2011.

ILARI, R. A categoria advérbio na Gramática do Português Falado. *Alfa: Revista de Linguística*, v.51, n.1, p.151-175. jan. 2007.

JORENTE, M. J. V.; SANTOS, P. A. C. Hábitos, rupturas e novas possibilidades de compartilhamento de informação e de conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 13-26, set./dez. 2010.

JUNGBLUT, A. L. Ciberacontecimentos: reflexões etnográficas sobre o extraordinário no mundo online. *Civitas*, Porto Alegre, v.11, n.2, p.361-376, 2011.

KRMPOTIC, C.; FARRÉ, M. Violência social e a escola: um relato empírico na perspectiva de bairros críticos. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 11, n.2, p.195-203, 2008.

KULPA, C. C.; PINHEIRO, E. T.; SILVA, R. P. A influência das cores na usabilidade de interfaces através do design centrado no comportamento cultural do usuário. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. ESP.C, p. 119-136, 2011.

LAGUARDIA, J. ; MACHADO, R.; COUTINHO, E. Interação e comunicação em ambientes virtuais de aprendizado. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, ago.2010.

LARA, M. L. G. Informação, informatividade e Linguística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008.

LEAL, S.; BRANT, S. Políticas de inclusão digital no Brasil: a experiência da formação dos monitores dos telecentros GESAC. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 88-108, 2012.

LONGO, R.M. J.; VERGUEIRO, W. Gestão da qualidade em serviços de informação do setor público: características e dificuldades para sua implantação. *Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 39-59, jul./dez. 2003.

LOPES, M. I. ; SILVA, E. L. A Internet e a busca da informação em comunidades científicas: um estudo focado nos pesquisadores da UFSC. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 3, p.21-40, set./dez. 2007.

LOPES, E. C.; VALENTIM, M. L. P. Mediação da informação no âmbito do mercado de capitais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, n. 0, p. 87-106, 2008.

LOUREIRO, M. L. N. M. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, abr. 2007.

LOUREIRO, M. L. N. M. Museus & World Wide Web: novos ambientes informacionais para as obras de arte. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 177-200, 2004.

LOUREIRO, M. L. N. M. Webmuseus de arte: aparatos informacionais no ciberespaço. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 97-105, maio/ago. 2004.

LOUREIRO, J. M. M. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 88-95, jan./abr. 2003.

LOUREIRO, A. M. V.; BORSCHIVER, S.; COUTINHO, P. Tendências tecnológicas de adesivos e selantes na construção civil. *Journal of Technology Management & Innovation*, Santiago, v.4, n.2 p.115-129, 2009.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 147-164, Jan./Abr. 2011.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em Ciência da Informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr.2011.

MARCHIORI, P. Z.; BETTONI, E. M.; APPEL, A. L.; TABORDA, C. A. L. Aspectos estruturais e motivacionais e possíveis zoneamentos discursivos em software social acadêmico. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 355-369, 2010.

MARCONDES FILHO, C. Martin-Barbero, Canclini, Orozco - Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana. (impasses teóricos). *Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, v.35, p.71-88. abr. 2008.

MARQUES, A. A. C. Pesquisas com temáticas arquivísticas na Ciência da Informação: mapeamento das principais tendências. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p.15-26, 2011.

MARQUES, E. S.; OLIVEIRA, M. L. A. Balanced Scorecard: Ferramenta Estratégica e Competitiva nas Organizações. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 105-115, jul./dez. 2008.

MARTINS, M. S. C. A escrita e as outras linguagens. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, nov.47, n.2, p.41-59, jul. 2003.

MARTINS, J. B.; MIRANDA, R. C. R. Aprimoramento de estrategistas e decisores novatos: a gestão do conhecimento estratégico aplicada ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília. *Transinformação*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 139-157, 2011.

MATOS, A. T. A biblioteca em realidade virtual como um ambiente colaborativo. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v.8, p.186-186, 2004.

MATOS, C. A. Uma generalização empírica sobre comunicação boca a boca usando metanálise. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Rio de Janeiro, v.15, n.5, p.877-897, set./out., 2011.

MATOS, J. L. A. A utilização de software social em organizações: o caso dos wikis. *Contextus*, Fortaleza, v.7, n.2, p.75-89, 2009.

MAZINI, E. S.; LARA, M. L. G. Novas perspectivas no processamento e divulgação de informações públicas. *Transinformação*, Campinas, v. 22, n. 3, set./dez. p.15-29, 2010.

MEDEIROS NETO, B.; MIRANDA, A. Aferindo a inclusão informacional dos usuários de telecentros e laboratórios de informática de escolas públicas em programas de inclusão digital brasileiros. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 109-122, set./dez. 2009.

MÉDOLA, A. S. D. L.; DOURADO, M.A influência do contexto multimidiático na configuração atual do telejornalismo. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre*, v. 16, n. 1, p. 15-27, 2010.

MELGAR-SASIETA, H. A.; BEPPLER, F. D. ; PACHECO, R. C. S. A memória organizacional no contexto da Engenharia do Conhecimento. *DataGramaZero*, v. 12, n. 4, ago./2011.

MIRANDA, M. M. S.; MORESI, E. A. D. A gestão do conhecimento no compartilhamento de melhores práticas em uma base de dados no tribunal Regional federal da Primeira Região. *JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management, São Paulo*, v.7, p.409-432, 2010.

MIRANDA, S. V. Como as necessidades de informação podem se relacionar com as competências informacionais. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 99-114, set./dez. 2006.

MONDELLI, M. F. C. G.; SILVA, L. S. L Perfil dos Pacientes Atendidos em um Sistema de Alta Complexidade. *Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia*, São Paulo, v.15, n.1, p.29-38, 2011.

MONTEIRO, S. D. O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2006.

MONTEIRO, S. D. Rizoma A Organização Virtual do Conhecimento no Ciberespaço. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*. v. 4, n. 6, dez.2003.

MONTEIRO, S.D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. Representação e memória no ciberespaço. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p.8-22, set./dez. 2006.

MONTEIRO, S. D; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.

MORAES, M. Perspectivas do museu em direção a uma cultura virtual. *Conexão: Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v.2, n.3, p.12-24, 2003.

MORAIS, C. Da complexidade dos conceitos matemáticos à utilização da comunicação mediada por computador. XII Encontro Nacional de Professores de Matemática. Vila Real, 2001. *Anais...* Portugal: Associação dos Professores de Matemática, p. 53-60, 2001.

MOREIRA, V. L.; ROMÃO, L. M. S. O funcionamento discursivo das nuvens de tags na rede eletrônica: sentidos sobre Capitolina. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, p. 1-17, dez./09.

MORENO, V.; SANTOS, L. H. A. Gestão do conhecimento e redesenho de processos de negócio: proposta de uma metodologia integrada. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.203-230, jan./mar. 2012.

- MORENO, P. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. Proposta de um modelo do serviço de referência digital para a otimização de busca às informações disponíveis em catálogos digitais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 1-17, 2009.
- MORESI, E. A. D.; PRADO, H. A.; ALCÂNTA Cenários prospectivos, monitoração ambiental e metadados. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, fev.2010.
- MORETTO, L. A. M.; GALDO, A. M. R.; KERN, V. M. Uma análise sistêmica sociotecnológica da engenharia de requisitos. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 15, n. esp., p. 26-40, 2010.
- MOURA, M. A. Interoperabilidade Semântica e Ontologia Semiótica: a construção e o compartilhamento de conceitos científicos em ambientes colaborativos online. *Informação & Informação*, Londrina, v.16, n.2, p.165-178, 2011.
- MOURA, M. A. Folksonomias, redes sociais e a formação para o *tagging literacy*: desafios para a organização da informação em ambientes colaborativos virtuais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. esp., p. 25-45, 2009.
- MOURA, M. A.; MANTOVANI, C. M. Fluxos informacionais e agregação Just-in-time: interações sociais mediadas pelo celular. *Textos de la CiberSociedad*, Barcelona, v.6, p.44-56, 2005.
- NASSIF, M. E. Análise de pesquisas sobre o comportamento informacional de decisores sob o ponto de vista da cognição situada. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008.
- NONAKA, I. ; TAKEUCHI, H. *Criação de conhecimento da empresa*: como as organizações japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NOVELI, M. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet?
- NETTO, A. S.; SILVEIRA, M. A. P. Gestão da segurança da informação: fatores que influenciam sua adoção em pequenas e médias empresas. *Journal of Information Systems & Technology Management*, São Paulo, v. 4, n.3, p.375- 391, jul. 2007.
- NOVELI, M. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? *Revista Organizações em Contexto*, São Paulo, v.6, n.12, p. 26-39, 2011.
- OLESEN, H. S. Exploração do sujeito problemático: história de vida, subjetividade, experiência de vida. *Educação*, Curitiba, v.34, n.2, p.137-149, 2011.
- OLIVEIRA, M.; BECKER, G. V.; PEDRON, C. D. ; DALL'IGNA, F. Espiral do conhecimento em framework de gestão do conhecimento: o caso de duas organizações em Portugal. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 155-175, set./dez. 2010.
- OLIVEIRA, A. M. A.; CARVALHO, R. B.; JAMIL, G. L.; CARVALHO, J. A. B. Avaliação de ferramentas de Business Process Management (BPMS) pela ótica da gestão do

Conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 132-153, jan./abr. 2010.

OLIVEIRA, A. M. A.; CARVALHO, R. B.; JAMIL, G. L.; CARVALHO, J. A. B. Avaliação de ferramentas de Business Process Management (BPMS) pela ótica da gestão do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 132-153, jan./abr. 2010.

OLIVEIRA, A. M.; NOVAIS, E. S.; SILVA, I.; BERTHOLINO, M. L. F. Mapeamento de competências em bibliotecas universitárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p.33-45, set./dez. 2006.

ORTEGA, C. D. ; LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, abr.2010.

PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S.A. Memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. *Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2006.

PEDROSO, M. C.; ZWICKER, R.; SOUZA, C. A. Adoção de RFID no Brasil: um estudo exploratório. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v.10, n.1, p.12-25, jan./feb. 2009.

PEREIRA , B. A. D.; LOBLER, M. L.; SIMONETTO, E. O. Análise dos modelos de tomada decisão sob o enfoque cognitivo. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v.3, n.2, p.260-272, 2010.

PINHEIRO, M. M. K. Mediações híbridas para uma gestão da informação compartilhada. *Informação & Informação*, Londrina, v. 13, n. 8, p. 39-51, 2008.

PINHEIRO, L. V.; SILVA, E. L. As redes cognitivas na ciência da informação brasileira: um estudo nos artigos científicos publicados nos periódicos da área. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 37, n. 3, pg. 38-50, set./dez. 2008.

POPADIUK, S.; SANTOS, A. E. M. Conhecimento tácito, explícito e cultural no planejamento da demanda. *Journal of Information Systems & Technology Management*, São Paulo, v. 7, n.1, p.205- 227, jan. 2010.

PINTO, C. A Comunicação mediada por computador. *Textos de la CiberSociedad*, Barcelona, v.6, p.33-45, 2005.

PINTO, A. L.; EFRAIN-GARCIA, P.; RODRÍGUEZ BARQUÍN, B. A.; MOREIRO-GONZÁLEZ, J. A. Indicadores científicos na literatura em Bibliometria e Cientometria através das redes sociais. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 1, n. 1, p. 58-76, jan./jun. 2007.

PRIETO, V.C. et al. Fatores Críticos na Implementação do *Balanced Scorecard*. *Gestão & Produção*, v.13, n.1, p.81-92, jan./abr. 2006.

QUEIROZ, R. A.; SILVA, J. R. Eliciação e comunicação de requisitos em domínios disjuntos: estudo de caso para automação na área médica. *Revista Controle & Automação*, Campinas, v.20, n.4,p.12-26, out./dez. 2009.

QUESADO, P. R.; GUZMÁN, B. A.; RODRIGUES, L. M. P. L. O Balanced Scorecard como Ferramenta de Gestão Estratégica do Conhecimento. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 71-102, 2012.

QUONIAM, L. TARAPANOFF, K. ; ARAÚJO JÚNIOR, R. H.; ALVARES, L. Inteligência obtida pela aplicação de data mining em base de teses francesas sobre o Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 2, p. 20-28, maio/ago., 2001.

RAUTENBERG, S.; TODESCO, J. L.; STEIL, A. V. Ontologias de domínio no mapeamento de instrumentos da gestão do conhecimento e de agentes computacionais da engenharia do conhecimento: o estado da arte. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 163-182, maio/ago. 2010.

RAUTENBERG, S.; TODESCO, J. L.; STEIL, A. V. Modelo de conhecimento para mapeamento de instrumento da gestão e de agentes computacionais da engenharia do conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.65-79, 2011.

RAUTENBERG, S.; TODESCO, J. L.; STEIL, A. V. Uma Ontologia para Instrumentos da Gestão do Conhecimento e Agentes da Engenharia do Conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 111-128, 2011.

REBS, R. R. Dos lugares urbanos das cidades aos lugares virtuais do ciberespaço: a reprodução e/ou apropriação das práticas de sociabilidade do futebol. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, n.22, p.142-156, 2010.

REMOR, L. C.; RADOS, G. J. V.; REMOR, C. A. M.; MIRANDA, A. C. D. A construção da memória organizacional utilizando o gerenciamento de processo nas pactuações da comissão intergestores bipartite do Sistema único de Saúde. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p.13-29, 2009.

RODRIGUES, B.; CRIPPA, G. A recuperação da informação e o conceito de informação o que é relevante em mediação cultural? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 45-64, Jan./Abr. 2011.

RODRIGUES, L. C. P.; RÔÇAS, G.; ANJOS, M. B. Pedagogia de projetos: resultados de uma experiência. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v.13, p.65-71, 2008.

RODRIGUES, R. S.; TAGA, V.; VIEIRA, E. M. F. Repositórios educacionais para a universidade Aberta do Brasil: estudos preliminares. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p.22-35, 2011.

RUTINA, R.; PEREIRA, E. C. O Empowerment na administração de unidades de informação. *Transinformação*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2000.

SÁ, S. P. Quem media a cultura do shuffle? Cibercultura, mídias e cenas musicais. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, v.1, n.15, p.5-16, 2006.

SAAB JUNIOR, J. Y.; CORRÊA, H. L. Cadeia de abastecimento: gestão do estoque pelo distribuidor. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.48, p.48-62, 2008.

SABBATINI, M. A folksonomia na era da convergência digital: da folksonomia As narrativas folkmidiáticas transmídia. *Razón y palabra*, Cidade do México, v.77, p.5-19, 2011.

SANDRI, S. D. Data mining - Aplicação em uma Base de Dados Real com Dados de Usuários dos Faróis do Saber. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Varginha, v.7, n.2, p.13-25, 2008.

SANTAELLA, L. Mídias locativas: a internet móvel de lugares e coisas. *Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, v.7, n. 35, p.96-102, 2008.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.20, p.27-45, 2005.

SARLO NETO, A.; BASSI, B. R.; ALMEIDA, A. A. Um estudo sobre a informatividade dos lucros contábeis na América Latina. *RCO - Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v.5, n.12, p.4-14, 2011.

SCHMITT, S.; RABOCH, H.; DALFOVO, O. Aplicação em data mining utilizando a teoria dos conjuntos aproximativos para geração do capital intelectual nas organizações. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2010.

SCHONS, C. H.; SCHONS, C.; RIBEIRO, M. S.; LAGE, N.; FIALHO, F. A. Pereira; ABREU, A. F. Universidade corporativa: teoria e análise documentária. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 104-119, mar. 2008.

SILVA, J. G. Lugares de memória, memórias de mulheres. *Espaço Plural*, Cascavel, v.8, n.17, p.17-29, 2008.

SILVA, S. L. Gestão do conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 143-151, maio/ago. 2004.

SILVA, A. K. A.; CORREIA, A. E. G. C.; LIMA, I. F. O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, Antioquia, v.33, n. 1, p. 213-239, ene./jun. 2010.

SILVA, E. L.; CAFÉ, L.; CATAPAN, A. H. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 39, n. 3, set./dez. p.14-21, 2010.

SILVA, E. L.; LOPES, M. I. A internet, a mediação e a desintermediação da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, abr. 2011.

SILVA, G. F.; MANTOVANI, A. M.; MARINI, E. Formação de professores: reflexões a partir de uma experiência em ambiente virtual de aprendizagem colaborativa na pós-graduação. *Educação*, Porto Alegre, v.11, n.1, p.99-110, 2011.

SILVA, C. E. ; MENEZES, E. R.; BARBOSA, M. A. S. B.; FELIZOLA, M. P. M. Evolução da histórica e de gestão da ONG Instituto Socioambiental Árvore no período 2003-2009. *Revista Brasileira de Administração Científica*, Aquidabã, v. 2, n.1, p.53-63, 2011.

SILVA, C. R. C.; TAVARES, T. C.; GARCIA, A. C. B.; NOGUEIRA, J. L. T. Espaço Reuni_ uma iniciativa de E-Gov em mundos virtuais 3D. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação*, Curitiba, v.8, n.1, p.3-14, 2009.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.15, p.67-86, 2010.

SILVEIRA, F. L. A.; LIMA FILHO, M. F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” E a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.11, p.37-50, 2005.

SIZO, A. M.; LINO, A.P.; FAVERO, E. L. Uma proposta de Arquitetura de Software para Construção e Integração de Ambientes Virtuais de Aprendizagem. *RISTI (Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação)* Silveiras, v.6, n.14, p.17-27, dec. 2010.

SOARES, R.; PEREIRA, M.; MARTINS, J. M. Recolha, preservação e contextualização de objetos digitais para dispositivos com Android. *RISTI: Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, Silveiras, v.9, p.75-89, 2012.

SORDI, J. O. ; SPELTA, A. G. Análise de componentes da tecnologia de Business Process Management System (BPMS) sob a perspectiva de um caso prático. *Journal Information System of Technology Management*, São Paulo v. 4, n.1, p.71-94, 2007.

SOUSA, I. A. C. M. O. ; MENDONÇA, H. Justiça organizacional, prazer e sofrimento no trabalho: análise de um modelo mediacional. *Revista de Administração Mackenzie*, v.10, n.4, p.57-65, 2009.

SPILLER, A.; PONTES, C. C.C. memória organizacional e reutilização do conhecimento técnico em uma empresa do setor eletroeletrônico no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, São Paulo, v.8, n.25, p.96-108, 2007.

STANGE, A. ; MONTAGNA, C. A ; ALMEIDA, V. M. C. Dona Flor: desintermediar ou ser desintermediada!(Casos de Ensino em Administração). *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.628-643, jul./ago. 2012.

STEINBACH, V.; BLATTMANN, U. Mapeamento de índices e indicadores: experiência didática. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 11, n. 1, p.13-26, jan./jul. 2006.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G. O campo da Linguística Documentária. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 3, p.24-36, set./dez. 2006.

TANAKA, R. Y. ; CATALAN, V. M.; ZEMIACK, J.; PEDRO, E. N. R.; COGO, A. L. P.; SILVEIRA, D. T. Objeto educacional digital: avaliação da ferramenta para prática de ensino em enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v.23, p.603-607, 2010.

TARGINO, M. G. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr. 2010.

TEIXEIRA, S.; MENEZES, C. S. de. Facilitando o uso de ambientes virtuais através de agentes de conversação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 14, 2003. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, p.483-492, 2003.

TOGNOLI, N.B.; GUIMARÃES, J. G. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 21-44, jan./abr. 2011.

VALENTIM, M. L. P.; CARVALHO, E. L.; WOIDA, L. M. CASSIANO, E. L. Gestão da informação utilizando o método infomapping. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.11-24, jan./abr. 2008.

VALENTIM, M. L.P.; LENZI, L. A. F.; CERVANTES, B. M. N.; CARVALHO, E. L.; GARCIA, H. D.; CATARINO, M. E.; TOMAÉL, M. I. O processo de inteligência competitiva em organizações. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, jun. 2003.

VALENTIM, M. L. P.; MOLINA, L. G. Prospeção e monitoramento informacional no processo de inteligência competitiva. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 9, n. esp.(del),p.26-39, 1º sem. 2004.

VANTI, N. Aplicação de indicadores web aos sites acadêmicos latino-americanos em Ciências Sociais. *Brazilian Journal of Information Science*, Marília, v. 1, n. 2, p. 22-46, jul./dez. 2007.

VANTI, N. Os links e os estudos webométricos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 78-88, jan./abr. 2005.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VIANNA, R. C. X. F.; MORO, C. M. C. B. ; MOYSÉS, S. J.; CARVALHO, D. ; NIEVOLA, J. C. Mineração de dados e características da mortalidade infantil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p.535-42, 2010.

VIEIRA, M. S. A informação disponível como pressuposto tácito da recuperação na ciência da informação moderna. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2010.

VIERA, A. F. G; GARRIDO, I.S. Folksonomia como uma estratégia para a recuperação colaborativa da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr.2011.

VIGNOLI, R. G.; TOMAÉL, M. I. American Library Association (ALA) no Second Life (SI). *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 92-108, 2012.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., nov. 2009.

ZAPAROLI, W. Engenharia de requisitos: um fundamento na construção de sistemas de informação. *Exacta*, São Paulo, n.1, p. 97-107, abr. 2003.

WHAT is the Balanced Scorecard? USA: Balanced Scorecard Institute, 1998-.

Disponível em:

<<http://www.balancedscorecard.org/BSCResources/AbouttheBalancedScorecard/tabid/55/Default.aspx>

WILLE, M. F.C; MARQUES, R. A. M.; SILVA, H. F. N.; STOLTZ, T.; BRANCO, V. Aproximações entre o processo de adaptação de Piaget e os modos de conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 17, n. Esp., p. 24-39, 2012.

WOLF, T. M.; BECKER, J.L.; CARRION, R. M.; LIMA, V. C. O empoderamento de mulheres através da inclusão digital. *Inclusão Social*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 103-118, 2010.